

PRÁTICAS DISCURSIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Pedro Navarro e Sírio Possenti

Organizadores



Pedro & João
editores

**Estudos do texto e do discurso:
Práticas discursivas
na contemporaneidade**



PEDRO & JOÃO EDITORES

Pedro Navarro
Sírio Possenti
[Organizadores]

**Estudos do texto e do discurso:
Práticas discursivas
na contemporaneidade**



PEDRO & JOÃO EDITORES

© Pedro Navarro; Sírio Possenti e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Pedro Navarro; Sírio Possenti [Organizadores]

Estudos do texto e do discurso: Práticas discursivas na contemporaneidade.
São Carlos: Pedro & João Editores, 2012. 236p.

ISBN 978-85-7993-093-5

1. Práticas discursivas. 2. Estudos de linguagem. 3. Texto. 4. Análise do Discurso. I. Título.

CDD – 410

Capa: Marcos Antonio Bessa-Oliveira

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Roberto Leiser Baronas (UFSCar/Brasil); Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil) Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Dominique Maingueneau (Universidade de Paris XII); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil).



PEDRO & JOÃO EDITORES

Rua Tadão Kamikado, 296 – Parque Belvedere

End.: pedroejoaoeditores@terra.com.br

13568-878 - São Carlos - SP

2012

SUMÁRIO

	Apresentação	7
	Fórmulas de ensinar e de aprender	11
	Sonia Aparecida Lopes Benites	
	Discurso infográfico e movimento de esquematização	27
	Silvia Regina Nunes	
	Bilinguismo e subjetivação do indígena no espaço escolar: difrações da contradição discursiva	53
	Margarida Liss	
	Ismara Tasso	
	Mulher, contradição e contemporaneidade: significações na prática discursiva televisiva	81
	Valquiria Botega de Lima	
	Maria Célia Cortez Passetti	
	O blog: revisão da literatura e proposta de conceituação	103
	Gislaine Gracia Magnabosco	
	Edson Carlos Romualdo	
	Tradução, originalidade & autoria na ordem do discurso	131
	Rosa Maria Olher	
	A ilustração: da materialização do interpretável	151
	Roselene de Fátima Coito	

A resistência no discurso fílmico de <i>Sonho Tcheco</i>	167
Tiago Ramos	
Renata Marcelle Lara Pimentel	
Por uma análise do discurso da sexualidade	195
Pedro Navarro	
Humor e grandes frases	215
Sírio Possenti	
Autores	233

Apresentação

Estudos do texto e do discurso: práticas discursivas na contemporaneidade soma-se a um conjunto de quatro publicações, que, ao manter o título principal, tem procurado oferecer à comunidade acadêmica resultados de pesquisas que recaem sobre o texto e o discurso como objetos de reflexão teórica e de análise.

Na primeira publicação¹, realizou-se uma espécie de mapeamento de conceitos e de passos metodológicos que sinalizavam abordagens do texto e do discurso, a partir de diferentes perspectivas teóricas, dentre as quais Análise do Discurso francesa, Semiótica peirceana, Semântica Enunciativa, Linguística do Texto e Teoria Literária.

O volume seguinte² voltou-se para a relação existente entre discurso, produção de identidades e memória. No conjunto, seus autores buscaram problematizar como a memória e a identidade

¹ NAVARRO, P.(org.). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. Claraluz: São Carlos, 2006.

² TASSO, I. (org.). *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória*. Claraluz: São Carlos, 2008.

são constituídas, por vezes controladas, em diferentes materialidades.

Política e mídia definiram o tema geral da terceira publicação³ dos *Estudos do Texto e do Discurso*. Os artigos desse livro deram visibilidade a estudos do discurso político e midiático que consideram a inserção constitutiva do contexto sócio-histórico na análise de materialidades heterogêneas e de acontecimentos discursivos singulares.

Por fim, tomando como norte o sintagma “materialidades diversas”, o quarto volume da série⁴ abordou as diversas modalidades de circulação dos discursos, por meio da descrição de manchetes do jornalismo impresso, de reportagens, de propagandas televisivas e governamentais e de campanhas publicitárias.

Vale ressaltar que essas publicações resultam de um esforço contínuo dos pesquisadores da linha de Estudos do Texto e do Discurso, do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. As duas últimas, incluindo a presente, marcam ainda uma parceria bastante produtiva com os pesquisadores do Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, via Projeto de Cooperação Acadêmica envolvendo essas duas instituições.

Neste quinto volume, a finalidade maior é reunir artigos que discutem, problematizam e/ou partem da noção de “prática discursiva”, tão cara aos estudos da linguagem de orientação discursiva. Brevemente, localizamos essa noção em três importantes autores que balizam as análises apresentadas neste livro.

³ POSSENTI, S. e PASSETTI, M. C. (org.). *Estudos do texto e do discurso: política e mídia*. Maringá: Eduem, 2010.

⁴ POSSENTI, S. e BENITES, S. A. L. (org.). *Estudos do texto e do discurso: materialidades diversas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

Em Foucault⁵, o discurso é definido como prática. A medicina, por exemplo, é a prática discursiva a qual ele recorre para tratar do que chama de uma “arqueologia do olhar médico”. Mais tarde, quando se volta para textos de filósofos e de médicos da Antiguidade⁶, novamente observa como, por meio de práticas discursivas, os gregos produziram uma cultura do cuidado de si. Por ser uma prática, o discurso relaciona a língua com outra coisa, ou seja, relaciona a língua ao conjunto de regras anônimas e históricas, que definem, em dada sociedade, as condições de exercício da função enunciativa.

A noção de prática discursiva, nos trabalhos de Pêcheux⁷, permite criticar o idealismo da concepção de sujeito como responsável pelos seus atos e por aquilo que ele diz. São as práticas discursivas que colocam o sujeito na condição de autor e de responsável pelo que enuncia, em virtude do “todo complexo com dominante” no qual ele é interpelado em sujeito responsável.

Na teoria do discurso desenvolvida por Maingueneau⁸, essa noção é abordada na relação entre formação discursiva e a comunidade discursiva responsável pela sua produção e difusão. Nessa perspectiva, uma formação discursiva recobre, ao mesmo tempo, o conteúdo, o modo de organização dos homens e a rede específica de circulação dos enunciados. Estas últimas instâncias constituem, em sua teoria, o que é específico da prática.

⁵ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

⁶ FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Márcio Alves da Fonseca, Salma Tannus Muchail. 3. ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

⁷ PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pucunelli Orlandi (*et al.*), 2. ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

⁸ CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

Assim, a partir desse campo teórico, e elegendo como objeto de análise pequenos textos de caráter genericamente humorístico, entrevistas respondidas por professores de literatura estrangeira, filmes documentários, ilustrações de livro, blogs, documentos institucionais para escolas indígenas, reportagens de jornalismo impresso, fórmulas que circulam no campo das políticas de educação superior, infográficos usados pela mídia impressa e eletrônica e cenas de série televisiva, apresentamos, nesta obra, caminhos possíveis de análise daquilo que os sujeitos efetivamente produzem, estando determinados por condições históricas e por regras de formação das práticas discursivas.

Maringá / Campinas, janeiro de 2012.

Pedro Navarro
Sírio Possenti

Organizadores.

Fórmulas de ensinar e de aprender

Sonia Aparecida Lopes Benites

Considerações iniciais

Quem se debruça sobre documentos inscritos no campo da regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior frequentemente se depara com palavras como “flexibilidade”, “interdisciplinaridade” e “competências”, além de sintagmas como “ensino superior”, “educação superior” e “autonomia universitária”. Ainda que pertençam ao mesmo campo, algumas dessas palavras e expressões podem assumir efeitos de sentido distintos, dependendo da formação discursiva ou do posicionamento (MAINGUENEAU, 2006) em que se inserem.

Com o intuito de observar mais detidamente essa circulação de sentidos, focalizo neste artigo o comportamento de fórmulas referentes às políticas de educação superior, no campo legal ou regulatório (Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 ou da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71), na mídia de circulação social e em artigos científicos. Apoiada nos estudos de Krieg-Planque (2010) sobre a fórmula, e nas noções de percurso, posicionamento e

destacabilidade, desenvolvidas por Maingueneau (2006), objetivo relacionar fórmulas e posicionamentos, verificando a ocorrência de eventuais alterações semânticas e formais, de repúdio ou de reformulação.

Divido o estudo em três partes. Na primeira, apresento a definição sumária dos conceitos de Maingueneau (2006) direcionadores do estudo; em seguida, abordo o conceito de fórmula, como concebido por Krieg-Planque (2010), dando destaque a suas propriedades, quais sejam, sua forma propensa à cristalização, sua discursividade, seu caráter de referente social e sua dimensão polêmica. Por fim, busco identificar algumas das fórmulas que povoam o campo do discurso oficial sobre a política de educação superior, investigando a natureza das questões que as envolvem, tais como a paternidade e os sentidos atribuídos a elas em diferentes posicionamentos discursivos.

1. Pressupostos Teóricos

A noção de posicionamento aqui empregada é tomada de Maingueneau (2006), que a insere na discussão sobre a heterogeneidade do conceito de Formação Discursiva, advindo de Foucault e de Pêcheux, e, ora definido no interior de um campo discursivo, ora referido a um gênero de texto ou de discurso. Situando-se na primeira concepção, Maingueneau propõe a substituição de *formação discursiva* por *posicionamento*.

Para clarear a noção, o autor considera as categorias sobre as quais a AD trabalha, isto é, unidades tópicas e unidades não tópicas. As primeiras, localizadas situacionalmente, podem ser *territoriais* ou *transversas*, conforme correspondam a espaços pré-delineados pelas práticas verbais (tipos e gêneros discursivos) ou atravessem textos de múltiplos gêneros de discurso, como os *registros* linguísticos, funcionais e comunicacionais. Já as unidades não tópicas (que equivalem propriamente às

Formações Discursivas, no conceito do autor) são estabelecidas pelo pesquisador, independentemente de fronteiras prévias (diferentemente das unidades territoriais); distinguem-se também das unidades transversas, por agruparem enunciados profundamente inseridos na história.

Como exemplos de unidades não tópicas ou formações discursivas, Maingueneau menciona os discursos racista, colonial e patronal, cujos *corpora* podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos, de aparelhos e de registros. Podem também misturar um corpus de arquivo a outro construído pela pesquisa. Os textos então reunidos podem ser unificados por um foco único que os faz convergir, ou ser organizados a partir de diversos focos ligados. No primeiro caso, temos as formações discursivas unifocais e, no segundo, as plurifocais. Seja qual for o caso, o autor ressalta o caráter dinâmico e agentivo do termo “formação” do sintagma, uma vez que a formação discursiva não é uma entidade estática, mas uma configuração original a que o analista dá forma, em função de sua pesquisa.

Neste trabalho, focalizo a retomada ou a transformação de várias fórmulas em textos diversos. Não trabalho, portanto, com unidades tópicas, mas com percursos, procurando explorar uma dispersão e extrair do interdiscurso redes de unidades lexicais e fragmentos de texto.

Outro conceito aqui relevante é o de destacabilidade, que se refere a enunciações que possuem autonomia, podendo desvincular-se de seus textos (e de seus “contextos”), graças a algumas características formais: são “curtas, bem estruturadas, de modo a impressionar, a serem facilmente memorizáveis e reutilizáveis”; são, além disso, “pronunciadas com o ethos enfático conveniente” e generalizações “que enunciam um sentido completo” (MAINGUENEAU, 2006a, p.74-77). É o caso das máximas, dos provérbios, dos slogans e das frases que

podem ser desmembradas de seu contexto de origem e evocadas para fazer circular um determinado sentido.

Por fim, penso que o conceito de fórmula merece um tópico à parte. Trato dele, a seguir.

2. Em torno do conceito de fórmula

As fórmulas, de acordo com Krieg-Planque (2010), correspondem a conjuntos de formulações empregadas em um momento e em um espaço público dados, que contribuem para a construção e a cristalização de questões políticas e sociais, desempenhando, portanto, papel importante na organização discursiva das relações de poder e de opinião. Conforme a autora, essa noção possui interfaces com estudos do léxico, paráfrase, produção discursiva, e sloganização, por exemplo.

Uma entrevista concedida pela autora à revista *Semen*, publicada em português no livro *Fórmulas Discursivas* (MOTTA & SALGADO, 2011), apresenta a síntese desse conceito, que contempla aspectos caros à Análise do Discurso. De acordo com ela,

Em um momento do debate público, uma sequência verbal, formalmente demarcável e relativamente estável do ponto de vista da descrição linguística que se pode fazer dela, põe-se a funcionar nos discursos produzidos no espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática. Empregada em usos públicos que a investem de questões sócio-políticas por vezes contraditórias, essa sequência conhece então um regime discursivo que faz dela uma *fórmula*: um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2011, p. 12).

Podemos encontrar na definição as quatro propriedades da fórmula apontadas pela autora na obra *A noção de "fórmula" em análise do discurso: quadro teórico e metodológico* (2010). A primeira delas é sua forma relativamente estável, tendendo à cristalização. Trata-se de unidades lexicais, léxico-sintáticas ou frases que passam por um processo de cristalização de ordem formal ou memorial.

No campo das políticas de Educação Superior, a cristalização formal pode ser exemplificada por expressões materialmente estáveis e recorrentes como "atividades de ensino, pesquisa e extensão", "formação do cidadão", "diretrizes curriculares", "exercício da cidadania" e "autonomia universitária". Já o processo de cristalização memorial abrange unidades que, extrapolando o léxico, compreendem unidades passíveis de "destacabilidade", nos termos de Maingueneau (2006), devido ao fato de poderem circular apartadas de seus textos, graças a suas características de forma e de sentido.

Pode aqui nos servir de exemplo o enunciado publicado na seção Frases da Revista do Provão (1999), atribuída a Luiz Carlos Cabrera, professor da Fundação Getúlio Vargas, sobre a responsabilidade do aluno universitário em relação a sua formação: "O profissional será o administrador da sua própria empregabilidade". Esse enunciado destacado inscreve-se na formação discursiva do governo de Fernando Henrique Cardoso, e evoca a tensão entre "desemprego" e "empregabilidade", duas outras fórmulas, bastante utilizadas pelo presidente, para explicar que os índices de desemprego então verificados eram "um efeito colateral da chamada globalização da economia"¹.

¹ A expressão é de Adolfo Furtado. No artigo "Os 'inempregáveis' de FHC: globalização e emprego no Plano Real", o autor comenta essa concepção: "Em um seminário internacional sobre política de emprego e flexibilização das relações trabalhistas, ocorrido em abril de 1997, o Presidente FHC, no melhor

Porém, a materialidade linguística não é o único nem o mais importante critério para a delimitação da fórmula. De acordo com Krieg-Planque (2010, p. 81), “a noção de fórmula não é uma noção linguística. Ela é, antes de mais nada, uma noção discursiva”. Caracteriza-se, assim, por sua inscrição discursiva, uma vez que só emerge no uso de uma sequência já existente ou de uma formulação nova, vinculada a determinados acontecimentos. À página 82, a autora esclarece que:

Na maior parte das vezes, a sequência preexiste formalmente a sua chegada à condição de fórmula. Não é então, uma nova forma o que o analista deve buscar, mas um uso particular ou uma série de usos particulares, por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo “normal” das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem nem mesmo nos dar conta delas.

Nesse sentido, é possível afirmar, por exemplo, que a palavra “público” tinha um funcionamento “normal” até ser incorporada ao vocabulário das políticas de ensino. Desde então, um uso particular fez com que fosse retomada, comentada, e deixasse de funcionar como “algo que é mantido e gerido pelo Estado”. Assim, conforme a Conferência Mundial sobre a Educação Superior promovida pela Unesco, em Paris, em outubro de 1998,

estilo Magri, resumiu esse ponto de vista: ‘Não adianta ficar de braços cruzados lamentando um processo real. (...) Ora, se isso é assim, nós nos países em desenvolvimento temos que prestar atenção a esses processos [de globalização econômica] e descobrir meios pelos quais se diminui, ao menos, esse processo [de desemprego]. (...) E não é fácil. Mas existe isso, existem os que são, crescentemente, inempregáveis (sic). Não é que não tenham emprego, inempregáveis por razões, por um lado, pela falta de qualificação e, pelo outro lado, pelo desinteresse do setor produtivo mais avançado em empregá-las. São dispensáveis.’”

dizer que a educação superior é um “serviço público” não significa que o governo seja seu mantenedor: “o apoio do governo é essencial, mas [...] são necessários recursos públicos e privados para sua manutenção”.

É o que explica o discurso de Éfrem Maranhão, coordenador do CNE, que representou o Brasil nesse evento. Inserido no posicionamento que admite “transferir a educação da esfera da política para a esfera do mercado” (GENTILI, 1994), o professor explica à Revista do Provão (1999, p. 62) que: na sistemática de controle estatal das instituições de ensino, que consiste em “analisar periodicamente o desempenho de cada uma delas e fazer avaliações sistemáticas, como o **Provão**, o papel do governo é de credenciador e garantidor da qualidade do ensino superior”. Em outras palavras, o sentido de “serviço público” refere-se ao credenciamento, avaliação e apoio do governo, mas não implica necessariamente gestão ou manutenção.

O mesmo posicionamento é assumido pela expressão “instituição pública”, em “A universidade numa encruzilhada” (BUARQUE, 2003, p. 19), que defende a necessidade de essa instituição refundar-se, tornando-se *dinâmica, unificada, para todos, aberta, tridimensional, sistemática e sustentável*. Justificando esse último atributo, o autor afirma: “As universidades deverão ser instituições públicas, sejam elas de propriedade pública ou privada. A universidade não pode morrer por falta de recursos públicos, nem pode recusar os recursos privados de quem nela quer investir”.

Também se tornou fórmula o sintagma “universidade pública, gratuita e de qualidade”, característico do discurso de candidatos a gestores de instituições de educação superior públicas, o que permite entrever que o fato de ser pública não implica gratuidade, nem tampouco, qualidade. Essa busca pela qualidade em educação, segundo Gentili (1994, p. 14), se deve às necessidades do mercado de trabalho, ao ajuste do egresso da

universidade ao “mundo dos empregos”. Daí a premência de o sistema educacional promover a empregabilidade. Para o autor, segundo esse posicionamento, que louva o mérito e o esforço individuais,

É preciso competir, e uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. Dito de maneira simples: a escola funciona mal porque as pessoas não reconhecem o valor do conhecimento; os professores trabalham pouco e não se atualizam, são preguiçosos; os alunos fingem que estudam quando, na realidade, perdem tempo, etc.

O funcionamento como referente social é apontado por Krieg-Planque (2010, p. 92) como a terceira característica da fórmula: “Como referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento”, o que implica, evidentemente, que “ele seja conhecido de todos”. Contudo, a autora enfatiza que isso não quer dizer que a significação de uma fórmula seja homogênea. Ela pode evocar significações diversas. Para ela, “o caráter de referente social da fórmula traduz seu aspecto dominante, num dado momento e num dado espaço sociopolítico”. A circulação social é condição indispensável para a delimitação de uma fórmula. Dessa maneira, são designativas, remetem ao mundo e apresentam grande circulação em um determinado posicionamento formas como “compromisso social” e “exercício da cidadania”.

A recente relevância dada às “políticas afirmativas” fez surgirem no campo da educação superior fórmulas que colocam em relevo a “dívida da sociedade brasileira em relação aos negros”, a necessidade de “políticas afirmativas”, “política de cotas”, “cotas raciais” ou “cotas sociais”. O posicionamento que relaciona a cor à classe social lembra que o maior contingente de pessoas situadas abaixo da linha da pobreza é constituído de negros; por isso, brada por políticas de “acesso e permanência”,

justificando ser insuficiente a oferta de vagas. Os preocupados com o “politicamente correto” (outra fórmula) empregam a fórmula “afrodescendentes”...

Por sua vez, o posicionamento contrário põe em circulação a necessidade de “ensino público de qualidade para todos”, questiona a “constitucionalidade da lei”, vista como uma “forma de discriminação” em relação aos não negros e não pobres, pois a entrada do negro na universidade se daria pela “porta dos fundos”. Focado no individualismo, clama pela “seleção por mérito”, por uma seleção em que, naturalmente, triunfem os “melhores”.

Krieg-Planque afirma, por fim, que toda fórmula tem uma dimensão polêmica e conflituosa, decorrente do fato de ser uma descrição do real. Ou seja, “é porque há um denominador comum, um território partilhado, que há polêmica”. Essa polêmica pode ser devida à filiação da fórmula a determinado posicionamento, ou se justificar pela obrigatoriedade ou recusa de usar a forma cristalizada (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100):

A fórmula é portadora de questões sociopolíticas. Entendemos com isso que ela põe em jogo algo de grave. “Grave” não necessariamente num sentido dramático, mas no sentido de que ela põe em jogo a existência de pessoas: a fórmula põe em jogo os modos de vida, os recursos materiais, a natureza e as decisões de um regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres, as relações de igualdade ou de desigualdade entre os cidadãos, a solidariedade entre humanos, a idéia que as pessoas fazem da nação de que se sentem membros.

3. Políticas e Polêmicas

O percurso que escolhi na análise de fórmulas que circulam no campo das políticas de educação superior contempla

fórmulas filiadas a dois posicionamentos distintos: os que estão na base das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71 e os que norteiam a LDBEN 9394/96. Uma primeira análise permite-me classificar, entre as fórmulas mobilizadas pela LDBEN 5692/71: “ensino superior”, “escola média”, “flexibilidade”, “mercado de trabalho”, “atividades de extensão”, “programas cívicos e desportivos”, “atividades de educação cívica e de desportos” e “formação cívica”.

Combinando a análise da LDBEN 5692/71, com a Lei 5540/68, que tem por ementa a “organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”, percebo que, entre as características das universidades, na alínea f do artigo 11, esta Lei prevê: a “flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa”.

Essa flexibilidade se justifica pela necessidade de possibilitar a organização de cursos correspondentes a profissões que, embora ainda não reguladas em lei, sejam necessárias ao atendimento das “peculiaridades do mercado de trabalho regional”, conforme se pode ler no artigo 18. A preocupação com o mercado de trabalho fica patente também no Art. 23, que prevê que “os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho”. Para tanto, abrem-se possibilidades de organização de “cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior”.

A despeito de sua proposta de “flexibilidade”, a lei fixa “o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores”. Disciplina, igualmente, a frequência de professores e alunos, bem como a execução integral dos programas de ensino, com a

previsão de sanção disciplinar ao professor que deixar de cumprir essa disposição.

O artigo 40 da Lei 5540/68, ao tratar dos objetivos das atividades de extensão, menciona a importância de proporcionar aos estudantes universitários oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento. Trata, igualmente, da importância em “propiciar a realização de programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos”; “estimular as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais”; “estimular as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional”. É possível observar uma ênfase ao esporte e, mais ainda, ao civismo, retomado em três dos quatro incisos da lei: como “programas cívicos e desportivos”, “atividades de educação cívica e de desportos”, e “atividades que visem à formação cívica”.

Por outro lado, a LDBEN 9394/96 põe em circulação fórmulas como “educação superior”, “ensino médio” e, novamente, “flexibilidade”. Contudo, no contexto desta Lei, este último conceito assume um sentido mais amplo, pois diz respeito à possibilidade de adoção de diferentes “componentes curriculares”, organizações “modulares”, “semestrais” ou “seriadas”, diferentes “modalidades de ensino”. “Educação presencial”, “educação a distância”, “educação especial”, “educação de jovens e adultos” e “educação indígena” são outras fórmulas relevantes nesse contexto, que operacionalizam a flexibilidade prevista na Lei.

Num modelo assim flexível, não faz mais sentido falar-se em “grade curricular” (expressão que os críticos da lei relacionam a prisão), mas em “matriz curricular”, devidamente caracterizada pela “interdisciplinaridade”, “multidisciplinaridade” ou

“pluridisciplinaridade”. Nesse posicionamento, busca-se a “formação integral” e não a “formação técnica”; reconhece-se a premência de uma “formação humanística” e de uma “formação generalista”, deixando a especialização para a pós-graduação. Além disso, considera-se que o estudante nunca se forma, pois necessita submeter-se à “educação continuada”.

A Lei prevê, ainda, que a universidade promova a “articulação entre teoria e prática” e que efetive a desejável “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, espera-se que a instituição seja um lugar de produção de conhecimento (pesquisa), de reprodução de conhecimento (ensino) e, mais que isso, divida com a sociedade os resultados de sua produção e reprodução de conhecimentos, por meio da extensão.

A flexibilização permite a “singularização” e a “heterogeneidade”, em detrimento da “homogeneização” seja ela institucional ou individual. Assim, faculta ao aluno a possibilidade de realizar disciplinas em diferentes cursos, facilita a mobilidade acadêmica, dentro e fora do país, incentiva a participação do aluno em projetos de pesquisa e de extensão, permitindo-lhe experiências diferenciadas.

Além de regulamentar o funcionamento institucional, a Lei prevê verificar-lhe o cumprimento das funções, por meio de instrumentos de “avaliação institucional”. No campo das políticas de avaliação da educação superior em análise, podem ser identificadas fórmulas filiadas a dois posicionamentos distintos: os que estão na base da Lei 9131/95, que instituiu o Exame Nacional de Cursos para concluintes de graduação, e a Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Uma rápida leitura permite identificar, entre as fórmulas mobilizadas pela Lei do Provão: “ensino superior”, “conteúdos mínimos”, “conhecimentos e competências”, “qualidade do

ensino”, “qualidade e eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Sinteticamente, pode-se afirmar que essa Lei pretende avaliar o produto, isto é, verificar a qualidade do ensino oferecido, o cumprimento do currículo mínimo.

A Lei 10.861/2004, que institui o SINAES, por sua vez, mobiliza fórmulas como: “educação superior”, “identidade institucional”, “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, “papel social”, “processo avaliativo”, “Plano de Desenvolvimento Institucional”, “auto-avaliação”, “avaliação externa”, “avaliação de cursos”, “exame nacional de desempenho estudantil”, entre outras. Volta-se, portanto, para o processo de “construção do conhecimento”, realizado também fora das salas de aula ou dos laboratórios, interação da instituição com sociedade, planejamento. O posicionamento em que se insere essa forma de avaliação volta-se para sua inserção regional e o atendimento das necessidades locais. Não se busca comparar uma instituição da região sudeste com uma instituição da região norte, mas verificar se cada uma delas está sendo fiel a sua “vocação”, cumprindo a “missão” que se propôs desempenhar e o papel que delas esperam as comunidades que as abrigam.

Krieg-Planque (2010) afirma que, polemizando em torno da fórmula, os atores-locutores “polemizam por uma descrição do real”. Assim é que, frequentemente, “uma palavra se impõe em detrimento de outra, sua concorrente ideológica”. No campo das políticas educacionais, a utilização de “educação” em substituição a “ensino” remete a uma concepção mais abrangente, uma vez que, particularmente quando aplicada ao nível universitário, “educação” pressupõe ensino, pesquisa e extensão. Assim, no interior do SINAES, não se fala em “ensino à distância”, mas em “educação à distância”.

Muitas vezes, a polêmica pode ser sentida no interior do próprio posicionamento. É o caso de “flexibilização curricular” e “autonomia universitária” que são frequentemente entendidos

como opostos a “diretrizes”, “parâmetros” e “orientações curriculares”. Embora nenhum dos três vocábulos coloque em cena sentidos definitivos ou obrigatórios, os três concentram uma multiplicidade de posições, e, por darem nome a documentos oficiais, propiciam o sentido de determinação. Daí sua carga polêmica e seu emprego mutuamente exclusivo.

Considerações finais

Ainda que a amostra analisada seja bastante limitada, creio haver demonstrado que as fórmulas referentes às políticas de educação, expressas em documentos oficiais, efetivamente “cristalizam questões políticas e sociais”, ao mesmo tempo em que contribuem para a construção dessas questões.

Dentre as propriedades da fórmula apontadas por Krieg-Planque, destaquei, mais detidamente, sua dimensão polêmica, que traz à tona o posicionamento discursivo de sua história. As fórmulas relacionadas à política de educação superior apresentam alterações semânticas e formais, de repúdio ou de reformulação.

Assim é que a Lei 5692/71, promulgada no seio da ditadura militar, apresenta-se como porta-voz de um projeto de desenvolvimento técnico-industrial para o país, relegando a segundo plano o exercício da cidadania. Quase três décadas depois, a LDBEN 9394/96 põe em circulação fórmulas que veiculam sentidos que remetem à igualdade de condições, à heterogeneidade entre os indivíduos, ao exercício da cidadania, e à qualificação plena, voltada ao desenvolvimento da capacidade de adaptação às mudanças.

Referências

BUARQUE, C. *A universidade numa encruzilhada*. Brasília: Unesco, 2003.

FURTADO, A. "Os 'inempregáveis' de FHC: globalização e emprego no Plano Real". Disponível em <<http://aacastro.tripod.com/inempreg.htm>> Acesso em: 24 nov 2011.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. Disponível em <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/manualusuario.html>. Acesso em: 06/03/11.

KRIEG-PLANQUE, A. "Fórmulas" e "lugares discursivos": propostas para a análise do discurso político. Tradução Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. *Fórmulas Discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. Entrevista concedida a Philippe Schepens.

KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de "fórmula" em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Tradução Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva; Néelson P. Da Costa e Sírio Possenti. 1. ed. Curitiba: Criar Edições, 2006.

Lei 5540, de 28/11/1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 23/03/11.

Lei 5692/71, de 18/08/1971. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L5692.htm>>. Acesso em: 23/03/11.

LDBEN 9394/96, de 20/12/1996. disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23/03/11.

Lei 9131/95, de 24/11/1995. disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm>. Acesso em: 23/03/11.

Lei 10.861/2004, de 14/04/2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 23/03/11.

Discurso infográfico e movimento de esquematização

Silvia Regina Nunes

Buscamos a compreensão do funcionamento do infográfico na mídia impressa e eletrônica: sua constituição, sua formulação e sua circulação (ORLANDI, 2001) e os efeitos deste processo na sociedade, principalmente em relação às práticas contemporâneas de leitura. Os infográficos se constituem especificamente pela relação entre uma formulação verbal (formas escritas tipográficas) e formulações visuais (imagens: vídeos, fotografias, desenhos, setas, pontilhados, pontos; tabelas e gráficos).

Neste artigo discutimos o movimento de esquematização, constitutivo dos infográficos, enfocando a relação entre a estabilização e o deslocamento no que concerne aos efeitos de relevância, síntese e ordenação produzidos em sua leitura. Este movimento acontece na textualidade do discurso infográfico pelo funcionamento simultâneo de: a) formulações verbais, b) tabelas e gráficos estatísticos e c) ordenação numérica. Na análise desse movimento questionamos o que Pêcheux (1990 [2006]) designa como uma “linguagem lógica de representação”, ou seja, o infográfico não estaria produzindo uma língua lógica de

referentes unívocos com o objetivo de realizar, justamente, uma prótese de leitura?

Nosso gesto se especifica, então, na compreensão da textualidade esquematizadora de dois infográficos impressos buscando, neste movimento, por brechas nas quais poderia irromper o equívoco, a contradição, o que não está logicamente estabilizado.

Na discussão que Pêcheux (1990 [2006]) promove a partir da análise que faz sobre o enunciado “on a gagné” (por ocasião da eleição de François Mitterrand como presidente da República Francesa no dia 10 de maio de 1981), o autor põe em relação o político e o esportivo mostrando o jogo metafórico em torno desse enunciado. O autor aponta para a opacidade de “on a gagné” e mostra através de uma análise léxico-sintática que uma rede de relações associativas implícitas sustenta esses sentidos.

O autor chama a atenção para uma questão teórica que irrompe a partir da análise desse enunciado, ou seja, “a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (*op. cit.*, p. 28).

Pêcheux (*op. cit.*), sempre a partir de questionamentos sobre os universos logicamente estabilizados, mostra como a conjunção entre as técnicas materiais (gráficos) e as técnicas de gestão social dos indivíduos (estatística) “repousam, em seu funcionamento discursivo interno”, sobre uma proibição da interpretação. Esta proibição funciona sob o modo da oposição, ou seja, “implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?)” e nublando a alteridade constitutiva do discurso. O efeito decorrente do funcionamento desse universo logicamente estabilizado é o de saber do que se fala, “porque todo enunciado

produzido nestes espaços reflete propriedades estruturais independentes¹ de sua enunciação”.

Tais desdobramentos levam o autor a buscar a interrogação do sujeito pragmático (no sentido kantiano: sujeito feliz) e em funcionamento no modo de vida contemporâneo (sujeito jurídico). O sujeito pragmático, o qual Pêcheux chama de os “simples particulares”, apresentaria uma “imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” marcada pela existência de pequenos sistemas lógicos portáteis. Segundo o autor, esses sistemas funcionariam de diversas formas, desde a “gestão cotidiana da existência” que no modo da civilização ocidental se torna visível por objetos como “o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc.”, as “grandes decisões” da vida social e afetiva que permeiam nosso cotidiano e que podem ser notadas através de enunciados como: “eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc.”, atravessados por todo “contexto sócio-técnico” dos “aparelhos domésticos”, que se mostram pelos “objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos...”. (*idem, op.cit.*, p. 33).

O autor designa este processo como um espaço de necessidade equívoca, visto que se misturam “coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas”..., pois existe a possibilidade de toda (cada) conversa colocar em jogo uma “bipolarização lógica das proposições enunciáveis” com a consequência desse gesto desencadear uma “simplificação unívoca” das coisas. Para Pêcheux (*op. cit.*), de nada adianta negar essa necessidade que se materializa em disjunções e categorizações lógicas, visto que essa necessidade de “um mundo semanticamente normal, isto é, normatizado” começa desde muito cedo, já na relação que o

¹ Ao invés de propriedades, mostro alguns efeitos produzidos no movimento de esquematização.

sujeito tem com seu próprio corpo, principalmente em relação a “distribuição entre bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento”. (*idem, op. cit.*, p. 34).

Esta necessidade de fronteiras, conforme designa Pêcheux (*op. cit.*), também não adianta ser negada na relação estreita que ela mantém com as múltiplas coisas-a-saber². O Estado e as instituições funcionariam em nossa sociedade como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda. Assim, a imprensa, enquanto instituição (MARIANI, 1999), forneceria as respostas, na forma da ideologia da informação, à sociedade que, nesta demanda, pelo logicamente estabilizado, constitui-se enquanto logicamente feliz por ter coisas-a-saber e por buscar preencher essa falta de saber através das “informações sempre tão disponíveis”. Isto porque, de acordo com Pêcheux (*op. cit.*), as coisas-a-saber representam tudo o que arrisca faltar a felicidade do sujeito pragmático, especialmente por que:

(...) há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas e de atos (a efetuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é impiedoso. (*idem, op. cit.* pp. 34-35).

O foco da crítica de Pêcheux (*op. cit.*) incide sobre o modo de funcionamento do marxismo, que funcionaria enquanto uma *ciência régia* que se sustentaria mostrando-se conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais e tão onipresente quanto a filosofia e a política.

² As coisas-a-saber são modos de busca de preenchimento de alguma coisa que, constitutivamente, falta a todo sujeito.

No modo como a matemática e a estatística³, de uma maneira positivada, buscaram refletir diretamente as necessidades “inequívocas” da sociedade, trazemos, em contraponto, o modo como Pêcheux, num gesto diferente, descreve a forma como a humanidade foi estruturada pelos vários sistemas ideológicos de racionalidade: a *escolástica aristotélica* (questões disjuntivas sobre a divindade, o sexo dos anjos, os corpos celestes e terrestres, as plantas e os animais, etc.) mostrando que a forma do catecismo estruturou de maneira consistente essas redes de questões-respostas escolásticas; o momento do *rigor positivo* marcado pela constituição de diversas ciências como a física, a química e a biologia e em decorrência dessa constituição a emergência de uma nova forma de Direito (corpo de proposições) e de um novo lance do pensamento matemático.

Esse positivismo, designado pelo autor como um “novo organon”, teria o objetivo de opor-se ao aristotelismo apoiando-se nas ciências exatas e buscando, assim, uma homogeneidade do real “desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo experimental, e as técnicas de ‘administração de provas’”; e por fim, o momento da *ontologia marxista* com a pretensão de produzir “leis dialéticas” da história e da matéria tendo *O Capital* como arma absoluta. Segundo Pêcheux (*op. cit.*), essa ontologia funcionaria de modo parcialmente semelhante aos dois precedentes partilhando com eles, também, o desejo de onipotência.

³ Estes campos produziram uma série de efeitos estabilizadores, tanto formais, quanto empiristas, na sociedade. A matemática teria um funcionamento que projetaria um conhecimento autossuficiente, conhecimento este que permitiria sua existência independentemente das experiências vividas, um modelo formal-abstrato. É possível dizer que os procedimentos de recenseamento, por exemplo, deram condições para o desenvolvimento de procedimentos estatísticos, o que indica um funcionamento empírico para essa ciência.

A análise dos infográficos “Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?” e “como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?” podem dar visibilidade a um processo discursivo que instaura uma relação contraditória entre a estabilidade e o deslocamento.

Estabilização e deslocamento: o discurso infográfico

Apresento um infográfico que tematiza a relação de força física entre animais na forma de um duelo entre um tigre e um leão. Trata-se de uma simulação de luta em que os dois animais estão dispostos em vários planos e várias posições, encenando tal luta.

LA FOTOGRAFIA DEL DIA

Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?

Se fosse para apostar, a mais garantida seria você jogar todos os seus fichas no lado? Isso porque ele é mais "tecnológico" tanto físico como quanto tigre e possui características semelhantes que lhe dão vantagem. O tigre possui um poder que dá ao leão, velocidade, no entanto, é muito impetuoso na natureza, ou seja vive em um ambiente doméstico. O leão possui um "valor" alto, enquanto o tigre não é considerado "valoroso" no ambiente de trabalho, na vida, no futebol ou para as redes sociais, mesmo no momento das eleições e quando se trata de política. É por isso que o tigre é considerado o "rei da selva". Um leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva". O leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

1 TAMANHO
 O tigre tem 3 metros de comprimento, 1 metro de altura, 250 quilos e pesa 100 quilos. O leão tem 2 metros de comprimento, 1 metro de altura, 200 quilos e pesa 100 quilos. Mas será que tamanho faz toda a diferença entre eles?

PUNTO PARA LEÃO
 0 X 1
 LEÃO TIGRE

2 ARMAS DE DEFESA
 Na hora de "defender", os dois agem de forma parecida, tentando bloquear o corpo do rival. Mas o tigre possui um poder que dá ao leão, velocidade, no entanto, é muito impetuoso na natureza, ou seja vive em um ambiente doméstico. O leão possui um "valor" alto, enquanto o tigre não é considerado "valoroso" no ambiente de trabalho, na vida, no futebol ou para as redes sociais, mesmo no momento das eleições e quando se trata de política. É por isso que o tigre é considerado o "rei da selva". Um leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

PUNTO PARA LEÃO
 1 X 1
 LEÃO TIGRE

3 ARMAS DE ATAQUE
 Além de jogar, outro tipo de ataque é a velocidade. O leão possui uma velocidade que dá ao tigre e concentra a força de "rei da selva". O leão é considerado o "rei da selva". O leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

PUNTO PARA LEÃO
 0 X 1
 LEÃO TIGRE

4 AGILIDADE
 As características de velocidade e agilidade são as principais armas de ataque. O leão possui uma velocidade que dá ao tigre e concentra a força de "rei da selva". O leão é considerado o "rei da selva". O leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

PUNTO PARA LEÃO
 0 X 0
 LEÃO TIGRE

5 INSTINTO
 O leão é um animal instintivo, capaz de perceber a intenção do rival e atacar antes que ele faça isso. O leão possui um poder que dá ao tigre, velocidade, no entanto, é muito impetuoso na natureza, ou seja vive em um ambiente doméstico. O leão possui um "valor" alto, enquanto o tigre não é considerado "valoroso" no ambiente de trabalho, na vida, no futebol ou para as redes sociais, mesmo no momento das eleições e quando se trata de política. É por isso que o tigre é considerado o "rei da selva". Um leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

PUNTO PARA LEÃO
 0 X 0
 LEÃO TIGRE

6 ESTRATEGIA
 Enquanto o leão é mais calmo e controlado, o tigre é considerado nervoso e agressivo. Sua diferença aparece quando o tigre tenta atacar o leão antes que ele faça isso. O leão possui uma velocidade que dá ao tigre e concentra a força de "rei da selva". O leão é considerado o "rei da selva". O leão vive em um ambiente doméstico e é considerado o "rei da selva".

PUNTO PARA LEÃO

PLACAR FINAL
 4 X 0
 LEÃO TIGRE

Na relação entra a formulação verbal e a visual as imagens chamam a atenção produzindo efeitos de tensão, de guerra. A representação da luta é formulada instaurando movimento, a posição desses animais no espaço é fluida, como se eles estivessem se movimentando, visto que a imagem deles toma a maior parte do espaço na página. O efeito de movimento é instaurado pelo jogo de perspectiva entre as imagens dos animais, ora a do tigre aparecendo em primeiro plano (quando vence a rodada) e a do leão em segundo, ora a do leão (quando vence) aparecendo maior (em primeiro plano). Por um jogo de transparência é possível visualizar as imagens dos corpos dos animais em diversas posições. Há, também, um jogo de perspectiva que instaura efeitos de três dimensões nas imagens dos corpos. A flecha administra um trajeto de leitura da imagem, focalizando a direção em que a imagem deve ser lida.

A formulação verbal se significa por um procedimento retórico ancorado na descrição, explicação e argumentação, que põe em pauta as causas e consequências produzidas num tipo de luta como este. Uma pergunta é feita para introduzir o tema do infográfico: “Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?” Uma relação com o leitor é instaurada pela projeção imaginária deste na cena da luta. Esta entrada se dá pelo enunciado: “Se fosse para apostar, o mais garantido seria você jogar todas as suas fichas no leão!” ou “(...) você verá quem leva a melhor em vários quesitos. Ficou um duelo simplesmente animal!”. Na formulação ressalva-se, contudo, que esse tipo de luta foi realizado somente em cativeiro, visto que como os dois animais não pertencem ao mesmo *habitat*, tais duelos jamais poderiam acontecer. É possível observar a preocupação da posição-autor do infográfico que antecipa possíveis objeções dos leitores em relação a esta questão de impossibilidade geográfica. Estas ressalvas se materializam nas conjunções concessivas e adversativas como: “no entanto” e “mas”, conforme as

formulações a seguir: “O tira-teima para saber qual deles sairia vitorioso, **no entanto**, é quase impossível na natureza: os dois vivem em continentes distintos.”; “No habitat natural as tretas não rolam, **mas** em cativeiro os dois felinos já protagonizaram alguns quebra-paus”.

Uma descrição das características de cada animal, ordenadas numericamente, dá visibilidade ao procedimento retórico na forma da argumentação. Assim, a característica 1, designada como “tamanho”, inicia o placar atribuindo ponto ao tigre que teria, aproximadamente, três metros de comprimento e quase trezentos quilos (especificamente o siberiano), enquanto que o leão só teria dois metros e perto de duzentos quilos. Contudo, é feita uma pergunta ao final: tamanho seria documento? Na característica número 2, designada como “armas de defesa”, descreve-se um momento específico da luta entre os dois animais descrita como “a hora do vamuvê”, que quer dizer que é a hora em que o duelo começa. Neste momento, o leão levaria vantagem para se defender por causa da juba que o protegeria das possíveis dentadas do adversário. Nesta direção, a juba do leão também ajudaria a dar-lhe uma aparência maior o que intimidaria o tigre. No placar o ponto é destinado ao leão. Na característica número 3, “armas de ataque”, o leão continua na dianteira do duelo, pois o foco recai sobre a anatomia de suas patas que seriam mais musculosas do que as do tigre e, por isso, concentrariam maior força. É importante focalizar o modo como a pata é destacada pela flecha vermelha, que indica a direção para onde se deve olhar a fim de comprovar a existência dos músculos já citados. A patada leonina, desta maneira, seria uma excelente arma de ataque. No placar a luta está 2 x 1 para o leão. A característica número 4, designada como “agilidade”, dá visibilidade à superioridade do tigre por conta da força que ele teria nas patas traseiras, na oposição ao leão que teria força nas patas dianteiras. Esta força nas patas traseiras lhe possibilitaria

dar saltos maiores do que os do leão e isso seria a razão de sua maior agilidade. No placar a luta empata em 2 x 2. Na quinta característica, a do “instinto”, o jogo vira e o leão volta a emplacar. Como argumento, considera-se a função de proteção à prole que o leão cumpriria em relação ao modo solitário do tigre. O placar avisa: 3 x 2 para o leão. Na sexta e última característica, designada como “estratégia”, o leão novamente venceria o duelo, visto que a ele se atribui maior capacidade de concentração e calma em relação ao tigre que seria nervoso e apreensivo e, portanto, não teria a frieza analítica necessária para vencer a luta. Placar final: 4 x 2 para o leão.

Na formulação destas características é importante apontar a produção de um “discurso logicamente estabilizado”, tanto na ordenação das características, quanto na forma do placar. Instauram-se efeitos de verdade-generalização-universalização neste processo, como se só houvesse uma espécie de tigre ou leão no mundo e estes animais só vivessem em cativeiro. Contudo, na formulação destas características é possível observar o modo como são atribuídas características humanas aos animais em destaque. Especificamente na característica número 6, “estratégia”, isto é marcante, pois indicar características como calma e concentração ao leão e menor capacidade de análise e pouca frieza para o tigre seria como esperar de tais animais comportamentos racionais.

Na relação entre o verbal e o visual, observamos que a imagem se sustenta no imaginário do confronto, isto é, o modo como ela foi formulada aponta para estes efeitos de confronto. Se a análise focasse somente o conteúdo, poderíamos dizer que a imagem funcionaria somente como ilustração, contudo a entrada analítica compósita entre verbal e visual, sem separar formas e conteúdos, mostra que a interpretação da imagem não se reduz ao verbal, mas instaura sentidos próprios nesta composição. Se o foco estivesse somente na produção da informação, enquanto

conteúdo, diríamos que a imagem não garantiria uma função de compreensão, visto que a garantia da compreensão da informação recairia na formulação verbal, contudo a leitura do infográfico apresenta uma complexidade que merece ser mais explorada, não se restringindo à informação.

Nesta direção, questionamos: por que faz sentido perguntar quem venceria um duelo entre um tigre e um leão se essa luta só se daria em um espaço específico que é o do cativo e não no espaço livre dos respectivos habitats naturais de cada animal? A simulação da luta sustenta-se no pré-construído da competição, os quais são atualizados em enunciados como: “duelo sensacional”, “duelo animal”, “vence o mais forte”, “jogar as fichas”, “competição entre gigantes”, entre outros. Desta forma, a pergunta é justificada na formulação verbal silenciando o inverossímil que seria a possibilidade da luta num espaço de circulação cotidiana comum aos dois animais! A ocorrência desta competição não faz sentido no mundo animal, contudo, instaura-se na formulação verbal, que faz sentido no mundo humano, regido pelas condições de produção da sociedade capitalista em que a busca por ser “o melhor”, “o mais forte” funciona como evidência. A superação de si e o aniquilamento do outro estão na base deste funcionamento. Este processo discursivo mostra como a eficácia ideológica irrompe na formulação infográfica deslocando sua estabilidade lógica ordenada.

A análise de outro infográfico, com uma textualidade composta na relação entre gráficos estatísticos e formulação verbal, mostra também um processo que oscila na relação entre a estabilização e o deslocamento dos sentidos. Também uma pergunta introduz a temática do infográfico: “Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?” O infográfico demanda o olhar para o modo como os gráficos estatísticos são formulados de maneira diferente do que habitualmente se vê, ou seja, uma formulação estatística diferente que se mostra a) nas barras dos

gráficos que representam prédios famosos, cuja legenda “Riqueza em construção” aponta, através de cores diferentes, quais são “as maiores fortunas do mundo em US\$ bilhões”; b) na apresentação de um gráfico na forma de mapa *mundi* com indicações da porcentagem de ricos no mundo que é designado como “O endereço da riqueza” e c) num gráfico de barras com uma formulação comum ao espaço lógico da estatística, que indica a probabilidade da idade dos milionários associando esta idade a um “Valor da experiência”. Depois da pergunta que introduz o assunto temos uma apresentação de um *ranking* entre estes milionários, cuja fortuna, mesmo afetada pela crise mundial dos anos de 2008 e 2009, ainda continuaria de pé. Assim, milionários do mundo todo são nomeados como, por exemplo, Bill Gates que mesmo perdendo US\$ 18 bilhões ainda lidera o *ranking* com uma fortuna avaliada em US\$ 40 bilhões. Fazem parte da lista de bilionários citados dois brasileiros: “Jayme Garfinkel (Porto Seguro) e Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan)”, designados como “emergentes que submergiram”, pois suas fortunas também foram afetadas pela crise. Tais bilionários tem o continente de seu domicílio indicado no infomapa⁴, como também, no gráfico principal, a indicação dos países em que atuam, com a nomeação de suas respectivas empresas.

Analisando a pergunta “Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?” é possível dizer que, tanto na relação com o verbal, quanto com o visual, ela não é respondida, pois somente são disponibilizadas informações relacionadas à localização e ao valor destas fortunas. Por que se formula determinada pergunta para não respondê-la? A formulação de uma pergunta como essa cria uma expectativa e uma demanda no leitor, pois funciona como evidente que todos gostariam de saber como se faz para

⁴ De Pablos (1998)

08). Nesta direção, o autor aponta a necessidade de se retornar sobre pontos de resistência e de revolta que se incubariam sob a dominação ideológica. O autor pontua como o confronto dos sentidos marcado na resistência poderia irromper:

Não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras (*idem, op. cit.*, 17).

Desta maneira, é possível ouvir no que silencia a pergunta “Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?” alguns outros sentidos que também não estão postos na resposta que foi dada. Neste processo discursivo, vemos se constituindo um discurso da perda, conforme os enunciados: “(...) os 793 que ainda possuem fortunas acima de 9 dígitos **perderam** US\$ 2 trilhões (...)”, “Mesmo **perdendo** US\$ 18 bilhões, Bill Gates, fundador da Microsoft, retomou a liderança do ranking (...)”, “(...) o investidor Warren Buff et e o rei das telecomunicações Carlos Slim, conseguiram **perder** 40% da sua fortuna em um ano, US\$ 25 bilhões cada (...)”, “E os emergentes **submergiram**: o Brasil, por exemplo, passou de 18 para 13 bilionários - **perderam** o posto gente como Jayme Garfinkel (Porto Seguro) e Rubens Ometto Silveira Mello (Cosan)”. Na relação com esse discurso da perda, há efeitos que indicam uma hegemonia da riqueza que silencia o modo de funcionamento da sociedade com sua divisão econômica constitutiva. Esse discurso da perda instaura um corte na relação entre ricos e ricos, pois mesmo os ricos perdendo partes de sua fortuna, tem a possibilidade de continuar sendo ricos. Constitui-se, então, uma apologia à riqueza, pois ao localizar as grandes riquezas e nomear explicitamente quem são

“os mais ricos do mundo” deixa-se de olhar o conjunto em que estes sujeitos conviveriam com todos os outros. Constitui-se um efeito de reforço da política do individualismo que impõe a demanda pragmática à sociedade, pois caberia exclusivamente a cada um se esforçar para tornar-se rico. A constituição do sujeito de direito, marcada na contradição entre a submissão e a liberdade, é a que funda a eficácia dessa delegação de responsabilidade para que o sujeito busque “superar”, por seu esforço e vontade, seu estado socioeconômico. Contudo, como bem acentuou Lagazzi (1998), “na prática discursiva a realização da ideologia imprime outros sentidos à resistência. Na determinação material das forças a luta por resistência é por mudança e contra a mudança”.

Pêcheux (*op. cit.*) nos lembra sobre o modo como as fronteiras, nesta sociedade capitalista burguesa, já não são mais demarcadas como eram na sociedade feudal ou mesmo na socialista (que, segundo o autor, nem chegou a se concretizar). Fronteiras móveis, elásticas e invisíveis imbricaram-se, desta forma, com aquelas existentes, já definidas (bem delimitadas), as quais produziram efeitos contraditórios para as diferentes posições-sujeito. Assim:

[...] de um lado e de outro dessa fronteira, a mesma palavra, a mesma frase não têm, de novo, o “mesmo sentido”: e, como no caso da ideologia jurídica burguesa, sua transposição, deliberada ou não, pode ser uma questão de vida ou de morte: paradoxalmente, a desconfiança dos revolucionários com respeito à fraseologia engendrou a nova fraseologia do discurso-real autoprotetor, nova “frase democrática” que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar. (*idem, op. cit., p. 15*).

A pergunta que fica ressoando sem resposta e, mais do isso, responde outra coisa que nem se perguntou sustenta-se,

também, no pré-construído da competição a qual, neste caso, aparece instaurando a relação competitiva não só entre ricos e ricos, por conta da crise financeira que os afetou, mas também, na contradição não resolvida, por um efeito de retorno à questão que ressoa insistentemente, entre ricos e pobres. É produtivo mostrar que, neste processo, não só a pergunta, mas a textualidade infográfica silencia uma maneira que seria específica de **tornar-se** rico, mas neste mesmo processo produz também uma demanda da possibilidade, para alguns, de **manter-se** rico. A textualidade do discurso infográfico, marcada pelo imbricamento material (Lagazzi, 2009) entre o verbal e a visual, produz um espaço marcado pela reificação. Lagazzi (1998), na discussão que realiza sobre a relação entre o político e o jurídico, e a partir de um percurso reflexivo com base na retomada de Pachucanis por Naves (2001), discute a noção de “fetichismo da mercadoria”⁵, no qual a instituição do valor – o preço – esconde as relações envolvidas no fenômeno da troca, as relações entre a circulação de mercadorias e a organização social”. O que fica textualizado, sustentado no pré-construído da competição, é a luta pela manutenção da propriedade, propriedade esta metaforizada na imagem dos prédios com seus diversos tamanhos, uma vez que o que mais valeria, nestas circunstâncias, seria que cada um cuidasse muito bem do que é seu, do seu prédio, da sua propriedade. Nesta direção, Naves (*op. cit.*) afirma que:

(...) a liberdade e a igualdade são determinações do valor de troca, necessárias para que o homem possa ser “comercializado”, isto é, para que a sua força de trabalho possa circular como objeto de troca que ele, como seu proprietário, aliena por tempo certo, concedendo ao

⁵ Formulado por Marx nO *Capital*.

comprador o direito de consumir essa mesma força de trabalho no processo de produção.

O movimento de esquematização que aí se constitui ao mesmo tempo em que produz um efeito de ordenação, sustentado nos gráficos estatísticos, mostra também que, a metaforização desses gráficos em prédios produz um ponto em que a textualidade do discurso infográfico oscila, pois muito mais do que informar - pré-construído do discurso infográfico - outros sentidos, fundados na eficácia ideológica capitalista, acabam por deslocar esta pretensa estabilidade, conforme veremos a seguir.

Em *Análise de discurso e informática*, Pêcheux (1981[2011]) coloca em pauta o modo como a expressão ‘análise de discurso’ funciona de forma equivocada com uma tradução literal da expressão “discourse analysis”. A crítica do autor traz a relação entre a tradição francófona, em que ele investe suas reflexões teóricas, e a anglófona que, segundo ele, remeteria ao “estudo dos processos interativos da conversação e da fala ordinárias”, campo designado pelo autor como “estudos psico-linguísticos”. Na discussão realizada neste texto sobre a Análise automática do discurso (AAD), um ponto que nos interessa, no que concerne às questões sobre a leitura, é a maneira como o autor pensa a relação entre a análise de textos - que se ocuparia dos procedimentos informáticos para realizar uma análise de conteúdo produzindo, assim, uma “leitura artificial” e o modo como a constituição desta análise automática de discurso viria estabelecer uma relação diferente com tais procedimentos informáticos. A produção de algoritmos no espaço da AAD, nesta direção, é um ponto fundamental que mostra este deslocamento realizado pelo autor na relação com a informática..

Ao evocar tais relações diferenciais sobre os modos de ler, o objetivo do autor é mostrar a consequência da reflexão sobre a

prática científica em relação a constituição de seus instrumentos, conforme frisa Henry (1997), visto que o gesto de Herbert (1966 [2011]) é o de desenvolver uma análise precisa sobre o que seja um instrumento científico, sendo sobre esta base teórica que Pêcheux concebeu seu sistema de análise automática de discurso.

A emergência da AAD-69 se relaciona, portanto, a uma problemática da leitura, no que concerne, especificamente neste texto, à França, em torno da questão da ideologia e em particular da leitura dos discursos ideológicos. Essa problemática da leitura ideológica que, segundo o autor, teve início nos anos 60 se condensou sob a égide do Estruturalismo e em torno de alguns nomes como os de Lévi-Strauss, Foucault, Barthes, Lacan, Althusser e constituiu-se não só como um dispositivo polêmico contra as concepções dominantes da época, mas também como um programa de trabalho. É importante lembrar que o movimento estruturalista fazia frente, em relação à leitura, as concepções dominantes na época, tais como a hermenêutica literária espiritualista (práticas espontâneas da leitura sustentadas na leitura empírico-lógicas da análise de conteúdo), como também ao objetivismo quantitativo (na forma das teorias da informação e das estatísticas e mais atualmente das matemáticas). Foi então no e pelo movimento estruturalista que se abriram questões sobre a leitura promovendo uma mexida que até hoje ainda deriva seus efeitos contraditórios.

AAD-69 teve por objetivo inicialmente, segundo Pêcheux, constituir um caminho para se levar a “linguística moderna” a sério, impulsionando teoricamente essa ciência que, nesse momento, tinha como representantes principais, de interesse da AAD, Ferdinand de Saussure e Zelig Harris. No caso deste último autor, especificamente, Pêcheux (1981[2011]) pontua como a AAD-69 empurrou, até o limite, os procedimentos da linguística harrisiana.

Pêcheux (*op. cit.*) passa a descrever os procedimentos informáticos que pensados heurísticamente, a partir da relação com a linguística harrisiana (incorporada, transformada e, talvez até mesmo desfigurada, conforme acentua o autor) foi mola propulsora nesse processo. Neste empreendimento, o autor também aponta a existência de uma relação produtiva com o procedimento harrisiano⁶, uma vez que se:

(...) o sentido de uma superfície textual existe dentro no jogo das relações (de equivalência, comutação, paráfrase...) que se estabelecem necessariamente entre ela e outras superfícies textuais específicas, ocorre que o estudo dos processos discursivos (inerentes à estrutura subjacente a estudar) supõe a referência aos *conjuntos de superfícies* (ou “corpora discursivos”) que o dispositivo informático terá por efeito de colocar em estado de auto-paráfrase potencial, para interrogá-lo sobre a estrutura, generalizando os corpora assim encontrados por suas “condições (sócio-históricas) de produção”. (*idem, op. cit.*, p.278).

Em *Análise sintática e paráfrase discursiva*, Pêcheux (1980/82 [2011]) explicita brevemente os princípios e procedimentos que permearam o trabalho discursivo na constituição da AAD-69. Na mesma direção do que viemos trazendo sobre as questões relacionadas à leitura no artigo anterior, o autor focaliza o modo como o tratamento dos corpora foi pensado na AAD-69, principalmente no que se refere ao procedimento algorítmico. A

⁶ Contudo, a relação com a linguística harrisiana alcançou seu limite equívoco na medida em que os procedimentos da AAD-69 ficaram um tanto “distantes de um acordo, quanto a apreensão deste jogo entre o mesmo e o diferente que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo”. Tal desacordo se referia tanto aos métodos de cálculo de proximidades, à rigidez pesada da análise sintática manual, bem como a obstinação da busca de identidades parafrásticas.

necessidade de se trabalhar a partir de um sistema de corpus laminado e heterogêneo que reconstruiria um arquivo textual é destacada e definida no procedimento do que ele chama de “técnica” de corpus. A noção de processo discursivo que colocaria várias sequências em relação também é fundamental. O autor cita, então, as etapas do tratamento dos corpora, colocando a delimitação das sequências discursivas autônomas (SDA) com dimensão superior a uma frase, como essencial, visto que este primeiro procedimento teria como objetivo a deslinearização e o tratamento destas SDAs, pelo algoritmo, como entidades independentes, ou seja, a organização de tais sequências se constituiria como unidade máxima de comparação.

O autor destina a paráfrase sintática, ponto em que a discursividade está diretamente ligada a sintaxe, um papel particular no que ele designa como “algoritmo da análise de discurso”, que funcionaria na forma específica de-por “solicitações sintáticas de paráfrases”. O autor coloca que as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas, são, nesta medida, “aspectos da análise sintática que ultrapassam a problemática estritamente linguística para abordar questões de ordem discursiva”. Isto porque, de um lado, as ligações horizontais guardariam traços do fio discursivo e de outro porque a paráfrase sintática permitiria aproximar estruturas sem fazer apelo ao sentido. Nessa relação, o autor adverte que a questão do sentido não interviria “na análise sintática, mas, sobretudo, no momento da interpretação dos resultados”. (*idem, op. cit.*, pp. 168-169).

Em relação especificamente à paráfrase discursiva o autor aponta, inicialmente, dois tipos que estariam em funcionamento: a paráfrase sintática com identidade lexical e variação de tipo sintático e a paráfrase de estrutura sintática fixa e variação lexical; em seguida, ele alude a mais um tipo que seria misto e se

caracterizaria pela combinação das variações dos dois tipos precedentes.

O que nos importa dessa breve descrição dos procedimentos informáticos da AAD é o modo como Pêcheux desloca a função do algoritmo constituído num modo estritamente técnico e/ou opositivo, próprio do campo lógico da informática, para um modo discursivo de funcionamento, o qual teria sua sustentação nas relações que as SDAs, as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas manteriam, nos eixos sintagmáticos e paradigmáticos, umas com as outras. A noção de *relação a* tomada de Canguilhem (conf. PÊCHEUX, 1994) estaria sempre na base destes processos discursivos, mesmo os informatizados.

Neste primado da relação sobre a segmentação e o trabalho com palavras-pivô⁷ (prática criticada por Pêcheux), o autor aponta a possibilidade de sustentar argumentativamente, apoiado no terreno da informática:

(...) a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou “intelectiva”. Um corpus de arquivo textual não é um “banco de dados”.
(*idem*, 1981[2011], p. 281)

O autor observa que uma recusa histórica de qualquer linguagem lógica de representação *a priori* parece cada vez mais justificada no domínio da informática das ciências humanas, uma vez que há um alargamento (uma entrada) cada vez maior das “línguas lógicas de referentes unívocos, importadas do

⁷ Procedimento informático que funciona pela busca de uma palavra previamente escolhida e instituída como pivô em uma classe de proposições.

domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos". Contudo, isso não quer dizer que a análise de discurso informatizada deva se render às evidências empíricas de leitura, ou seja, fazer-se uma *"teologia da estrutura* escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento", isto é, "a informática como uma prótese de leitura, como máquina de lavar dos textos, aparelho de raio X!". (*idem, op. cit.*, p. 282).

Inconclusões

Das questões discutidas aqui, a leitura é um acontecimento que nos demanda compreensão por seu funcionamento fluido, inapreensível em sua totalidade. A pergunta de Pêcheux ressoa, incontornavelmente, mesmo após mais de três décadas: o que é ler? Isto quer dizer que, mesmo nas condições de produção da vida digital, mesmo com a emergência das atuais tecnologias de linguagem, as quais modificam a relação do sujeito com suas condições histórico-sociais de existência, esta questão permanece sempre em aberto. E por quê? Porque ler é interpretar, e o sujeito não tem como não significar. Face um objeto simbólico, o sujeito é levado a dizer o que ele significa havendo "assim injunção à interpretação" (ORLANDI, 2001, p.22). E esta injunção é nossa ferida narcísica, aquela que lateja constantemente nos impelindo sempre em direção aos sentidos, a atribuir sentidos.

Contudo, no curso indefinido desta injunção buscamos, também, preencher esta falta, e este preenchimento, no caso do objeto aqui discutido, o infográfico, se realiza por meio de alguns procedimentos, ou seja, na forma do 'movimento de esquematização'. Conforme enunciamos anteriormente, nós, os "simples particulares" temos uma "imperiosa necessidade de homogeneidade lógica", e, nos lembra Pêcheux (1990 [2006]), de nada adianta negar essa necessidade que se materializa em

disjunções e categorizações lógicas, visto que essa necessidade de “um mundo semanticamente normal, isto é, normatizado” começa desde muito cedo, já na relação que o sujeito tem com seu próprio corpo, principalmente em relação a “distribuição entre bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento”. (*idem, op. cit.*, p. 34).

Esta injunção à interpretação se materializa na leitura, e nesta medida, o gesto autoral de Pêcheux (1981/1982 [2011]) na constituição da AAD-69 e na demanda pela constituição de procedimentos técnicos que abrissem a possibilidade de se realizar outras-diferentes formas de leitura - no contraponto com as práticas estritamente subjetivistas e formalistas em vigência - imprime sua consequência na forma como este autor se apropria do algoritmo, deslocando-o do campo da lógica e atribuindo-lhe um funcionamento discursivo. Como Pêcheux (*op. cit.*) mesmo disse: um arquivo não é um banco de dados. Isso muda radicalmente o modo de se compreender os sentidos, pois olhar o arquivo como objeto discursivo, isto é, nas suas relações, abre o campo de possibilidades na relação entre o discurso e a informática. Pêcheux (*op. cit.*) subverte a *função* algorítmica, pondo-o em *funcionamento*, mostrando a possibilidade de se por em relação às relações. Desta maneira, o procedimento técnico, já deslocado de sua função opositiva, buscaria nas relações que as SDAs, as ligações horizontais e as paráfrases sintáticas mantêm umas com as outras, por exemplo, um modo outro de ler. E isto não é pouca coisa.

Segundo o discurso sobre o infográfico, esta textualidade esquematizadora facilitaria a compreensão das informações proporcionando ao leitor formas de se informar mais em menos tempo. Neste processo, é possível observar como é produzida a posição de um leitor pragmático. Esta posição, fundada na evidência do empírico, da racionalidade e da verdade, se constituiria na evidência da apreensão e do controle dos sentidos das “coisas-a-saber”, isto porque, no movimento de

esquematisação, são produzidos efeitos de relevância: ao selecionar temas e formas de dizer sobre este tema, inevitavelmente são deixados outros de fora e este gesto produz relevância ao que foi selecionado e posto em estado de leitura; são produzidos, também, efeitos de síntese, conforme a formulação visual administrada nos-pelos gráficos estatísticos e as imagens; produzem-se, ainda, efeitos de ordenação, conforme o placar materializado no infográfico sobre o duelo de animais, as flechas que indicam os trajetos de leitura a serem seguidos e a própria formulação estatística. Contudo, a pretensa estabilização desta textualidade esbarra na fluidez dos sentidos que irrompem, por exemplo, pelo silenciamento da resposta às perguntas realizadas, ou, ainda, pelo deslize que produz as ressalvas sobre a luta em cativeiro, e mesmo na tentativa de contenção da interpretação das imagens através das flechas.

Longe de fechar as questões sobre a leitura na forma da facilidade e da velocidade, nosso objetivo foi o de compreender a incompletude constitutiva do dizer na materialidade do discurso infográfico. Este gesto analítico considera que há furos nesta textualidade esquematizadora, visto que sua unidade é um efeito imaginário fundado na falta constitutiva do sujeito e da língua e na contradição histórica não resolvida, a qual impossibilitaria a síntese, conforme sempre frisa Lagazzi (2010, p. 154).

A relação entre a estabilidade e o deslocamento compreendida pelas análises instauram questões sobre a leitura e os sentidos, visto que apesar da formulação infográfica buscar se constituir no fechamento dos sentidos, alguma coisa acontece e faz oscilar esta ordem. Assim, demandados pela compreensão das práticas de leitura na sociedade, as questões irrompem de forma irremediável, e elas permanecem: como os diferentes objetos simbólicos produzem sentidos? como tais objetos são lidos? como produzir procedimentos analíticos para a leitura de tais objetos?

Referências

De PABLOS COELLO, José Manuel. *Siempre ha habido infografía*. Revista Latina de Comunicación Social, 05. Acesso em 22 de outubro de 2011. Disponível em <http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/88depablos.htm>

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In GADET, F. e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia Mariani. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

HERBERT, Thomas. *Reflexões sobre a situação teórica das ciências humanas e, especialmente, da psicologia social*. In ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Michel Pêcheux textos selecionados*. Tradução de Mariza Vieira da Silva e Laura A. Perrela Parisi. Campinas – SP: Pontes, 2011.

LAGAZZI, Suzy. *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso*. Tese de Doutorado. IEL/UNICAMP, 1998.

_____. *O recorte significativo na memória*. In: INDURSKY, F. et al. (orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos - SP: Claraluz, 2009.

_____. *The social in scene in significant materiality*. In *Acta Scientiarum Language and Culture*. DLE-UEM: Maringá - PR, v. 32, n. 2, p. 153-161, 2010.

MARIANI, B. *Discurso e Instituição: a Imprensa*. In: *Rua*, Campinas, n° 5, 1999, p. 47-61.

NAVES, Marcio. B. *A ilusão da jurisprudência*. In *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 67-72, 2001.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas - SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Campinas – SP: Pontes, 1990 [2006].

_____. *Delimitações, Inversões e Deslocamentos*, Cadernos de Estudos Linguísticos, 19, Campinas: Unicamp, 1990. p. 7-24

_____. *Ler o arquivo hoje*. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura – da história no discurso*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1994.

_____. *Análise sintática e paráfrase discursiva*. In ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Michel Pêcheux textos selecionados*. Tradução de Cláudia Pfeiffer. Campinas – SP: Pontes, 2011.

_____. *Análise de discurso e informática*. In ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Michel Pêcheux textos selecionados*. Tradução de Cristiane Dias. Campinas – SP: Pontes, 2011.

Revista Superinteressante. *Como os mais ricos do mundo ganham dinheiro?*
<http://super.abril.com.br/cotidiano/como-mais-ricos-mundo-ganham-dinheiro-620398.shtml>. Acesso em 04/11/2011.

Revista Mundo Estranho. *Quem venceria um duelo entre um tigre e um leão?*
<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quem-venceria-um-duelo-entre-um-tigre-e-um-leao>. Acesso em 04/11/2011.

Bilinguismo e subjetivação do indígena no espaço escolar: difrações da contradição discursiva

Margarida Liss
Ismara Tasso

1. Reflexões introdutórias

Tratar de práticas discursivas acerca da inclusão pela perspectiva teórica foucaultiana (FOUCAULT, 2007; 2008) denota associar as políticas afirmativas às relações de saber e de poder. Ao serem regidas por tais relações, as proposições, implantações e execuções de políticas dessa ordem colocam em processo modos de subjetivação¹ específicos aos sujeitos eleitos como objetos de inclusão. Atualmente, no que tange à educação escolar indígena bilíngue, um dos principais instrumentos que legitima o discurso da inclusão linguística no Brasil é o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998), documento que constitui o *corpus* da pesquisa desenvolvida no mestrado e que resultou na Dissertação "Diversidade Cultural, Bilinguismo e

¹ Os modos de subjetivação correspondem às identidades compreendidas em suas intrínsecas relações com a diferença tal como a concebe Silva (2007, p. 74-76), pois, "em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido". A identidade é, então, a "referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença. Isto reflete a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos".

Política Linguística em Discursos Escolares Indígenas do Estado do Paraná: a Identidade em Governamentalidade”. O percurso aqui empreendido é parte de um projeto maior, “Avaliação socioeducacional, linguística e do bilinguismo nas Escolas Indígenas Kaingang do território etnoeducacional – Planalto Meridional Brasileiro”, subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Desse modo, a partir dos preceitos teórico-metodológicos de Michel Foucault, para este ensaio, estabelecemos como objetivo demonstrar como a contradição discursiva se instaura no RCNEI e institui identidades aos sujeitos indígenas ao promover o cerceamento das línguas autóctones em um território, propondo funções específicas às línguas indígena e portuguesa. Há, pois, condições favoráveis para que a contradição se instaure ao serem estabelecidas delimitações às funções social e política das línguas indígenas, uma vez que essa função é regida e controlada pelo Estado.

2. Condições de existência do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI)

Nas últimas décadas, ganharam força os discursos sobre o respeito ao diverso, às variadas culturas, aos diferentes modos de ser. A partir da implantação do Estatuto do Índio na década de 1970 e da Constituição Brasileira em 1988, emergem inúmeras políticas públicas para assegurar o direito das populações minoritárias à diversidade cultural. Integra esse quadro a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996, com o intuito de “redesenhar o sistema educacional em todos os níveis”, desde a creche às Universidades, incluindo todas as outras modalidades de ensino, como a educação especial, profissional, educação a distância e educação indígena. Trata-se da primeira legislação proveniente do campo

educacional que garante aos povos indígenas a educação bilíngue, conforme explicitado no Art. 32 da Sessão III, parágrafo 3º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. A legislação também garante aos povos indígenas “a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”.

Com a implantação da LDB, tornam-se necessárias normas com direcionamentos específicos para cada nível de escolaridade. Dessa forma, a lei faz emergir inúmeras legislações escolares com o objetivo de oferecer subsídios pedagógicos aos educadores, tal como ocorreu, em 1998, com os *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN* e os *Referenciais Curriculares Nacionais*, dos quais fazem parte o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, o *Referencial Curricular Nacional de Nível Técnico* e o *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI*. Este último encontra-se em vigência até a atualidade nas escolas indígenas do Brasil. É um documento norteador de práticas pedagógicas para a escola indígena que propõe uma educação fundamentada no interculturalismo, principalmente por meio do ensino bilíngue e com aproximações da realidade vivida pelos estudantes nas comunidades indígenas. Essa prática, segundo as proposições do documento, deve ocorrer em todas as áreas do conhecimento, incluindo o ensino das línguas portuguesa e indígena (MEC/SEF, 1998, p. 25).

O documento apresenta uma iminente preocupação com a promoção da recuperação e da manutenção das línguas indígenas, tanto que uma das propostas explicitadas é a de como inibir o desaparecimento das línguas indígenas:

É importante entender, entretanto, que é possível impedir que uma língua indígena desapareça. Para isso é preciso que, em

primeiro lugar, seus falantes percebam as causas que estão colocando em risco a sobrevivência de sua língua e, em segundo lugar, que assumam o compromisso de tentar breçar avanços da língua dominante, criando estratégias para tanto (MEC/SEF, 1998, p. 119).

A alternativa apresentada pelo documento para a resolução do problema é a inclusão das línguas indígenas no currículo escolar, cujo funcionamento pode ser aplicado sob duas condições: como primeira e como segunda língua. Nas comunidades bilíngues ela deve ocupar o papel de primeira língua, sendo objeto de reflexão e de estudo, tanto no nível oral quanto no escrito. Quando a língua indígena é a segunda língua da comunidade, é necessário que ela também seja incluída como disciplina no currículo escolar no intuito da revitalização (MEC/SEF, 1998, p. 120).

A categorização das línguas indígenas pelo RCNEI apresenta-se de maneira problemática, tal como adverte Honório (2000, p. 292), pois, “o texto RCN/Indígenas, ao categorizar as línguas, desistoriciza-as. Há um tipo de “eternização” trabalhada pela categorização: língua indígena como primeira língua, língua indígena como segunda língua”. Nessa perspectiva, é posto em funcionamento o “efeito de que toda língua categorizada língua indígena será ou primeira ou segunda língua”.

Verifica-se que o documento promove tal categorização ao instituir normas que determinam condutas, seja para a recuperação, seja para a manutenção de uma língua. A categorização ocorre com a delimitação de como e quando utilizar a língua Indígena e a língua portuguesa apontando para a dicotomia inclusão/exclusão das línguas no âmbito da constituição identitária do sujeito indígena, por meio da subjetivação aos discursos educacionais.

Outra questão passível de ser abordada são os efeitos de poder imbricados em um documento norteador de práticas pedagógicas

tal como é o RCNEI. É possível depreender esses efeitos ao se considerar o documento como discurso, tal como concebido por Foucault (2007). Os sujeitos indígenas, tanto estudantes quanto professores, ao estarem subjetivados às normas do RCNEI, têm suas práticas linguísticas normalizadas pelos discursos que o documento legitima. Discursos estes, que propulsam efeitos de poder e intervêm no exercício da governamentalidade sobre esses sujeitos, tendo em vista as regras dessa modalidade de governo determinar como deve ser conduzido o ensino das línguas indígena e portuguesa. Assim, instituem-se a disciplina e as práticas normalizadoras de exclusão/inclusão pela língua. Haja vista que o discurso da disciplina e o da regra são configurados, segundo Foucault, da seguinte maneira:

De fato, as disciplinas têm seu discurso próprio. Elas mesmas são, pelas razões que eu lhes dizia agora há pouco, criadoras de aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos de conhecimento. Elas são extraordinariamente inventivas na ordem desses aparelhos de formar saber e conhecimentos, e são portadoras de um discurso, mas de um discurso que não pode ser o discurso do direito, o discurso jurídico. O discurso da disciplina é alheio ao da lei; e alheio ao da regra como efeito da vontade soberana. Portanto, as disciplinas vão trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que será aquele, não da lei, mas da normalização, e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas (FOUCAULT, 2005, p. 45).

Sob tal perspectiva, o RCNEI constitui-se em um mecanismo disciplinar, do qual é necessário analisar os efeitos, pois se trata de um dispositivo de controle que institui as normas que

possibilitam o exercício da governamentalidade dos sujeitos subjetivados pelo documento.

Tendo em vista que o documento se constitui como um dispositivo de regulamentação, os sujeitos a ele submetidos se inscrevem em identidades que emergem das práticas legitimadas por tal dispositivo, e, nesse processo constrói-se a fragmentação, visto tratar-se de uma identidade composta por duas faces, a da diversidade e a da inclusão. Assim, os sujeitos inscrevem-se em determinada ordem do discurso que promove uma dessas faces identitárias em detrimento a outra, o que torna os discursos da diversidade e da inclusão inerentes à contradição discursiva.

3. A contradição

Ao indicar possíveis caminhos para uma pesquisa, Foucault (2007) destaca a presença frequente da contradição em determinadas Formações Discursivas, razão da necessidade de considerar esta categoria em investigações sob o viés discursivo, pois é pela contradição que se pode “determinar os *pontos de difração* possíveis do discurso”.

Tais pontos se caracterizam inicialmente como *pontos de incompatibilidade*: dois objetos ou dois tipos de enunciação, ou dois conceitos, podem aparecer na mesma formação discursiva, sem poderem entrar - sob pena de contradição manifesta ou inconsequência - em uma única e mesma série de enunciados. Caracterizam-se, em seguida, como *pontos de equivalência*: os dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa: mesmo que segundo a cronologia não apareçam ao mesmo tempo, que não tenham tido a mesma importância, e que não tenham sido

representados, de modo igual, na população dos enunciados efetivos, apresentam-se sob a forma de "ou bem isso... ou bem aquilo". Finalmente, caracterizam-se como *pontos de ligação de uma sistematização*: a partir de cada um desses elementos, ao mesmo tempo equivalentes e incompatíveis, uma série coerente de objetos, formas enunciativas, conceitos, foram derivados (eventualmente, com novos pontos de incompatibilidade em cada série). Em outros termos, as dispersões estudadas nos níveis precedentes não constituem simplesmente desvios, não-identidades, séries descontínuas, lacunas; podem chegar a formar subconjuntos discursivos [...] (FOUCAULT, 2007, p. 73, grifos do autor).

Pontos de contradição são identificáveis em políticas de inclusão indígena na contemporaneidade, dado que estas decorrem tanto de propostas de preservação e manutenção da diversidade cultural como de reparação das desigualdades econômicas causadas pelo projeto colonizador capitalista. As duas vertentes inclusivas entram em xeque no instante em que a reparação das desigualdades sociais requer um "apagamento", mesmo que parcial, da cultura indígena, tal como ocorre em situações nas quais se busca incluir o sujeito indígena na sociedade não indígena. Exemplo dessa condição é a inclusão do sujeito indígena em um curso superior, por meio de cotas suplementares em Universidades Estaduais do Paraná.

Há, portanto, no campo das políticas afirmativas, enunciados que compõem o discurso da inclusão dos sujeitos indígenas em práticas discursivas das sociedades não indígenas e outro grupo de enunciados que caracteriza os processos de cerceamento destes sujeitos em territórios demarcados e destinados a eles. Assim, a inclusão social constitui-se em uma prática discursiva, de ordem política, em cujos enunciados instaura-se a incoerência e a contradição. Tal contradição é verificável no nível do discurso, pois, embora quando se fala em "inclusão social" tenha-se a

aparência de homogeneidade, de uma unidade discursiva, trata-se somente de um efeito produzido pelo próprio discurso. Efeito este que cabe ao pesquisador desconstruir, pois

Uma formação discursiva não é, pois, o texto ideal, contínuo e sem aspereza, que corre sob a multiplicidade das contradições e as resolve na unidade calma de um pensamento coerente; não é, tampouco, a superfície em que se vem refletir, sob mil aspectos diferentes, uma contradição que estaria sempre em segundo plano, mas dominante. É antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos. A análise arqueológica revela o primado de uma contradição que tem seu modelo na afirmação e na negação simultânea de uma única e mesma proposição, mas não para nivelar todas as oposições em formas gerais de pensamento e pacificá-las à força por meio de um *a priori* coator. Trata-se, ao contrário, de demarcar, em uma prática discursiva determinada, o ponto em que elas se constituem, definir a forma que assumem, as relações que estabelecem entre si e o domínio que comandara. Em suma, trata-se de manter o discurso em suas asperezas múltiplas e de suprimir, em consequência disso, o tema de uma contradição uniformemente perdida e reencontrada, resolvida e sempre renascente, no elemento indiferenciado do *logos* (FOUCAULT, 2007, p. 175-176, grifos do autor).

Diante disso, reiteramos a assertiva já mencionada de que “a contradição é a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada” (FOUCAULT, 2007, p. 169), e, por isso, fazer romper a contradição no discurso é dismantelar a aparente unidade que o constitui. A contradição está na origem de todo e qualquer discurso. Assim, no âmbito de uma análise discursiva, não há possibilidades de tratar do discurso dentro de uma zona estável e confortável, pois sempre que se quer buscar a historicidade de

determinado campo do saber deparar-se-á em sua gênese e na sua formação com a contradição.

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere, enfim, sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência: é a partir dela que ele emerge; é ao mesmo tempo para traduzi-la e superá-la que ele se põe a falar; é para fugir dela, enquanto ela renasce sem cessar através dele, que ele continua e recomeça indefinidamente, é por ela estar sempre aquém dele e por ele jamais poder contorná-la inteiramente que ele muda, se metamorfoseia, escapa de si mesmo em sua própria continuidade. A contradição funciona, então, ao longo do discurso, como o princípio de sua historicidade (FOUCAULT, 2007, p. 170).

A inerência da contradição no discurso possibilita que sejam desveladas, em uma análise discursiva que prime pela constituição identitária dos sujeitos, mecanismos de oposição e de cisão de identidades, como no caso dos sujeitos indígenas contemporâneos. Especialmente os que estão subjetivados aos discursos sobre uma educação intercultural e bilíngue.

4. Função Enunciativa: um dispositivo de descrição e interpretação

A função enunciativa é o que determina algumas regras de existência para o enunciado. Para que o enunciado seja um enunciado, precisa de um *referencial*, de um *sujeito*, de um *campo associado* e de uma *materialidade significativa*: Elementos que possibilitam o estabelecimento de um procedimento metodológico na descrição e na interpretação dos enunciados.

Em se tratando do *referencial*, a relação que ele estabelece no enunciado é semelhante à do enunciado com o que ele enuncia.

Dado que o referencial pode ser uma informação legitimada ou não, isto é, ter ou não valor de verdade, pois não é a veracidade que atribui a uma proposição o estatuto de enunciado. “Verdadeira ou falsa, uma proposição permanece uma proposição, não é o recurso ao referencial que decide se ela é ou não uma proposição”. A ausência da veracidade de uma proposição não altera a possibilidade do enunciado estar relacionado com outros enunciados, pois, “por mais que uma frase não seja significativa, ela sempre se relaciona a alguma coisa, na medida em que é um enunciado” (FOUCAULT, 1997, p. 102). Por essa razão, a descrição e a análise do enunciado não pode ser feita somente por intermédio de um procedimento de análise linguística ou semântica, pois há elementos constitutivos do enunciado que não estão ao alcance de tais análises. No caso dos enunciados a serem analisados neste estudo, o referencial é, na maioria das vezes, o sujeito indígena atuante no processo da educação formal no Brasil, seja ele estudante ou professor.

Em relação ao *sujeito* do enunciado, não se trata necessariamente de um sujeito autor de determinado enunciado, pois, na medida em que há um enunciado, há uma função vazia que pode ser atribuída a vários indivíduos. Descrever um enunciado, não requer analisar a relação entre o autor e o que ele disse, mas em determinar as posições que podem ser ocupadas pelos indivíduos para se tornarem sujeitos daquele enunciado. Sob tal conjuntura, é possível que um enunciado apresente um sujeito no discurso, equivalente ao referencial – como as análises demonstrarão adiante –, e o sujeito do discurso, que equivale à posição assumida pelo sujeito em um dado enunciado.

Ao considerar o *corpus* desta pesquisa, a título de exemplo, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI traz inúmeras citações cuja “autoria” é atribuída a sujeitos indígenas. Contudo, o conteúdo de tais citações apresenta sentidos similares ao que propõe o texto do RCNEI, o que

possibilita a ilusão de unidade, uma vez que, na instância da visibilidade, a ideia que se apresenta é a de que há uma única posição sujeito. Estratégia que proporciona legitimidade ao documento.

No quadro 1, o enunciado “hoje eu já falo. Sei muitas coisas e sei ensinar para quem quiser dessas meninas. E já temos até essa língua escrita no papel [...]”, proferido por um professor indígena, autoriza que seja afirmado no documento que “já existem algumas experiências, em curso no país, de tentativas de recuperação linguística escolar”. O fato de o professor indígena afirmar que a língua escrita indígena tem alguns erros a serem consertados, também caracteriza um deslocamento da posição sujeito, visto que os parâmetros para a indicação da língua indígena escrita e de seus “erros” são os princípios da ortografia ocidental.

<p style="text-align: center;">PROFESSOR INDÍGENA (Citação disposta no espaço À margem do corpo do texto)</p>	<p style="text-align: center;">RCNEI (Fragmento do corpo do texto principal)</p>
<p>Eu não falava. Tinha vergonha. Meu velho pai falava. Hoje eu já falo. Sei muitas coisas e sei ensinar para quem quiser dessas meninas. E já temos até essa língua escrita no papel, mesmo que ainda tenha alguns erros para consertar. Hoje o vereador e o prefeito ficam admirados com a Língua. Com essa escrita. Acho que ficam pensando: “Esses caboclos têm uma língua mesmo...” Antes ela não aparecia. Mário Cordeiro, professor Poyanawa, AC (p.120).</p>	<p>Já existem algumas experiências, em curso no país, de tentativas de recuperação linguística escolar em comunidades nas quais somente algumas pessoas idosas ainda falam a língua indígena, enquanto jovens e crianças falam apenas o português. (p.120).</p>

Quadro 01

Dada a constituição enunciativa do documento, na qual são reproduzidas considerações do sujeito indígena acerca do papel da língua nativa, atribui-se ao indígena professor voz ativa em discussões políticas referentes às línguas indígenas na

contemporaneidade, fator que concorre para a mobilização e a operacionalização da inclusão social e política desse sujeito. Entretanto, no exercício da função enunciativa, especificamente no que concerne ao sujeito do discurso, pode-se considerar uma única posição sujeito e não uma posição do indígena e outra do Estado brasileiro. Assim, a posição sujeito não é tão clara e simples, já que é uma função vazia e, por isso, pode ser ocupada por diversos sujeitos e que estes podem ocupar inúmeras posições e não somente uma, como o documento intenta mostrar.

Pela subjetivação do indígena estabelecida no RCNEI, na articulação entre sujeito e referencial, são evidenciadas as condições de emergência e de existência da identidade linguística do sujeito indígena no contexto escolar brasileiro, promovendo-se efeitos de inclusão social, linguística e política desse sujeito. Trata-se, pois, de uma identidade produzida pelo discurso governamental e legitimada pela participação efetiva de indígenas em um espaço que até então adentravam somente sujeitos que estavam na ordem do discurso do Estado Brasileiro, aqueles autorizados a manifestar os saberes sobre a educação indígena e as questões do bilinguismo, tais como, intelectuais e parlamentares.

A terceira característica inerente à função enunciativa é o *domínio associado*. Categoria que possibilita a identificação de um contexto correlato no processo de análise. Uma proposição ou frase existem fora de um campo associado, mas um enunciado não.

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento (um jogo de réplicas formando uma conversação, a arquitetura de uma demonstração –

limitada, de um lado, por suas premissas, do outro, por sua conclusão -, a sequência das afirmações que constituem uma narração). É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...]. É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que pode vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural ou sua réplica [...]. É constituído, finalmente, pelo conjunto de formulações cujo status é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem considerações de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível a um discurso futuro [...] (FOUCAULT, 2007, p. 111).

Na ordem dos enunciados, destaca-se ainda a referência feita por Foucault (2007) quanto à coexistência enunciativa, tendo em vista não haver, segundo ele, enunciado “livre”, e é isso que torna possível a descrição de uma série de enunciados em um campo associado a partir de recortes. Os enunciados que circunscrevem o campo das políticas linguísticas indigenistas não existem de forma independente e sim entrelaçados a outros campos do saber sobre os processos de inclusão de sujeitos excluídos nas sociedades globalizadas. Quando a questão é a Política Linguística Indigenista, tem-se um vasto campo associado. Trata-se dos discursos sobre a Diversidade Cultural, do Multiculturalismo e da Inclusão que se encontram em circulação na contemporaneidade e que se encontram não somente em enunciados sobre as línguas em extinção, mas também naqueles que versam sobre todos os sujeitos que estão à margem, seja econômica ou culturalmente dos processos de mundialização. São, portanto, discursos que circulam em diversas áreas do saber, como por exemplo, na

antropologia, na política, na economia, na linguística e no jurídico que constituem um campo associado.

O quarto e último elemento da função enunciativa é a materialidade. Constitutiva do enunciado, a materialidade é o que atribui a ele a sua identidade e é dele sua espessura. “As coordenadas e o status material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos. Eis uma evidência, ou quase, pois, desde que a isso se preste um pouco de atenção, as coisas se embaralham e os problemas se multiplicam” (FOUCAULT 2007, p. 113).

Embora a materialidade seja constitutiva do enunciado, não podemos afirmar que sempre que muda a materialidade muda também a identidade do enunciado. Quando um livro, por exemplo, é editado pela segunda ou terceira vez, mantém-se na maioria dos casos a identidade, pois, neste caso, há uma equivalência exata. Não se pode dizer o mesmo no caso de um enunciado que circula em um livro de ciências e em uma reportagem jornalística. “A constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através da identidade das formas, tudo isso é função do campo de utilização no qual se encontra inserido” (FOUCAULT, 2007, p 118).

Por outro lado, se a materialidade é responsável pela identidade do enunciado, a “transposição” de um enunciado de uma materialidade a outra caracteriza não só a repetição de um enunciado, mas também a sua transformação:

Essa materialidade repetível que caracteriza a função enunciativa faz aparecer o enunciado como um objeto entre os que os homens produzem, manipulam, utilizam, transformam, trocam, combinam, decompõem e recompõem, eventualmente destroem. Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei –, o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece

com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2007, p. 118 - 119).

A identidade do enunciado está, pois, na dependência da materialidade. Um enunciado que circula em uma capa de revista e em um livro didático, ainda que seja linguisticamente idêntico, não terá a mesma identidade.

Tomemos como exemplo o enunciado *Ordem e Progresso*, componente verbal da bandeira do Brasil, que ocupa o espaço central, em letras verdes maiúsculas, colocadas sobre uma tarja branca oblíqua, inclinada da esquerda para direita. O enunciado é fruto das fortes influências do positivismo no Brasil e tem como significado na linha de conduta positivista: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim” (SILVA, 2010, p. 253). O lema *Ordem e Progresso* é da ordem positivista, princípio atribuído ao idealizador do seu projeto, Teixeira Mendes, líder positivista no Brasil no período que compreende o ano de 1889, ano também da criação da bandeira.



Figura 1

Edifica-se, com tais princípios de governamentalidade, a memória coletiva de cada coisa, em seu devido lugar, que conduziria a nação à perfeita orientação ética da vida social. Tais sentidos mantêm-se de uma forma perpetuada na bandeira nacional, como no caso da fig. 1², pela existência e coexistência enunciativa. A materialidade significante lhe confere o status que lhe oportuniza a entrada em redes. Nesse campo de utilização, o enunciado verbal se oferece a deslocamentos e a modificações possíveis, desse modo a identidade que se constrói ora é mantida ora apagada.

Além disso, destacam-se os elementos não verbais constituintes desse emblema, os quais representam simbolicamente a nação brasileira, a saber: figuras geométricas, compostas por: retângulo, losango e círculo; cores representativas – verde (mata), amarelo (riquezas), azul (céu) e branco (paz). De acordo com a Lei Federal nº 5.443 de 28 de maio de 1968, em seu Art. 3º,

A Bandeira Nacional é a que foi adotada pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, podendo ser atualizada todas as vezes que ocorrer a criação de novos Estados, na forma prevista na Constituição do Brasil.

§ 1º As constelações que figuram na Bandeira Nacional correspondem ao aspecto do céu, na cidade do Rio de Janeiro, às 8 horas e 30 minutos do dia 15 de novembro de 1889 (12 horas siderais) e devem ser consideradas como vistas por um observador situado fora da esfera celeste.³

²Fonte: <http://bravonline.abril.com.br/blogs/bravices/2010/08/06/eramos-colonias-e-agora/bandeira-do-brasil/>

³ Fonte: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=176411&norma=193775>.

No caso da Figura 2⁴, a imagem fotográfica registra o flagrante de um sem-teto. A Fotografia foi captada em 14/12/2008 pelo fotógrafo Carlos Roberto Mendonça Amy, na porta do Hospital Souza Aguiar no Rio de Janeiro. Pela perspectiva adotada, o que se (d)enuncia, põe em foco, na instância da visibilidade, uma moradora de rua, uma pessoa adulta que dorme à luz do dia sobre alguns papelões, em via pública. Em condições precárias, a mulher utiliza uma bandeira nacional como coberta, cuja disposição deixa à mostra o lema *Ordem e Progresso*. A composição resultante da sistematização e organização desses elementos constitui um dos mais importantes símbolos pátrios da nação brasileira. Tanto a figura 1 quanto a figura 2 retratam a bandeira do Brasil e dão a ver o mesmo enunciado verbal “*Ordem e Progresso*”. No entanto, os sentidos possíveis de serem produzidos nos dois casos podem divergir dadas as condições que circunscrevem os enunciados, dados os modos de serem materializados. Vale destacar ainda os meios em que circulam. A fig. 1 é veiculada comumente em livros didáticos, bandeirolas, quadros, adesivos etc. Já a fig. 2 pode compor matérias em mídias impressa e eletrônicas – revistas e jornais, livros, blogs dentre outros. Assim, a identidade do enunciado, no segundo caso, não é a mesma do primeiro, pois na materialidade fotográfica estão representadas outras condições de existência para este enunciado que subvertem e contradizem o que está posto na fig. 1. O espaço de inserção da bandeira nacional na fig. 2 entra em contradição com as próprias



Figura 2

⁴ Fonte: http://jackspaces.blogspot.com/2008_12_14_archive.html.

condições de emergência e de existência da bandeira nacional e do enunciado que porta.

O enunciado, portanto, não se revela autônomo, independente, “com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade”. Ele existe no campo de exercício da função enunciativa. Por essa razão, a produção de sentidos está sempre a mercê de um referencial, de um sujeito, de um campo associado e de uma materialidade significativa e discursiva. A partir desses elementos buscamos, na próxima seção, identificar a contradição discursiva que se estabelece nos enunciados sobre o ensino bilíngue.

5. Movimento Analítico

Os enunciados elencados demonstram o engendramento das relações de poder nas sociedades e evidenciam a busca do poder pela língua, especificamente, pela língua indígena, que, até pouco tempo não estava autorizada a entrar na ordem do discurso (FOUCAULT, 2006) oficial. O *status* de um lugar discursivo atrelado a algum tipo de poder é atribuído, em primeira instância, pelas sociedades não indígenas, tal como denota o seguinte enunciado, que menciona a necessidade do prestígio às línguas indígenas.

ENUNCIADO 1

Resumidamente, a inclusão de uma língua indígena no currículo – quer como língua de instrução, quer como uma disciplina específica - tem como objetivos: [...] * atribuir prestígio às línguas indígenas, o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas [...] (MEC/SEF, 1998, p. 120 - 121).

Em segunda instância, o lugar de uma língua indígena na sociedade não indígena é destacado como algo positivo pelo lugar

discursivo atribuído a um sujeito indígena, como é possível observar no enunciado que segue, no qual a língua é estabelecida como um documento que etnicamente o legitima e lhe concede o *status* de cidadão brasileiro.

ENUNCIADO 2

A Língua hoje, para mim, é um documento. Eu não falava. Tinha vergonha. [...] Hoje o vereador e o prefeito ficam admirados com a Língua. Com essa escrita. Acho que ficam pensando: "Esses caboclos têm uma língua mesmo..." Antes ela não aparecia. Mário Cordeiro, professor Poyanawa, AC (MEC/SEF, 1998, p. 120).

Há, pois, um jogo estabelecido nas posições sujeito do discurso que vai, aos poucos, colocando as línguas indígenas na ordem do discurso sob condições reguladas e determinadas pelo Estado. Ao trazer a voz do professor indígena para o documento RCNEI, é possibilitado no discurso educacional o efeito de que a proposição foi feita com a participação dos "atores sociais", assim como afirma o ex-ministro Paulo Renato Souza na apresentação do documento. Tal participação garante, ao RCNEI, legitimidade em meio à comunidade escolar indígena, uma vez que esta se vê ali representada. A entrada das línguas indígenas na ordem do discurso escolar ocorre de forma parcial, tendo em vista que, na maioria das vezes, chega somente ao *status* de um elemento cultural importante, mas não de uma língua reconhecida e institucionalizada que possibilite ao sujeito indígena ocupar papéis sociais no território nacional por ser falante ou ter como língua materna somente a língua indígena, pois, para ter a cidadania reconhecida e estar incluído em determinadas práticas sociais e culturais do país, é necessário ter o domínio da língua portuguesa. Tais condições de uso das línguas indígenas decorrem de uma contradição que se estabelece como regularidade nas propostas da Diversidade Cultural,

especificamente, no que concerne à inclusão indígena: A inclusão econômica entra em xeque com a inclusão cultural, pois, a partir do momento em que um sujeito indígena tem acesso às universidades e ao mercado de trabalho, torna-se favorável o apagamento gradativo dos aspectos da cultura indígena, que acabam por ficar em segundo plano, especialmente porque esse sujeito, em geral deixa de conviver ou convive menos com as pessoas que integram o seu grupo étnico. Em contraposição, as propostas que primam pela valorização das culturas tendem a “isolar” as manifestações culturais nas terras indígenas, tal como ocorre com as línguas, que não têm espaço para a circulação fora dos territórios. Portanto, um sujeito indígena que tenha optado por uma política de inclusão econômica no mercado de trabalho, acaba sendo privado do contato com a língua de seu grupo étnico. É aí que se estabelece a contradição entre inclusão cultural e inclusão econômica.

Além do jogo estabelecido no que tange ao sujeito do discurso, o referencial dos enunciados também tem papel fundamental na produção de determinados efeitos no discurso. Ao partir do pressuposto de que o referencial pode ser determinado pelas relações do enunciado com o que lhe é correlato, há relações específicas estabelecidas no referencial de cada enunciado do RCNEI que delimitam as particularidades de uma política linguística indigenista. É, pois, evidenciada a necessidade de demarcar funções às línguas indígena e portuguesa no documento:

ENUNCIADO 3

Se a comunidade tiver claro que **cada língua tem o seu território**, o seu domínio, e se ela mantiver **cada língua em seu lugar específico**, então a tendência é que seus membros permaneçam bilíngues. O problema, no entanto, é que devido à pressão social contra o uso das línguas indígenas, seus **falantes passam a usar a língua portuguesa em ambientes**

que tradicionalmente não lhe pertencem. Quando isto acontece, por exemplo, no interior do ambiente familiar, a língua indígena enfraquece, porque perde forças e falantes: as crianças vão crescer falando o português. Práticas religiosas com cantos e rezas "importados" são uma das inúmeras outras portas de entrada através das quais a língua **oficial vai expulsando a língua indígena de seus territórios tradicionais** e vai ganhando cada vez mais força dentro da própria comunidade. Essas "**invasões linguísticas**", depois de algum tempo, podem fazer com que uma língua indígena acabe desaparecendo. Ela desaparece porque deixa de ter razão de existir. Desaparece porque já não serve para quase nada, porque já não tem mais funções importantes dentro da aldeia (MEC/SEF, 1998, p. 118, grifo nosso).

Isso se deve à instituição de uma governamentalidade a qual atua sobre a identidade dos sujeitos, pois as circunstâncias e o modo como as línguas indígenas e portuguesa são faladas ou escritas são instituídas pelo Estado. Desse modo, o bilinguismo, ao ser empregado para a governamentalização das identidades dos sujeitos, passa a funcionar como um dispositivo do poder governamental ao instituir normas e condutas. Em suma, o referencial da função enunciativa possibilita que sejam evidenciadas, nos emaranhados do enunciado, aquilo sobre o que se fala, e, especificamente, o modo como se fala. É ainda no referencial de um enunciado que há pertinência para o questionamento acerca de o porquê se falar de tal objeto e daquele modo, o que torna translúcidas as relações de saber e de poder inerentes ao discurso, pois, é aí que são identificadas as escolhas discursivas que produzirão efeitos sobre as identidades dos sujeitos.

ENUNCIADO 4

Primeiramente, a língua indígena deverá ser a **língua de instrução oral** do currículo. Chama-se de "língua de instrução"

a língua utilizada na sala de aula para introduzir conceitos, dar esclarecimentos e explicações. A língua indígena será, nesse caso, a língua através da qual os professores e os alunos discutem matemática, geografia, etc. [...] Em segundo lugar, a língua indígena deverá tornar-se a **língua de instrução escrita** predominante naquelas situações que digam respeito aos conhecimentos étnicos e científicos tradicionais ou à síntese desses com os novos conhecimentos escolares de fora. Da mesma forma que acontece com a oralidade, os alunos aumentarão sua competência escrita em língua indígena, mais ainda, esse tipo de procedimento poderá contribuir para a criação e para o desenvolvimento de funções sociais da escrita nessas línguas. (MEC/SEF, 1998, p. 119 - 120, grifos do autor).

Nos enunciados acima elencados, foram identificados os efeitos do discurso por meio do referencial, pois às línguas indígenas foi atribuída somente a função de atuação dentro das Terras Indígenas, particularmente, para tratar de assuntos internos à comunidade indígena. Já a língua portuguesa ocupa outro papel: nas Terras Indígenas ela deve ser aprendida a fim de garantir o exercício da cidadania às populações indígenas em território nacional e fora dos territórios indígenas. Desse modo de funcionamento linguístico, ocorre o que chamamos de “territorialização das línguas indígenas” nas proposições das políticas linguísticas que visam à promoção do bilinguismo. A territorialização ocorre na medida em que funções específicas e delimitadas são atribuídas às línguas. Dessa forma, a língua autóctone pode existir ou até mesmo coexistir, mas somente de acordo com o regime para ela estabelecido e não de outro modo. O mesmo aplica-se à língua portuguesa. O bilinguismo é, sob tais condições, exercido com fronteiras geográficas, políticas e discursivamente delimitadas pelas instâncias responsáveis pela promoção da diversidade cultural.

A produção dos efeitos acima mencionados depende da correlação estrita com um campo associado e vai além, se se deseja, sobretudo, delimitar funções das línguas indígena e portuguesa. Importa entrar no domínio da memória discursiva, em redes de formulações, em redes de significações, a partir das quais serão analisadas as séries enunciativas que compõem a instância discursiva inscrita em relações de saber-poder determinadas. No caso do presente *corpus*, ainda que de forma implícita, faz-se necessário adentrar as instâncias discursivas das políticas de apagamento das línguas indígenas por meio da imposição da língua portuguesa a qual perdura há séculos, desde a colonização no Brasil. Nessa ordem, adentra-se também no domínio da memória coletiva relativa à identidade nacional, não pela língua autóctone e sim pelas instâncias da língua portuguesa, uma vez que os direitos e a cidadania podem ser exercidos somente por meio da língua oficial do país. E, finalmente, para propor uma política bilíngue, ainda que territorializada, necessariamente, são levadas em conta as teorias da Diversidade Cultural, pois é a recorrente necessidade da promoção e da coexistência de diversas culturas que tem movido os debates e a implantação de políticas de inclusão na contemporaneidade.

A materialidade significativa dos enunciados destacados do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas também exerce um papel significativo no processo de produção de sentido, em razão de que a circulação dos mesmos enunciados em outra materialidade não possibilitaria os mesmos exercícios de poder. A governamentalização dos sujeitos não seria legítima caso os enunciados estivessem circulando em panfletos informais, por exemplo. Portanto, para propulsar determinados efeitos de poder, é necessário que o discurso esteja legitimado pela própria materialidade que o comporta, pois essa materialidade pode ser determinante nos efeitos produzidos, assim como ocorre com o

RCNEI ao legitimar discursos acerca da educação escolar indígena bilíngue.

6. Considerações finais

O bilinguismo é tratado no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas como uma coexistência necessária, mas não como convivência de línguas, pois, as propostas para ensino de línguas indígenas delimitam um papel a elas: o de atuar somente no espaço escolar indígena e sob a condição de ser a língua instrucional. É, também, a língua indígena a garantia da Diversidade Cultural, mas é a língua portuguesa que garante o exercício da cidadania, das relações econômicas e da inclusão dos sujeitos nas sociedades nacionais. Assim, para a inclusão do sujeito nas terras indígenas ocorre o incentivo para a utilização da língua como dispositivo disciplinar, entretanto, para que esse mesmo sujeito seja incluído nas sociedades nacionais, é necessário que ele tenha o domínio da língua portuguesa, dado que a sociedade não indígena é capaz de acolher o sujeito, mas desde que ele se adeque à língua oficial, ao mercado de trabalho e aos bens de consumo das sociedades capitalistas. Trata-se de uma contradição estabelecida no campo das políticas linguísticas: O enunciado 4, por exemplo, determina que os conteúdos provenientes das sociedades não indígenas devam ser transmitidos por meio da oralidade, ao passo que a língua indígena escrita deve ser utilizada nos assuntos internos à comunidade, conforme aponta o enunciado. Em contrapartida, no enunciado, a escrita é retratada como instrumento de dominação:

ENUNCIADO 5

Se a linguagem oral, em suas várias manifestações, faz parte do dia-a-dia de quase todas as sociedades humanas, o mesmo não se pode dizer da linguagem escrita, porque as atividades de leitura e escrita podem, normalmente, ser exercidas apenas

pelas pessoas que puderam frequentar a escola e nela encontraram condições favoráveis para perceber as importantes funções sociais das práticas de leitura e escrita. Deste modo, a escrita sempre serviu como instrumento de dominação, pois era vista como atividade que podia ser exercida apenas pelos membros privilegiados da sociedade, justamente por aqueles que, por pertencerem à elite econômica e social, eram também os únicos que tinham o direito de frequentar a escola. (MEC/SEF, 1998, p. 124 – 125).

É aí que se instaura a contradição no campo discursivo, pois, ao mesmo tempo em que o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas categoriza a escrita como instrumento de dominação, cerceia a utilização da língua indígena escrita para conhecimentos advindos de fora da comunidade, reafirmando assim, a dominação da língua portuguesa e a não utilização da língua indígena escrita. Por essa razão, o multiculturalismo, termo erigido pelas correntes teóricas dos Estados Unidos e que se apoia na proclamação da diferença, mais especificamente, de uma diferença que se restringe ao “comunitarismo, entendido como uma valorização do grupo restrito” (SEMPRINI, 1999, p. 21), é o que se institui como norma em uma política linguística. Nesse aspecto, partilhamos do que postula Silva (2007, p. 73), que afirma ser problemática, nessa perspectiva, a ideia de diversidade. “Parece difícil que uma perspectiva que se limita a proclamar a existência da diversidade possa servir de base para uma pedagogia que coloque no centro a crítica política da identidade e da diferença”. Não é levada em conta no RCNEI a coexistência da diversidade, apenas a existência, fator responsável pela cisão identitária à qual o sujeito indígena está submetido em termos linguísticos.

No que tange à contradição discursiva, esta se estabelece, não necessariamente nos enunciados em si, mas nas condições de sua existência. Todos os enunciados concatenam para a valorização

das línguas indígenas, tanto pelos sujeitos indígenas, como pela sociedade não indígena. Entretanto, há moldes que ora possibilitam, ora vetam essa valorização. Dessa forma, a mesma política que visa a valorização da língua indígena, torna sua presença secundária no processo de ensino ao determinar que a língua indígena só poderá ser utilizada para fins específicos, como tratar de assuntos internos à cultura e à comunidade.

Referências

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. 5. ed. Brasília: Câmara, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Segurança, território e população**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARSHALL, James. Governamentalidade e Educação Liberal. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: Edusc, 1999.

SILVA, João Carlos da. O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930). *Cadernos de História da Educação*. UFU, v. 9, n. 1, p. 253-254, jan./jun., 2010. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/7464/4763>>. Acesso em 28 fev. 2011.

Sites consultados:

<http://bravonline.abril.com.br/blogs/bravices/2010/08/06/eramos-colonias-e-agora/bandeira-do-brasil/>. Acesso em 05 nov. 2010.

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=176411&nrma=193775>. Acesso em 02 nov. 2011.

<http://www.brasilrepublica.com/bandeiranacionalbr.htm>. Acesso em: 02 nov. 2011.

http://jackspaces.blogspot.com/2008_12_14_archive.html. Acesso em: 03 out. 2010.

Mulher, contradição e contemporaneidade: significações na prática discursiva televisiva

Valquiria Botega de Lima
Maria Célia Cortez Passetti

1. Considerações Iniciais

Motivados pelo objetivo central de analisar e compreender os processos de significação da mulher contemporânea na série televisiva *Aline*¹, exibida pelo canal de TV aberta Rede Globo, o presente capítulo fundamenta-se teoricamente na perspectiva pêcheutiana da Análise de Discurso francesa e coloca em destaque a questão do sujeito, da contradição e do sentido. Além do mais, aliado ao olhar teórico oriundo da sociologia, da filosofia e da história, traz reflexões sobre o papel da mulher na contemporaneidade.

A escolha pelo material de análise “série televisiva” se deu por ser ainda um campo pouco explorado pelos estudos do discurso e por dar visibilidade a certa tensão na produção de sentidos a respeito da mulher na atualidade. Cabe acrescentar que nossa

¹ Este capítulo baseia-se na dissertação de mestrado *A jovem mulher contemporânea urbana e os efeitos de sentido na discursividade da série televisiva Aline* defendida por Lima (2011) junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM (Mestrado e Doutorado), sob a orientação da Prof^ª Dra Maria Célia Passetti.

opção por pesquisar a série *Aline*² foi motivada pelo fato de ela trazer como personagem principal uma jovem mulher que retrata a complexidade do ser feminino inserido no universo contemporâneo e, mais, no espaço central da maior cidade da América Latina: São Paulo. E é justamente nessa prática discursiva que se constitui uma jovem mulher, cujo relacionamento amoroso envolve dois rapazes (Otto e Pedro), abrigados sob o mesmo teto. Assim, assume Aline um comportamento mais ativo na sociedade; demonstra um perfil de classe média; adota posturas de ordem; tem um relacionamento não-tradicional com seus pais; submete-se a preocupações com questões da aparência física (beleza), entre outros.

É oportuno destacar que a série é baseada nas tiras do cartunista Adão Iturrusgarai, cuja personagem principal é a jovem Aline. Essa personagem foi criada em 1994 e suas tiras passaram a ser publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*. Devido ao sucesso e à popularidade que Aline suscitou, as tiras foram, então, reunidas em livros que trazem a trajetória da personagem desde as primeiras tiras até as publicadas mais recentemente.

Nossas análises seguiram um encaminhamento metodológico pautado em critérios temáticos que nos permitiram analisar a significação da mulher junto ao: a) relacionamento amoroso; b) relacionamento familiar; c) relacionamento social.

2. Fundamentação teórica: em foco alguns conceitos discursivos

Uma das características essenciais da Análise de Discurso francesa (doravante AD) consiste em ser uma teoria crítica da

² Foi estudada a primeira temporada da série, a qual é composta pelos seguintes episódios temáticos: Episódio 1 “Diário de Aline”; Episódio 2 “Aline Serial Killer”; Episódio 3 “Aline Gorda”; Episódio 4 “Aline TPM”; Episódio 5 “Aniversário de Aline”; Episódio 6 “Aline Rio de Janeiro” e Episódio 7 “Aline Partida”.

linguagem, segundo a qual, a partir do discurso são suscitados questionamentos relativos à língua, aos sujeitos e à história. Orlandi (2009) evidencia que a contribuição da AD está relacionada ao fato de colocar os analistas em “estado de reflexão”, porque, uma vez diante do objeto simbólico, somos instigados a interpretar e buscar o (s) sentido (s) que emergem da relação da língua com a história.

Ao tratar do conceito de discurso, Pêcheux (1997) expõe que ele deve ser relacionado a uma determinada formação social, o que significa que “[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). A esse respeito, Orlandi (2009) explicita que pelo discurso se pode observar o homem, um sujeito social, colocando a palavra em movimento, trata-se da prática de linguagem estruturada sócio-historicamente.

Pêcheux (1995a) especifica que a língua fornece as condições materiais de base para os processos discursivos se materializarem. Consequentemente, para a AD, não há discurso sem ideologia, porque é nele que ela encontra um suporte material, é onde pode se firmar. Logo, é fundamental entender, de acordo com Orlandi (2006), que a materialidade específica da ideologia é o discurso, e, ainda, a materialidade específica do discurso é a língua. A partir daí se percebe que a relação entre língua e ideologia é uma relação material.

Considerando o conjunto da obra do autor em foco, a noção de contradição é uma que se destaca, porque ela é pensada juntamente com as noções de ideologia e discurso. No artigo *Remontemos de Foucault à Spinoza*, Pêcheux (1977) nos afirma que a ideologia existe sob a modalidade da divisão e se realiza pela contradição. Desse modo, na materialidade discursiva, a ideologia revela sua natureza dividida quando vemos que o discurso, em sua unidade, se organiza a partir do (s) seu (s) contrário (s). Ainda, para o autor, a contradição está no discurso, porque ela se

une ao social, ou seja, a formação social está constituída pela contradição.

O texto *Resposta a John Lewis*, escrito por Althusser (1978), trabalhado por Pêcheux (1995a), nos possibilita, por meio do olhar discursivo, trazer mais reflexões sobre a noção de contradição. Dessa forma, as discussões sobre essa noção encontradas em Althusser (1978) nos permitem considerar que os discursos não existem como blocos homogêneos que se polarizam e convivem separadamente, ou como grupos distintos, e em uma dada altura se encontram para estabelecer suas lutas, seus confrontos, seu jogo. Ao contrário, os discursos já se originam das contradições resultantes das relações de força na sociedade e trazem em si mesmos traços de outros discursos.

Pensar assim implica asseverar que os discursos já trazem consigo aquilo que deve ser afirmado, ou seja, aquilo que tem positividade e aquilo que deve ser negado, que é negativo. Logo, os dizeres, na perspectiva da contradição, estão sempre divididos internamente entre o que pode e o que não pode ser dito, lembrando que esse “não dizer” é constitutivo do “dizer”. Para um discurso significar, é preciso que outro (s) seja (m) negado (s) internamente. Acreditamos, juntamente com Althusser (1978), que a contradição é um motor interno, motor este presente nas formações sociais, nas formações ideológicas, em suas lutas e que faz mover os discursos, porque trabalha com a afirmação e a negação, com o falar e o silenciar, de forma que coloca para funcionar o dito em relação ao não-dito, a paráfrase em relação à polissemia.

Encaminhando-nos para a noção de sujeito, Orlandi (2006) expõe que essa noção, formulada por Pêcheux, precisa ser entendida a partir do processo de interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, mais especificamente, em sujeito de seu

discurso. Lembramos que a noção de interpelação ideológica advém de sua filiação a Althusser³.

Temos então que a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso se realiza por meio da identificação que o sujeito faz com a formação discursiva que o domina, ou seja, que o constitui como sujeito e que é correspondente a uma dada formação ideológica “[...] identificação na qual o sentido é produzido como evidência pelo sujeito e, simultaneamente, o sujeito é ‘produzido como causa de si’” (PÊCHEUX, 1995a, p.261). Destarte, essa identificação é chamada por Pêcheux (1995a) de forma-sujeito e mostra que o sujeito do discurso só se constitui enquanto tal pela ideologia, quando a ela se assujeita. Em relação a isso, Pêcheux trabalha com o conceito de sujeito, mas não o considerando como causa e origem de si e, por isso, ele propõe uma teoria não subjetiva do sujeito.

Pêcheux (1995a) traz as noções de ideologia (marxismo/Althusser) e de inconsciente (psicanálise/Lacan) para mostrar que a relação e o funcionamento entre elas constituem o sujeito. A configuração teórica dada para esse conceito provém da releitura e ampliação da noção de interpelação formulada por Althusser, pois Pêcheux insere a questão do discurso e de formulações provenientes da psicanálise Freud-Lacanianana. A questão da interpelação, que é atravessada pelo inconsciente, procura questionar as evidências da constituição do sujeito e do sentido. É importante ressaltar que o processo da interpelação, segundo retificações feitas por Pêcheux⁴ (1995b), não pode ser considerado

³ Para um maior aprofundamento remetemos o leitor à obra: ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa, Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1974.

⁴ Referimo-nos ao Anexo 3 “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, inserido na obra *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

sem falhas, porque é o inconsciente que traz a estrutura da incompletude e do Outro desejanste. Conforme Teixeira (2005)

[...] o sujeito do discurso, enfim, não é nem o sujeito-mestre, capaz de separar-se de seu outro, nem o sujeito assujeitado, capaz de unir-se, sem resto, a esse outro, ou seja, ele não é a origem de seu dizer, mas também não está irremediavelmente aí diluído (TEIXEIRA, 2005, p. 92).

Ao refletirmos sobre o discurso e o sujeito, não podemos perder de vista que o sentido permeia essas duas instâncias, melhor dizendo: a produção do discurso e a constituição do sujeito discursivo envolvem o sentido. Pêcheux (1997) esclarece que o discurso deve ser remetido a relações de sentido as quais não existem *a priori* e por si mesmas, mas no momento em que o próprio discurso é produzido.

Pêcheux (1995a) aponta que a teoria materialista do discurso surge da necessidade de questionar a evidência do sujeito e também a evidência do sentido. O pesquisador entende que é a ideologia quem produz e fornece as evidências e mascaram, por meio da transparência da linguagem, o caráter material do sentido existente nas palavras, nos enunciados, nos discursos.

Esse autor sustenta, no interior da sua teoria do discurso, que o caráter material do sentido depende constitutivamente do “todo complexo das formações ideológicas”, tal dependência divide-se em duas teses. Em grandes linhas, a primeira aponta que a produção de sentido varia conforme as posições daqueles que a sustenta, já a segunda expõe a relação constitutiva que o sentido possui com o interdiscurso, ou seja, com o que lhe é exterior, com o que tem historicidade.

3. Mulher contemporânea e sentido: uma relação constitutiva entre passado e atualidade

Em uma discussão mais geral, Beauvoir (1980) comenta que a mulher sempre foi significada por meio de destinos de cunho tradicional. Somado a isso, foram colocados imperativos sociais, familiares, relacionais e sexuais que determinavam caminhos previamente traçados para elas seguirem. O casamento, conforme nos aponta Beauvoir (1980), foi tido por muito tempo como o destino que justificava a mulher na sociedade, e sua servidão era o fator essencial para um bom relacionamento. Servidão esta totalmente atrelada à dependência ao sexo oposto seja na figura do pai ou na do marido.

Uma breve retomada histórica das memórias construídas sobre a mulher ao longo dos anos mostra que o sujeito feminino se viu condicionado à dualidade público e privado, seja no campo do relacionamento amoroso, do familiar, do social, seja na questão da sexualidade. Isso ocorre porque o pano de fundo da maioria das interpretações acerca da mulher se sustentou na ideologia das sociedades patriarcais que conferiu a elas a identificação com dizeres da ordem do privado, visto que aos homens foi oferecida a identificação com dizeres da ordem do público. Em paralelo a essa dualidade, identificamos, ainda, a existência da ideologia que definiu a mulher como um ser passivo e o homem como um ser ativo.

Confortin (2003) acredita que o século XX, a partir dos anos 60, pode ser considerado o século feminino pelo fato de nele as mulheres, mesmo em meio a tantas desvalorizações, romperem os papéis predeterminados, sobretudo, no que diz respeito ao fato de serem valorizadas somente pela procriação. A pesquisadora aponta ainda que a mulher contemporânea (século XXI) está inserida num mundo cosmopolita, cheio de pluralismo e, em razão disso, temos uma figura feminina que sai da inércia e de discursos tradicionalistas-conservadores e caminha rumo à

fascinação do impossível, uma mulher que passa a conviver, em sua educação familiar e social, com a versatilidade para adaptar-se às mais variadas situações e aos mais diversificados espaços. A educação dessa mulher privilegia a qualidade de vida, resultado de conquistas como: moradia, lazer, saúde, liberdade e fuga do estereótipo de mulher-Amélia. Essas descrições que envolvem a “mulher do século XXI” são muito produtivas para interpretar o comportamento de Aline, tanto como personagem das tiras quanto da série. Podemos pensar que o fato de escolher morar com dois homens seja uma possibilidade de materializar o impossível e demonstrar a versatilidade própria das mulheres não apenas em nosso país, mas também no mundo.

Ao tratar da temática sobre o feminino, Lipovetsky (2000) explica que nas sociedades ocidentais contemporâneas tem se instalado uma nova figura social, uma nova figura sócio-histórica que é nomeada por ele de *a terceira mulher*.⁵ Na visão de Lipovetsky (2000), se antes os modelos sociais impunham, de forma imperativa, papéis e lugares, atualmente, esses modelos se constituem via orientações facultativas e orientações preferenciais, o que se prega e dissemina em nossa contemporaneidade é o poder de autodeterminação e de indeterminação subjetiva não apenas do feminino, mas também do masculino.

De acordo com o filósofo, as sociedades estão, atualmente, estruturadas num eixo de mobilidade permanente, o que permite pensar na invariância do feminino. Além disso, observa que:

A época da mulher-sujeito conjuga descontinuidade e continuidade, determinismo e imprevisibilidade, igualdade e

⁵ Optamos por trazer essa designação na versão em itálico conforme o autor traz em sua obra. No decorrer de suas explicações, o filósofo esclarece que tanto a primeira quanto a segunda mulher estavam subordinadas ao sexo oposto (ao homem) e eram uma criação idealizada pelo masculino; enquanto a terceira está sujeita a si mesma e é uma autocriação que, por sua vez, se constitui pelo processo de indeterminação.

diferença: a terceira mulher conseguiu reconciliar a mulher radicalmente outra e a mulher sempre recomeçada (LIPOVETSKY, 2000, p. 15).

Convivemos, portanto, com um conjunto de transformações histórico-sociais que influenciaram ao longo dos anos os modos do sujeito feminino se constituir e se significar na relação com a família, com o par amoroso, com a sexualidade e com a sociedade. Não é tarefa fácil traçar uma definição clara e precisa sobre a mulher contemporânea. Entretanto, a compreensão de como se configura esse sujeito em nossos dias está circunscrita aos discursos de várias naturezas que travam ou diálogos ou confrontos em que a mulher se significa por meio das relações interdiscursivas com o passado. O aspecto dinâmico do século XXI mostra que as mulheres estão em movimento e se constroem em meio às determinações e às indeterminações, às identificações e às desidentificações, ao novo e ao velho, entre outros, lembrando que esses pares possuem um vínculo intrinsecamente contraditório e um necessita do outro para produzir sentido.

4. Sentidos em movimento no discurso televisivo

No gesto de leitura e trabalho com o nosso arquivo, podemos perceber que certos eixos temáticos foram abordados de forma mais recorrente ao longo da série. Desse modo, é a partir desses eixos, e de outros relacionados a eles, que selecionamos e recortamos, para o nosso *corpus*, as cenas⁶ de referência para

⁶ É conveniente acrescentar, antes de expormos o que estamos compreendendo por “cena”, que a série *Aline* trouxe uma novidade para a teledramaturgia no que tange à adaptação da linguagem dos quadrinhos (das tiras) para a televisão. Na série são apresentados episódios curtos com um número limitado e em sequência até se fechar uma história completa (temporada). Dito isso, temos que as cenas existem dentro de cada episódio e exercem a função

análise. A etapa de seleção e construção do *corpus* já é tratada pela AD como uma primeira abordagem analítica. O momento de configuração do *corpus*, que consiste em fazer os recortes amparados nos objetivos colocados, procura mostrar que se trabalha com uma parcela de um processo discursivo amplo em sua constituição. Com efeito, diante dos recortes, são convocados determinados dispositivos teóricos que conduzem a análise e a construção de dispositivos analíticos específicos (ORLANDI, 2009).

Do nosso arquivo composto de sete episódios da série, selecionamos dois (o episódio 04 “Aline TPM” e o episódio 07 “Aline Partida”) dos quais recortamos uma cena representativa de um dos três eixos temáticos analisados na relação de Aline com os namorados, com a família, a sociedade. No quadro abaixo, sintetizamos o episódio e transcrevemos as cenas analisadas.

QUADRO ANALÍTICO	
1º eixo temático: Aline e relacionamento amoroso	
Episódio 04. Aline TPM	
No decorrer desse episódio Aline reage de forma descontrolada aos seus sintomas da TPM e chega ao ponto de expulsar os garotos de casa. Nessa cena, os garotos voltam para casa contando que a namorada tenha saído dessa fase.	
Otto diz:	Bom, pelos meus cálculos, a TPM da Aline já acabou.
Pedro:	Ah... não sei, não. Depois que o Zé (referência ao Pai da Aline) veio morar aqui, parece que a TPM dela triplicou.
Aline aparece com uma vassoura nas mãos e fala:	Ainda bem que os dois chegaram.
Otto, num tom nervoso diz:	Surra de vassoura, não!
Pedro:	O bicho vai pegar!
Aline:	O bicho já pegou, Pedro.

de organizar e subdividir a ação (conflito vivido pelos personagens), garantindo a coerência das temáticas abordadas.

Pedro responde irritado:	Aline, pra mim, quer saber, chega! Tá... tudo bem que a TPM meche com os seus hormônios, afeta o seu comportamento, agora tudo tem que ter um limite!
Otto:	É que a gente não merece ser tratado desse jeito.
Pedro:	Poxa, Aline. Tudo bem que você tem seus arroubos, expulsa a gente do quarto, é normal, a gente aguenta. Agora, você expulsa a gente de casa... tá... não tá dando mais para aguentar!
Otto:	É eu tô concordando com isso que ele tá falando.
Aline ouve todos os desabaços dos namorados e diz:	Meninos, a minha TPM já passou.
Otto pergunta:	Passou? E a vassoura?
Aline:	É para matar uma barata voadora que invadiu a nossa casa.
Os meninos, ao ouvirem a palavra barata, ficam assustados e correm para cima do sofá.	
Otto diz:	Eu não saio daqui enquanto você não matar a barata.
Aline, ao ver os garotos no sofá, exclama:	Ai, gente, isso é serviço de homem!
Pedro:	Ai...matar barata... eu... pisar na barata ... faz aquele "crock", depois sai aquele caldinho... ain...
Otto:	Que coisa nojenta, não fala isso, não.
Aline, procurando pelo inseto diz:	Ai... ela foi para o sofá.
Os meninos descem do sofá e saem do apartamento gritando de medo. No mesmo tempo, Aline larga a vassoura e também sai gritando de medo.	
2º eixo temático: Aline e relacionamento familiar	
Episódio 07. Aline Partida	
Esse episódio tem como centralidade a dúvida que a personagem Aline apresenta diante da hipótese de ter que escolher só um dos namorados. Nessa	

cena, ela está no parque com o seu pai e começa a conversar com ele sobre a sua angústia e o medo de ter que dar prioridade a um dos namorados. Pai e filha tem o seguinte diálogo:	
Aline, deitada no colo do pai:	Será que algum dia eu vou ter que escolher entre o Otto e o Pedro?
Zé:	Você gosta dos dois, você é feliz com os dois.
Aline:	Engraçado, eu achava que essa era a deixa perfeita para você tentar me convencer que morar com um só é, no mínimo, socialmente mais aceitável.
Zé:	Aline, no começo eu confesso que era um pouco constrangedor, pra mim, explicar que eu tinha dois genros para os meus amigos, mas depois eu entendi, me acostumei, como eu acho que você vai me entender.
Aline:	Algo me diz que está chegando aquele momento constrangedor entre pai e filha.
Zé:	Eu tenho pensado em morar com a Kelly.
Aline:	Ah... era só isso? Achei que era uma coisa mais bizarra.
Zé:	Peraí... não acabei ainda. Tenho pensado em morar com a Kelly e com a sua mãe.
Aline:	Como assim?! Kelly e mamãe ao mesmo tempo, na mesma casa?
Zé:	As duas me completam e eu completo as duas, ué!
Aline toda irritada:	Aiii... eu vou deserdar você!
Zé:	Se funciona pra você, porque que é que não pode funcionar

	pra mim?
Aline:	Ah... e você já avisou as suas duas almas gêmeas dessa novidade?
Zé:	Não, ainda não, mas você tem alguma sugestão?
Aline:	Pai, isso só vai dar certo se as duas te amam e se você ama as duas de verdade.
Zé fica pensativo.	
3º eixo temático: Aline e relacionamento social	
Episódio 07. Aline Partida	
Esse episódio retrata a dúvida vivida pela personagem sobre a necessidade ou não de ter que escolher entre um dos seus namorados. Na cena recortada, Aline está em um restaurante e mostra indecisão para escolher o sabor da pizza.	
Garçom:	E aí moçinha, já decidiu? Vai ser o quê, hein?
Aline:	Como diz Otto meu namorado: uma marguerita com queijo borbulhando. Ah... já Pedro o meu namorado, diz que pizza sem calabresa, não é pizza.
Garçom:	Não, espera aí. Pedro? Mas não é Otto, seu namorado?
Aline:	Eu tenho dois namorados. Algum problema? Vocês aqui nesse restaurante não servem pessoas que tem dois namorados?
Garçom:	Claro, servimos sim! E vai ser o quê: marguerita ou calabresa?
Nesse momento Aline pára e começa a ter a visão que sempre lhe atormenta: ela está numa praia e os dois namorados vêm correndo em sua direção. Nessa cena, eles vêm cada um com a sua pizza preferida nas mãos e oferecem a ela.	
O garçom a interrompe e questiona:	Oi ... moçinha... por favor! Escolhe logo que eu tenho mais clientes pra atender

Aline:	É... vai ser metade Otto e metade Pedro. Quer dizer: metade calabresa... metade marguerita.
--------	---

Considerando o eixo temático que aborda a relação de sentidos entre Aline e seus namorados, a cena selecionada do episódio 04 “Aline TPM” possibilita explorar a existência de um diálogo contraditório entre discursos que possuem posicionamentos diferentes, mas que, para significarem, precisam se articular, pois se trata do discurso cristalizado sobre a sexualidade feminina e o discurso fluído sobre esse mesmo tema.

Nesse caso, não podemos perder de vista o fato de essa personagem expor, publicamente, um sintoma inerente ao universo sexual feminino: a TPM. Se resgataremos a historicidade dos dizeres circunscritos em ideologias e formações discursivas que versam sobre a moral sexual, observaremos a mulher constituída e significada sob o signo da contenção, ou melhor, do silenciamento dos sintomas provenientes de sua sexualidade. Entretanto, nesse episódio a TPM torna-se foco das discussões e ganha, também, um efeito humorístico, porque se manifesta em tom de exagero.

O comportamento de Aline não agrada completamente seus namorados, porque ela se identifica com posições que sócio-historicamente pertenciam exclusivamente ao campo dos homens, em consequência adota uma postura marcadamente ativa no relacionamento. É de se notar que os homens, no objetivo de se protegerem das mudanças sociais e históricas, mantiveram um discurso sexista que os enaltece e, em contrapartida, menosprezam o feminino. Adotar, em nossa atualidade, discursos de cunho estritamente machista para caracterizar as mulheres pode causar frustrações nos sujeitos, uma vez que novas formas de significação para o feminino, provenientes da luta para a emancipação e reconhecimento social, ganham espaço e geram

discussões. Portanto, os sujeitos masculinos não podem ficar inimigos desse processo.

Percebemos que não só o comportamento feminino, por meio da TPM, ganha efeitos de ridicularização, pelo tom de exagero, como também o masculino. Para dar conta desse efeito, temos uma situação corriqueira da vida cotidiana: “o medo de matar baratas”. Em um primeiro momento, os garotos chegam ao apartamento e afirmam, com uma postura firme, que não dá para suportar algumas das atitudes de Aline, depois que a jovem ouve os desabaços, acalma-os e diz que está à procura de uma barata voadora. A memória histórica legitimada e evocada para a resolução desse problema relaciona-se diretamente à conduta de que cabe aos homens procurar e matar barata, o que, certamente, reproduziria uma atitude de proteção ao sexo oposto, tradicionalmente rotulado como indefeso e frágil. Acontece, de forma contraditória, uma fuga ao comportamento protetor masculino quando eles sobem no sofá e conferem à namorada a posição de protetora.

Ao dizer “*Ai gente, isso é serviço de homem!*”, Aline materializa uma formulação estritamente relacionada ao discurso tradicional da educação feminina que enxerga no homem o seu defensor. Nesse enunciado podemos ver a contradição constitutiva do sujeito Aline: de um lado, no decorrer da série, ela admite ser natural exercer o lado masculino de provedor, mas de outro, não quer abrir mão de ser protegida pelo homem. Em uma evidente identificação ao discurso machista, a personagem contesta a postura adotada pelos namorados diante dessa situação e lhes entrega a vassoura.

A resposta de Pedro “*Ai...matar barata... eu pisar na barata ... faz aquele “crock”, depois sai aquele caldinho... ain...*” provoca um efeito de riso porque, além do medo que os levou a subir no sofá, essa atitude de nojo não é atribuída ao homem numa sociedade de cunho patriarcalista, mas a mulher. No plano das expectativas,

podíamos esperar que Aline matasse a barata, mas ela não o faz, antes sai correndo da mesma forma que os garotos.

A cena nos permite inferir que os posicionamentos dos sujeitos contemporâneos, tanto do feminino quanto do masculino, são indeterminados como afirma Lipovetsky (2000). Discursivamente, trata-se de sujeitos divididos em sua constituição, na medida em que adotam duas posições-sujeito diferentes: uma que se filia ao imaginário da formação discursiva tradicional, patriarcal, na qual os papéis masculinos e femininos eram bem determinados e outra que se filia a uma formação discursiva contemporânea, na qual esses papéis estão indefinidos. Assim Aline e seus namorados são personagens contemporâneos na medida em que seus discursos mostram essa contradição no processo de subjetivação.

Direcionando nossa análise para o segundo eixo temático, o qual trata da relação de sentidos entre Aline e sua família, trouxemos uma cena do episódio 07 “Aline Partida”, que nos permitirá mostrar o funcionamento contraditório do discurso de Aline na relação com seu pai.

A cena se inicia com um típico diálogo entre “pai e filha”. O tema central dessa conversa é o relacionamento amoroso vivido por Aline e a sua conseqüente angústia por pensar que precisaria escolher somente um dos seus dois namorados. As falas deles fazem retomadas a dizeres presentes em memórias tanto sociais quanto históricas que abordam a relação familiar.

Quando pensamos nas relações conjugais e familiares logo associamos à memória histórica e social de que por muitos séculos, tradicionalmente, ao pai sempre foi destinado o lugar de chefe e detentor de poder para direcionar as decisões da família. Era conferido à figura paterna o direito e o dever de cuidar e vigiar, de forma mais contundente, a vida das suas filhas solteiras. A jovem mulher nascia e recebia sua educação em um espaço no qual o pai exercia um acentuado controle familiar.

No entanto, ao levarmos em conta as condições sociais e históricas pelas quais se desenvolve esse diálogo, podemos dizer que há uma quebra das estruturas tradicionais para dar espaço a novos tipos de significar a relação estabelecida entre pais e filhos. Percebemos que Aline fala com naturalidade a respeito da sua angústia e podemos observar que sua educação esteve baseada em outros moldes, ou seja, ela não ficou circunscrita à esfera privada doméstica dependendo exclusivamente das ordens do seu pai para poder escolher morar e namorar Otto e Pedro.

Fugindo à expectativa de Aline, que, contraditoriamente à sua posição “descolada e versátil” de conviver com dois namorados, imaginara que o pai falaria de uma posição conservadora, com argumentos solidificados socialmente, como aquele que prescreve o relacionamento monogâmico, este tem sua resposta firmada no argumento do senso comum de buscar a felicidade e o amor. Aline se surpreende com a resposta do pai, pois, esperava uma discussão da forma como ela compôs o seu relacionamento, e não como ela o vivencia.

Embora o pai reconheça que no início era constrangedor, depois ele teria se acostumado e aceitado a relação da filha, Aline encara a atitude do pai de querer morar com sua mãe e outra mulher (uma jovem da mesma idade que a da personagem) com um tom de inconformismo. Nesse momento é possível notar a contradição na constituição do sujeito Aline, pois, em seu relacionamento amoroso ela se filia a discursos modernos, mas na relação com o pai ela se mostra conservadora, já que não admite que o pai seja feliz com um relacionamento semelhante ao dela. Há então um deslocamento nas posições-sujeito de pai e filha, pois Aline mostra-se mais conservadora que o pai ou não admite a identificação do pai com o mesmo discurso que ela.

Por outro lado, a fala do pai demonstra que ele esperava outra postura da filha, ou seja, ele esperaria o seu consentimento e não a reprovação. Entretanto a Aline da série televisiva, bem diferente

da ninfomaníaca das tiras, dá uma resposta a partir de uma posição-sujeito filiada a um discurso do senso comum sobre o amor, o qual tudo poderia justificar, até mesmo o trio amoroso do seu pai com sua mãe e outra namorada.

Em virtude do processo de midiatização, a Aline homogeneizada na narrativa da série se significa e se constitui em condições de produção sustentadas por um controle ideológico, sobretudo do conteúdo, conseqüentemente resolve o (s) conflito (s) e sua divisão interna enquanto sujeito apelando para o discurso do amor e não do sexo, por exemplo. De qualquer forma, um ponto que se destaca são as atitudes fluídas tanto do personagem pai quando da personagem filha.

O terceiro eixo temático aborda a relação de sentidos entre Aline e o meio social. Seleccionamos, ainda do episódio 07 “Aline Partida”, uma cena em que o eixo principal da série, a formação do trio amoroso, repercute não mais no domínio da relação com os garotos, como mostramos no primeiro eixo temático, nem no do domínio da relação familiar, mas sim, no domínio das relações sociais, materializando um efeito de naturalidade a esse relacionamento.

Sustentar uma vida relacional do tipo que se vê nessa série é algo que instaura discussões e convoca interpretações, sobretudo no meio social. A cena recortada para estudo mostra a interrogação que é feita pelo garçom quando Aline, na sua indecisão, fala sobre os gostos dos namorados Otto e Pedro. Relacionar-se com dois namorados, para a personagem, ilustra um efeito de evidência e de naturalidade e o que ocorre é uma desnaturalização dos sentidos que tratam e abordam tipos sedimentados de relacionamento como o monogâmico, por exemplo, para se instaurar outra evidência de base contemporânea.

Outro ponto a ser destacado consiste na leitura midiatizada que a série faz da cidade de São Paulo, sobretudo do espaço central, para explicar porque o comportamento da personagem pode ser aceitável, mais especificamente o relacional. Em outras

palavras, Aline se significa pela identificação com a complexidade do discurso urbano paulistano, pois, para ela, o meio em que está inserida permite viver socialmente com dois namorados, entretanto, o lado contestador e conflituoso não fica silenciado.

Assim, a personagem, identificada com a versatilidade do mundo contemporâneo, enfrenta um conflito contraditório de posicionamentos. Nesta cena, a contradição fica visível pela metáfora da pizza. Com base em dois universos discursivos distintos: os logicamente estabilizados e os não estabilizados como apontados por Pêcheux (2008), diríamos que, no modo de vida social de Aline, a contradição é possível, ou seja, nele cabem os dois namorados de forma evidente, bastando recortar a pizza em “metade Otto e metade Pedro”, mas a sociedade ainda opera sobre espaços logicamente estabilizados em que a escolha “ou... ou” é determinante e, portanto, ela só poderia ter um namorado.

Compreendemos, com base em Althusser (1978), que o social se move a partir de um motor interno chamado contradição, tal motor faz mover as tensões rígidas entre os posicionamentos ideológicos e atua no processo de subjetivação dos sujeitos ao trabalhar com os aspectos do mesmo e do diferente.

5. Considerações Finais

No funcionamento midiático da série *Aline*, destacam-se e estão em jogo, basicamente, duas formações discursivas: uma que reúne formulações identificadas a uma ideologia patriarcal, tradicional em que os papéis do feminino estavam bem delimitados nas várias esferas: conjugal, familiar e social e outra formação discursiva mais contemporânea que reúne formulações identificadas com uma ideologia da fluidez dos sujeitos e da indefinição de suas posições-sujeito.

Nessa relação de forças predominam os efeitos de modernidade em que a questão comportamental é uma que se

potencializa. O tipo de relacionamento adotado por Aline e os namorados, pelo simbólico, produz um efeito de sentido de liberdade feminina de escolha, de fuga às prescrições machistas e sociais em relação à composição de uma relação amorosa, e, ainda, abre espaço para se pensar em novas definições para o sentimento amoroso. A personagem segue orientações que pregam a atitude ativa da mulher no espaço privado e público, vencendo o desafio de conciliá-los.

É oportuno dizer que as conquistas femininas refletidas em Aline significam contraditoriamente pelo seu inverso, pelo seu contrário que é o lado masculino-machista. Ao ocupar, por exemplo, uma posição ativa no relacionamento a personagem, ao longo da série, mostra uma não identificação com o discurso da submissão ao macho provedor, tanto que são os seus namorados quem ocupam essa posição de dependência e submissão enquanto Aline se significa pelo efeito de provedora do lar. Mas há momentos em que a personagem se mostra dividida e o conflito se manifesta, mesmo que caricaturizado e estereotipado pela presença do discurso de natureza humorística que organiza a narrativa.

Com a análise observamos que o discurso-Outro da formação discursiva tradicional não está ausente no discurso da série, mas pelo contrário, serve de base à produção do humor. Assim nos três eixos analisados vemos que o conceito de contradição faz aparecer o Outro e estabelece a tensão entre o mesmo e o diferente, a qual é constitutiva dos discursos. Na relação conjugal de Aline com os dois namorados, a contradição se manifesta em relação às posições-sujeito masculinas e femininas projetadas imaginariamente. Na relação familiar Aline se significa em meio ao vínculo contraditório entre a solidez de valores tradicionais e a dissolução desses valores e na relação com o social, o modo como Aline vive socialmente entra em contradição com a sociedade regida por universos logicamente estabilizados.

Referências

ALINE. Direção geral de Maurício Farias. Roteiro Final de Mauro Wilson. Rio de Janeiro: Som Livre, 2010. 2 DVDs (251 min.), son.,color., série.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Trad. de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa, Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1974.

ALTHUSSER, L. Resposta a John Lewis. In: _____ *Posições-1*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 15-71.

BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: A experiência vivida*. Tradução de: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CONFORTIN, H. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GUILHARDI-LUCENA, M. I. (Org). *Representações do feminino*. Campinas, SP: Átomo, 2003.

LIMA, V. B. *A jovem mulher contemporânea urbana e os efeitos de sentido na discursividade da série televisiva Aline*. 2011. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Maringá – Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá-PR, 2011.

LIPOVETSKY, G. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ORLANDI, E.P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E.P; LAGAZZI-RODRIGUES, S (Orgs). *Introdução às ciências da linguagem-Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

ORLANDI, E.P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5. ed. Campinas, (SP): Pontes, 2009.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea: Sujeito, mídia e mercado. In: *RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP-NUCREDI*. Campinas, SP, n. 11, março 2005.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). [Trad. De Eni. P. Orlandi]. In: GADET, F; HAK, T (orgs). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. [Trad. de Bethânia S, Mariani, et al] .3.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. de. Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. (1977) Trad. de Maria do Rosário Gregolin. Disponível em:

<https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:2fs0aZ9GBUJ:www.moodle.ufu.br/pluginfile.php/19993/mod_folder/content/1/Textos/P_CHEUXREMONTEMOS_1_1_.doc%3Fforcedownload%3D1+L%C3%8DNGUA,+IDEOLOGIA+E+DISCURSO,+NEM+MARX,+NEM+L%C3%8ANIN&hl=ptBR&gl=br&pid=bl&srcid=ADGEESHjN5eWk7evs2gu48BZ82RLhrGkHP757R_3v5uZXndpEo5G72Q_TDbUrGdpa4MaF_suki6y7dzOeca1duZ4CB0TgIBUvfbaFN4Et9iLv15Bfscm29XQW9st5S71-xdUzbhvO63u&sig=AHIEtbQDKKDaIq-o9CuAiCh7f0mD5XVwkA> Acesso em: 07 Abr. 2010. Extraído da publicação: Toledo, M. Monforte (ed.). *O discurso político*. México: Nueva Imagem, 1980, p. 181-200.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni. P. Orlandi [et al]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995a.

PÊCHEUX, M. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In:_____ *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. de Eni. P. Orlandi [et al]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995b, p. 293-304.

TEIXEIRA, M. *Análise de discurso e Psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso*. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p. 15-93.

O blog: revisão da literatura e proposta de conceituação

Gislaine Gracia Magnabosco
Edson Carlos Romualdo

Introdução

Ao tratar da configuração, dinamicidade e circulação dos gêneros textuais, Marcuschi (2011, p. 19) chama nossa atenção para o fato de que os gêneros não são classificáveis como formas puras e que também não podem ser catalogados de maneira rígida. Para o autor, devem “ser vistos na relação com as práticas sociais, os aspectos cognitivos, os interesses, as relações de poder, as tecnologias, as atividades discursivas e no interior da cultura”.

A partir das afirmações de Marcuschi (2011), admitindo, portanto, que as taxonomias e classificações podem ser mudadas, o objetivo deste artigo é revisitar os conceitos e classificações de blog presentes na literatura especializada e, compreendendo-o como uma prática social desenvolvida no espaço virtual, propor uma conceituação nos contornos de uma abordagem dos gêneros textuais.

Ao realizarmos um levantamento teórico acerca do blog, verificamos que não há unanimidade em relação à sua conceituação ou à sua classificação. Diante dessa diversidade

teórica, faz-se necessário que o pesquisador da *blogosfera* verifique até que ponto os conceitos se acomodam à realidade hoje vigente, já que, como lembra Primo (2008a), os blogs evoluíram muito e muitas das definições não contemplam a heterogeneidade das práticas na *blogosfera*.

Para chegarmos ao conceito de blog que queremos propor para discussão, nosso caminho traça um percurso que passa por suas origens e suas posteriores configurações, mostrando como sua dinamicidade se liga ao próprio desenvolvimento da Internet e aos interesses de seus usuários.

O blog como filtro ou diário de navegação

Caiado (2007) afirma que o termo *weblog* foi cunhado pelo norte-americano Jorn Barger, em seu jornal *online Robot Wisdom*, em 1997, como resultado de um jargão derivado da união das palavras inglesas *web* (rede de computadores) e *log* (registro, diário de navegação).

Os blogs nasceram como guias de navegação no caos da rede dos primeiros anos (AGUIAR, 2006), constituindo-se como diários de anotações de páginas de interesse do usuário a serem navegadas. A seleção dessas páginas era feita por um usuário mais experiente, pois, na primeira versão da internet, para se ter um blog era necessário dominar a linguagem HTML (*HyperText Markup Language*), a linguagem de programação e de softwares. Portanto, na prática, o blog era uma coleção de links com comentários breves, sem a possibilidade de conversação com o internauta, porque, segundo Malini (2008), não havia a existência de mecanismos que possibilitassem a interação, principalmente os comentários.

Tal configuração dos blogs faziam com que eles funcionassem como uma espécie de filtro, pois a preocupação de seu editor era apenas a de conduzir o internauta a outros sítios de informação.

Nessa configuração, não havia a utilização de muitos recursos (gráficos, imagéticos), pois o blog era mantido e organizado como uma página destinada à apresentação, com breves comentários, de uma lista de *links* que o internauta julgava relevantes para consulta.

Essa primeira versão de *web*, mais elaborada e técnica, permanece até 1999, quando se inicia a versão da *web 2.0*, responsável pela democratização e popularização dos blogs. Para Salatiel (2007), a *web 2.0* é a segunda geração de aplicativos da *world wide web*, uma interface gráfica de internet projetada com uma linguagem mais acessível aos usuários não-técnicos. A *web 2.0* tinha por objetivo a socialização do conteúdo e a difusão de novas mídias em páginas dinâmicas, construídas com base em uma arquitetura de participação na qual o internauta é colocado no centro do processo comunicativo, o que viabiliza a emergência de blogs com outras características.

Com a *web 2.0*, algumas empresas lançam *softwares* que tornam automática e gratuita a publicação de blogs, desobrigando o usuário de dominar por completo a linguagem HTML. De acordo com Malini (2008), o primeiro programa desse tipo, o *Pitas*, foi criado em julho de 1999, seguido, um mês depois, pelo *Blogger*, considerado até hoje como o mais popular sistema de publicação *online*.

Como lembra Antunez (2007, p. 22), esses *softwares*¹ são formados pelos CMS (*Content Management System* – sistema de gerenciamento de conteúdo), que permitem a qualquer internauta “gerar de maneira dinâmica os elementos que fazem parte de um *site*, desde a criação de páginas, a redação, o *design*, os arquivos e até as licenças”. O sistema permite que o usuário administre um

¹ Antunez (2007, p. 29) comenta que o *Blogger* é apenas uma das muitas ferramentas que possibilitam a publicação e hospedagem gratuita de conteúdos *online*. Há, para citarmos alguns, o *Pitas*, o *Movable Type* e o *Typepad*, da empresa Six Apart, o *WordPress*, a *Blogia* e o *Bitacora*.

site a partir de um painel de controle *online* que gerencia processos automatizados.

Vistos como uma opção popular para publicação de texto *online* (KOMESU, 2005a), esses *softwares* passam a proporcionar as condições necessárias para a rápida proliferação e popularização dos blogs. Ao se referir a esse processo de popularização, Malini (2008, p. 4) afirma que “de uma onda, se transformaram em uma explosão”, pois com as interfaces do *Blogger*, a publicação de conteúdo *online* foi facilitada, visto que ao usuário cabia apenas três atividades: escrever o título, o texto e clicar em “publicar” para imediatamente o conteúdo estar no seu *site*.

Pautados pela *web 2.0*, os softwares que suportam os blogs fornecem sistemas automatizados de publicação. Por estarem vinculados a uma plataforma de publicação, que por sua vez já traz padrões estruturais previamente estabelecidos, ocorre uma certa unificação do formato do blog. O principal elemento do blog, de acordo com Orihuela (2007), são as anotações (*posts*) ordenadas segundo uma cronologia inversa, com as mais recentes aparecendo primeiro. Há ainda, *links* para os *posts* próprios ou alheiros, para outros blogs e sites e, na maioria dos casos, uma seção de comentários que permite aos leitores participarem dando sugestões e opiniões

A facilidade de publicação de conteúdos somada à percepção da Internet como um “lugar em que todos os dizeres são possíveis, já que o anonimato seria a garantia da preservação da identidade do sujeito” (KOMESU, 2005b, p. 56) fizeram com que ocorresse um significativo aumento da estada de usuários na Internet, especialmente os mais jovens, “blogando” sobre temas diversificados da vida, o que acabou por criar uma gigantesca comunidade: a *blogosfera*. Esse termo foi criado por Willian Quick, em 2001, para designar o todo heterogêneo formado por interações sociais e hiperligações que se interconetam por meio

dos *posts* e dos *blogrolls* – lista de links para outros *weblogs* recomendados pelo autor de um blog (MALINI, 2008).

Dado o crescimento dos blogs para os mais variados fins e, tendo em vista, ainda, as diversas possibilidades de publicação permitida pelo *software* (*links*, uso em conjunto de várias semioses, como, por exemplo, texto e imagem, texto e som, texto e vídeo, entre outras), ocorre, segundo Malini (2008), um deslocamento da identidade dos blogs, que passaram de simples veículos de filtragem para uma pluralidade de vozes e linguagens. Essa dispersão identitária, no que diz respeito às suas características de constituição, ocasionou divergências, por parte dos teóricos, quanto à sua conceituação.

Revisando a bibliografia sobre blog, percebemos que ele ora é conceituado como “diário online” (BATISTA, 2008; CAIADO, 2007; CHAGAS, 2006; CORRÊA, 2007; HEINE, 2008; KOMESU, 2005a; LEMOS, 2002; LOBO, 2007; MARCUSCHI, 2005, 2008; OLIVEIRA, 2002, 2003; ORIHUELA, 2007; PAZ, 2003; RIBEIRO, 2009; RODRIGUES, 2006a; SCHITTINE, 2004; SIBILIA, 2003, 2005), ora como “suporte” (DANTAS; GOMES, 2008; PEREIRA, 2007).

O blog como *diário online*

Corrêa (2007, p. 931) comenta que o blog, também conhecido como *diário na internet*, nada mais é que um “tipo de diário virtual público que contém informações específicas sobre uma determinada pessoa, lugar ou situação e que é usado para expressar ideias e opiniões em face de determinado assunto”.

Essa perspectiva conceitual também é assumida por Ribeiro (2009), que ressalta, no entanto, a mudança não apenas de ambiente do papel para o computador, mas também a de propósito de criação: se nos diários apenas seus criadores ou algumas pessoas por eles escolhidas tinham acesso às informações

registradas ou escreviam ali, no blog, ao contrário, o intuito de seus criadores é tornar sua vida pública, deixando espaço para que outros, mesmo não sendo conhecidos, façam comentários sobre o que foi escrito.

Apesar da participação alheia, para Heine (2008), o blog possui um caráter intimista por ser um gênero no qual as pessoas escrevem sobre si mesmas, sobre suas vidas e ações cotidianas, o que o inscreve, na classificação proposta por Batista (2008), na categoria dos gêneros autobiográficos, juntamente com as cartas, autobiografias e memórias.

Marcuschi (2008) afirma que o diário virtual é muito praticado por adolescentes, principalmente mulheres. Suas afirmações são corroboradas pelo trabalho de Felis (2008), no qual a autora mostra que os diários virtuais já se tornaram muito populares entre os jovens e já fazem parte de sua vida cotidiana. A partir de dados obtidos em uma pesquisa informal, realizada com 180 alunos de sétimas e oitavas séries do Ensino Fundamental de uma escola particular da cidade de Maringá, Felis (2008) constatou que 68,7% deles se declararam cativos dessa ferramenta no cotidiano de suas interações via *web*, sendo que 74% desses *blogs* eram de meninas.

Herring et al. (2004), após uma pesquisa realizada sobre a utilização de blogs, comentam que os resultados da análise de indicadores de gênero e idade revelam que o número de homens e mulheres, adultos e adolescentes, são aproximadamente iguais. Contudo, reconhecem que as mulheres utilizam mais o blog do tipo *diário*, enquanto os homens utilizam mais o blog do tipo *filtro*, descrito no item anterior.

Nos blogs que se configuram como *diários online*, o caráter intimista é explícito. Pesquisando exemplos desses blogs, encontramos em vários deles: a) informações sobre sua proprietária – nome, email, foto, cidade onde reside; b) *links* que levam a outros sítios e que podem disponibilizar novas informações sobre a autora do blog, por exemplo, link *visualizar meu perfil completo*, link

facebook; c) textos escritos em primeira pessoa, tendo como objetivo a exposição de ideias, opiniões, sentimentos, para um grupo de iguais (conhecidos ou não) que, não só compartilhem os mesmos interesses, as mesmas angústias, os mesmos sentimentos (os chamados *seguidores*), mas que, ao mesmo tempo, participem de tal publicação, comentando-a (*link comentário*).

A publicização de si e da intimidade, na escrita dos blogs, derivam das condições sócio-históricas de produção desse discurso, marcado, por um lado, pela necessidade incessante de falar, e, por outro, pela impossibilidade histórica de dizer. Falar qualquer coisa – ainda que pouco ou quase nada – garante a permanência dos sujeitos no espaço da enunciação da Internet, ou seja, no campo da visibilidade social. Komesu (2005b), defensora desse ponto de vista, afirma também que não há apenas a busca constante de si, mas principalmente do outro, cuja participação é fundamental, pois o outro funciona, no ambiente virtual, como índice de visibilidade desse sujeito.²

Vemos que muito mais do que formas de exibição do sujeito, os *diários online* são formas de apresentação do eu no ciberespaço e de conexão com outros sujeitos, visando nada mais que à simples interação e à expressão da vida comum. Nas palavras de Lemos (2002, p. 12): “O que parece estar em jogo é a tomada do pólo de emissão pelo usuário comum. A vida comum transforma-se em algo espetacular, compartilhada por milhões de olhos potenciais.”

Os blogs funcionam, deste modo, “como uma dramatização pedagógica para a existência” (LOBO, 2007, p. 56), como um prolongamento de si, através do outro, já que o que todos realmente querem é ler sobre si mesmos, se verem refletidos no outro como um espelho (SCHITTINE, 2004, p. 151).

² Para mais informações sobre a tendência feminina, ligeiramente maior do que a masculina, de criar blogs, ver Magnabosco (2011).

Por meio da correspondência com o outro e da troca de emoções surge a chamada vida em comunidade. Para Sennett (1998), a ideia de comunidade está envolvida com a crença de que, quando as pessoas se abrem umas com as outras, é criado um tecido que as mantém unidas. Neste sentido, o blog seria “uma ‘econômica’ terapia em grupo via internet” (KOMESU, 2005b, p. 49), impulsionada não só pela confiança de que, ao escrever e se reconhecer nos relatos autobiográficos ali postados, é possível construir uma significação que possa dar conta das questões de sua própria existência, vivenciando uma experiência de construção de si mesmo (CAIROLI LOPES; POLLI, 2005), como também que, por meio dessa escrita, é possível criar laços, mesmo que virtuais, com sujeitos iguais e desconhecidos.

A possibilidade de criar laços apresenta-se pelo próprio sistema do blog, que permite a formação de redes sociais através dos comentários, conversações, recados e pelas conexões recíprocas (*links*), lista de amigos (*blogroll*) (RECUERO, 2009), formando, assim, uma extensa comunidade *via* blogs.

Contudo, como lembram Primo e Smaniotto (2010), para se formar uma comunidade *via* blogs, é preciso ir além de um simples *blogroll*, já que ele, por si só, não garante que dois blogueiros tenham um relacionamento entre si, uma vez que este listar é totalmente automatizado pelo sistema. Para os autores, a formação de uma comunidade está totalmente condicionada à real interação entre os sujeitos, impulsionada pela reunião em torno de contínuas problematizações, sendo a própria relação entre eles um problema que motiva uma constante negociação.

Desta forma, a comunidade citada por Sennett (1998) só se constitui nos blogs, por meio das interações reais e diárias dos sujeitos, formando verdadeiros grupos de pessoas ligadas por interesses em comum e que, juntas, constroem um público, uma identidade coletiva, um “nós somos” na sociedade de rede.

Porém, é preciso ressaltar que a formação de comunidades não se dá exclusivamente via blogs confessionais (diários), há outros blogs (educacionais, regionais³, políticos, midiáticos, entre outros) que também se propõem à construção de comunidades ligadas ou pelas conexões mútuas (*blogroll*) ou pelo debate em torno de temas e interesses afins.

A existência de tais blogs leva-nos à necessidade de repensar a conceituação tão difundida de blog como *diário online*. Se observarmos atentamente a atual blogosfera, esta definição não consegue mais abarcar - seja pela defesa de uma prática imanentemente feminina, seja pelo cunho confessional - a grande heterogeneidade das práticas blogueiras atualmente existentes.

Neste sentido, concordamos com Primo (2008b) que a utilização de blogs para a escrita íntima e sigilosa é apenas um entre tantos processos interativos possíveis na blogosfera, o que torna sua definição como diário íntimo um tanto reducionista. Vejamos, então, outra proposta de conceituação do termo.

O blog como suporte

Marcuschi (2003) comenta que todo gênero tem um suporte que contribui para a seleção dos gêneros que ali serão fixados e para a sua forma de apresentação. O suporte é, então, responsável não só por firmar e fixar o texto, como também por lhe dar condições para sua circulação social (COSTA, 2008).

O autor ressalta também que, embora o suporte textual tenha a ver centralmente com a ideia de *portador textual*, ele não deve ser visto como um meio de transporte ou veículo, mas sim como um *locus* de fixação, que não é neutro e que pode interferir na função e

³ De acordo com Rodrigues (2006b), os *blogs regionais* caracterizam-se pela defesa de causas públicas, apontando problemas existentes, defendendo e promovendo sua terra; assumindo-se como um importante espaço de cidadania e participação cívica.

nos processos de textualização do gênero, já que, como ressalta Maingueneau (2002), a modificação do suporte material de um texto modifica um gênero, intervindo, então, no seu processo de produção e recepção.

Nesse sentido, Souza (2009) assevera que o suporte é responsável por condicionar as marcas estilísticas, a constituição, o formato, o caráter estático ou dinâmico de determinado gênero, pois sua identificação se dá na relação que mantém com o suporte. Assim, para ele, não é possível falar de um gênero se não tratarmos de seu suporte, pois, como mostra Costa (2008), o suporte é relevante na interação do leitor com o texto, contribuindo para a construção de seu sentido.

Contudo, duas advertências fazem-se necessárias ao tratarmos dos suportes: a) “nem sempre a decisão a respeito da identificação de um suporte, um gênero, um serviço e um canal é clara. As fronteiras dependem da perspectiva da observação e do modo como encaramos os fenômenos” (MARCUSCHI, 2003, p. 27); e b) “é fácil encontrar casos (...) em que um gênero e seu suporte são tratados como indissociáveis” (COSTA, 2008, p. 183-184). Isto pode fazer com que os nomes com que os gêneros são designados pelos usuários sejam iguais aos seus suportes prototípicos.

Devido à possibilidade de um mesmo gênero ser inscrito em diferentes suportes, faz-se necessário que os interlocutores, no processo de reconhecimentos dos gêneros, estabeleçam uma relação distintiva entre os gêneros textuais e os seus suportes. Essa relação é fundamental para o estudo e a conceituação de qualquer gênero, principalmente os digitais.

Apoiado no conceito de suporte, Pereira (2007) defende que, por ser possível encontrar diferentes gêneros nos blogs, estes não devem ser vistos como gêneros, mas sim como um *locus* para a materialização de diversos gêneros. Para justificar tal posicionamento, faz uma comparação com o jornal:

Pode-se oferecer a esta discussão, como um paralelo, o Jornal. Nele aparecem diferentes gêneros – carta do leitor, notícia, receita (...). O mesmo acontece com o *blog*. Pode haver manifestações de vários gêneros que o transforma em um espaço de comunicação e não em um gênero digital emergente. (PEREIRA, idem, p. 522)

Partindo do mesmo ponto de vista, Dantas e Gomes (2008) defendem que, embora os blogs tenham surgido como gêneros da esfera digital/virtual, construídos sobre o gênero primário “diário íntimo”, eles aos poucos foram se complexificando e perdendo o estatuto de gênero, para se tornar um suporte, pois o blog comum exhibe diversos gêneros em sua apresentação, por exemplo, índices, *banners*, enquetes. Os autores embasam sua classificação no conceito de suporte apresentado por Marcuschi (2003), principalmente no reconhecimento das semelhanças deste com as *homepages* que o autor classifica como suportes e não gêneros⁴. É importante destacar que Dantas e Gomes (2008) têm como base de análise o blog *do Tas*⁵, um blog que não está fixado em uma plataforma de publicação de *blogs* (como por exemplo, o *Blogger*, o *Pitas*), mas sim localizado em um *link* (<http://entretenimento.uol.com.br/blogs> ou <http://blog.uol.com.br>.) da *homepage* do UOL.

Como comentam Dillon e Gushrowski (*apud* SADE, 2007, p.1243), a *homepage* é um gênero digital que não possui correspondência no papel, apresentando características únicas e funções comunicativas próprias. Essa mesma perspectiva é assumida por Bezerra (2007, p. 115), que coloca a *homepage* como um ‘*Web-generated*’, isto é, um gênero que não possui paralelo direto fora da rede, encontrando-se, assim, “entre os primeiros

⁴ É relevante comentar que tal posicionamento não é mais mantido em Marcuschi (2008), no qual o autor defende que “a *homepage* é um gênero bem estabelecido” (idem, p. 186).

⁵ Disponível em: <<http://marcelotas.blog.uol.com.br/>>. Acesso em: 20/05/2010.

textos gerados pela Web a alcançar o *status* de gênero, o que significa que a forma e o conteúdo da *homepage* agora estão se tornando convencionados”⁶.

Sade (2007) também compartilha deste ponto de vista. Para ela, as *homepages*, em sentido geral, podem ser consideradas um gênero porque possuem formas verbais de ação social (função comunicativa), características relativamente estáveis situadas em um contexto social específico (o contexto digital), além de padrões que permitem inferir que seus criadores as confeccionam de acordo com um modelo mental genérico. Quanto à finalidade, as *homepages* possuiriam duas funções principais: introduzir os usuários ao conteúdo geral do *site* e funcionar como porta de entrada oficial para o *website*.

Por serem confeccionadas com base em um modelo genérico que padroniza e convencionam a sua criação, já estão assentados alguns elementos formais e interativos comuns entre as *homepages*, como, por exemplo, no caso das institucionais ou corporativas: *logotipo*, título de janela, enquetes, informações de contato, política de privacidade, informações sobre a instituição, ferramenta de pesquisa, ajuda, publicidade, menu ou barra de navegação (ARAUJO, 2003); e no caso das pessoais: título, endereço eletrônico do autor, data da última atualização, menu de conteúdo, data de criação da *homepage*, *hiperlinks* externos, mensagem de boas vindas, gráficos, fotografias, entre outros (MARSHALL, 2005).

Por todo o exposto, percebemos que a *homepage*, como outros gêneros digitais, caracteriza-se por uma *hibridização* advinda não só do suporte (*software*) que a sustenta, como também por estar inserida na grande rede. Neste sentido, acreditamos que a

⁶ Para Bezerra (2007), as *homepages* passaram por convenções em sua forma e conteúdo, tornando-os mais padronizados, seja pelo fato dos *web designers* adotarem outras *homepages* como modelo, seja porque eles passaram a se utilizar de livros sobre a construção de *homepages*.

caracterização do blog do *Tas* como um suporte não se sustenta, uma vez que esse blog, por estar acoplado à *homepage* do UOL, acaba por trazer as características constitutivas deste gênero, entre elas: os *banners*, os índices, os *links*, que são as categorias utilizadas por Dantas e Gomes (2008) para sustentar a classificação do blog como um suporte. Além disso, é preciso ressaltar que a comparação com a *homepage*-suporte de Marcuschi (2003) não se sustenta mais em Marcuschi (2008).

Por fim, é preciso considerar que os blogs são imanentemente hipertextuais, já que se originaram na grande rede, tendo os *links* como características genuínas e os *softwares* ou as *plataformas web*⁷ como seus materializadores.

O software como o suporte do blog

Souza (2008) comenta que a maior parte das pesquisas sobre gêneros digitais não faz menção aos *softwares* em que esses gêneros são aportados, desconsiderando que muitas das particularidades vistas em um gênero digital só são observáveis se considerarmos a estrutura que os sustenta, que os tornam possíveis e operáveis. Entre tais particularidades o autor cita a hipertextualidade⁸, a hipermodalidade⁹, o caráter não linear e a capacidade de um suporte acoplar a si outros.

⁷ Segundo Xavier (2009), as plataformas *web* consistem em sistemas que funcionam através de browser e sistemas de navegação. Nesse formato, os *softwares* funcionam pela Internet, assim vários programas podem ser integrados, formando uma grande plataforma.

⁸ Por hipertextualidade, Souza (2008) entende uma estrutura não-sequencial ou não linear de acesso através de *links* e escrita de informações.

⁹ A hipermodalidade pode ser entendida como “partes constituintes que se unem a uma interface de *software* (desde uma imagem, até uma animação em *flash* ou um vídeo)” (SOUZA, 2008, p. 04).

Desta forma, para Souza e Carvalho (2007), o estudo de um gênero virtual deve estar combinado com o estudo do suporte de tal gênero, pois os suportes não são homogêneos, podendo modificar o gênero suportado. Segundo os autores, é importante distinguir o que é o suporte e o que é o gênero, diferenciando-os também do veículo e do canal.

Pensando na necessidade dessa diferenciação, Souza (2009) contesta a tese defendida pelo historiador Roger Chartier, para quem a tela (o monitor do computador) seria o suporte da escrita digital. O autor defende que

o *software* seja o suporte dos gêneros digitais, funcionando a tela como canal. A tela possui um dispositivo, que recebe sinais da CPU, chamado de ‘canhão de elétrons’. As intensidades desses sinais são transmitidas e decodificadas pelo ‘controlador de vídeo’, que comanda a voltagem do canhão de elétrons e sincroniza o sistema de placas defletoras (...). Desse modo, a tela funcionaria como o canal em que as informações oriundas do computador são mostradas (SOUZA, 2009, p. 05).

A consideração, então, da tela como canal, do computador como veículo (SOUZA; CARVALHO, 2007), e do *software* como suporte, auxilia na compreensão da heterogeneidade dos gêneros digitais existentes, inclusive para a ocorrência de um mesmo gênero em suportes digitais diferenciados¹⁰ ou de mais de um gênero em um mesmo suporte. O que é explicado pela natureza hipertextual do *software*, responsável não só pela diferenciação na forma de apresentação do gênero – por exemplo, o blog acoplado ao *Blogger* ou em uma *homepage* (suportes diferentes) – como

¹⁰ Os autores defendem a existência de vários *softwares* que funcionam ora como um suporte protótipo como, por exemplo, o *software* do *Blogger*, ora como um suporte não protótipo como, por exemplo, as plataformas *web*.

também na possibilidade de materialização de mais de um gênero ao mesmo tempo – por exemplo, em uma plataforma *web*, a possibilidade de materialização de traços da *homepage* (*banners*, ícones) no blog que nela se insere, como no blog do *Tas*.

Podemos dizer, então, que “muito do que o usuário da língua faz com um gênero digital é tributado do *software*” (SOUZA, 2008, p. 01), pois ele será o responsável por dar a esses gêneros as características de hipertextualidade e hipermodalidade.

Assim, o estudo do gênero digital não pode estar desvinculado do suporte que o materializa, pois, pelo exposto, observa-se que tanto a forma de apresentação de um gênero como a interatividade, a hipertextualidade, a hipermodalidade que o constituem estão condicionadas ao *software*. Além disso, para Primo (2008b), um estudo que se atente ao *software-suporte* consegue desfazer grandes equívocos em torno das classificações do *blog*, como a redução deles a um único gênero. Isso porque um *blog/programa*¹¹, pela própria natureza técnica que o constitui, não é capaz de determinar se um *blog/texto* deverá ou não seguir um determinado gênero ou outro.

No percurso que vimos fazendo, cremos não ser possível conceituar o blog como, unicamente, um *diário online*, nem, tampouco, dizer que ele é, simplesmente, um *locus* para a ocorrência de outros gêneros, desconsiderando, desta forma, todos os diferentes suportes (*softwares*) existentes, que, além de

¹¹ Primo e Smaniotto (2006) afirmam que o termo *blog* designa não apenas um texto, mas também um programa e um espaço. Para eles, para se ter um *blog* enquanto texto e espaço utiliza-se normalmente um programa de *blog*. Nessa mesma linha, Escobar (2007) comenta que o *blog/texto* é o “conjunto de todo o conteúdo produzido pelo blogueiro, disponibilizado em *posts*, geralmente escritos, mas que podem conter imagens, áudio, vídeo”; o *blog/programa* é um *software* responsável pela emergência e materialização do *blog/texto*; e o *blog/lugar* é a localização do *blog/texto* na *www*, indicada por um endereço específico.

permitirem sua emergência, podem alterar sua forma de manifestação.

Assim, optamos por considerar o blog como um *hipergênero constelar* materializado por um *software* (ora um programa de hospedagem – *Blogger, Pitas*; ora por uma plataforma *web* mais geral¹²), que, por possuir *permalinks*¹³, pode se apresentar em um local específico na grande rede.

Proposta de conceituação: o blog como um *hipergênero constelar*

Na introdução deste trabalho, chamamos a atenção para o fato de que os gêneros, por estarem ligados ao momento histórico-social em que surgem e circulam, não se configurariam como entidades estáticas e puras (MARCUSCHI, 2011), mas dinâmicas (MARCUSCHI, 2008) que podem sofrer alterações, inovações, hibridismos. Isso nos leva, então, à necessidade de compreendê-los dentro dos sistemas e das circunstâncias para as quais são desenhados (BAZERMAN, 2006). Para Marcuschi (2011), é necessário, no processo de sua identificação e conceituação, observar sua função, organização, conteúdo, meio de circulação, atores sociais envolvidos e atividades discursivas implicadas que contribuiriam para as distinções entre os diversos gêneros existentes.

¹² Entendemos por 'plataforma web de maneira geral' sistemas (de *browser* e navegação) que permitem o funcionamento de *softwares* pela internet, integrando vários programas, formando, assim, uma grande plataforma (XAVIER, 2009). São, então, suportes hipertextuais (MARCUSCHI, 2008) que permitem a materialização de diversos gêneros.

¹³ *Permalink* é um recurso que permite que cada *post* de um blog tenha seu próprio *link*, que aponta diretamente para ele (e não para a página principal do blog), apresentando-o no topo da janela do *browser*. (PRIMO; SMANIOTTO, 2010).

No caso do blog, que nasce em novo domínio discursivo¹⁴, mais especificamente na esfera digital (COSTA, 2009), essas observações são fundamentais, já que ele traz em sua constituição um hibridismo próprio da rede e das possibilidades tecnológicas da hipermídia que repercute em uma constituição genérica particular.

Ao analisarmos o blog, observamos que ele, à semelhança de outros gêneros tradicionais ou digitais, não é puro, único, apresentando em sua própria constituição a emergência de outros gêneros que se somam a ele, para lhe constituir hipertextualmente. Essa é a razão pela qual defendemos que o blog seja um *hipergênero*.

O termo *hipergênero* não é novo. Bonini (2003a, 2003b), por exemplo, já utiliza o termo ao se referir aos gêneros que compreenderiam vários outros, servindo como seus suportes. Para o autor, as revistas, os jornais são exemplares de *hipergêneros*, porque são, simultaneamente, grandes gêneros que suportam e se constituem por outros gêneros.

É preciso ressaltar, contudo, que, em nossa acepção, não entendemos *hipergênero* tal qual postulado por Bonini, pois, como defendido anteriormente, acreditamos que os blogs (como os demais gêneros digitais) sejam *suportados* por *softwares* que, inclusive, são os grandes responsáveis por lhe darem características hipermidiáticas.

Assim, ao conceituarmos o blog como um *hipergênero*, o entendemos como um gênero virtual ou digital que, por *alocar-se* em um *software hipermidiático*, configura-se como um gênero híbrido, formado pela junção (sobreposição) de outros gêneros – materializados ora explícita ora implicitamente por meio de *links* –

¹⁴ Para Marcuschi (2008, p. 24), o domínio discursivo designa uma esfera ou instância da atividade humana, constituindo práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios, em certos casos exclusivos.

que convergem, coerentemente, para sua constituição formal, funcional e interacional.

Neste sentido, entendemos que o blog seja formado a partir: **1)** do *post* inicial, que, por sua vez, traz uma diversidade de gêneros: depoimentos, desabafo, contos, comentários, reportagem, entre outros; **2)** dos *links* dos comentários¹⁵, que também podem trazer uma diversidade de gêneros: debate, discussão, conversa, opinião; **3)** dos *links* que levam a outros sítios, como ao *perfil* do(a) mantenedor(a) do *blog*, a *links patrocinados*, ao *blogroll*, aos *posts* anteriores, *links* para contato materializados, por exemplo, na forma de e-mails, *links* de imagens (animações, vídeos), entre outros, que se conectam para formar um único gênero.

Tal composição, que pode ser verificada em blogs da rede, além de especificar o blog, mostra-se proeminente para atender aos propósitos interacionais e comunicativos do produtor/autor, já que deixa transparecer o papel que cada membro possui nessa interação: a) blogueiro - controle da estrutura da página, escritura e publicação de novos *posts*, moderação de comentários; b) leitor - participação apenas concordando, criticando, polemizando.

Além disso, esse arranjo atende a novos interesses comerciais que surgem a partir da popularização e autoridade dos blogs¹⁶ - verificado na grande inclusão de *links* (como por meio do *Google AdSense*) que exibem certos anúncios¹⁷, tendo em vista a

¹⁵ De acordo com Primo (2008a), o *link* de comentários é opcional, já que há a possibilidade de ativá-lo ou não.

¹⁶ Como comenta Recuero (2009, p. 114), a autoridade de um blog pode ser medida a partir da quantidade de *links* que um determinado *post* recebe. Ou seja, a autoridade é relacionada à influência, à capacidade de um blog de gerar conversações na *blogosfera* a partir daquilo que diz. Essa influência pode ser medida, por exemplo, pelo número de visitas/comentários que um blog recebe.

¹⁷ Para Alonso (2007, p. 112), “os blogs começam a experimentar cada vez mais a idéia de incluir publicidade em suas publicações”. E isso se dá porque

semelhança entre a categoria/temática do blog e os produtos anunciados pelos patrocinadores.

Pelo exposto, gostaríamos de ressaltar que, ao conceituarmos os blogs como *hipergêneros*, visamos não só reconhecer e valorizar todo o aparato tecnológico que permite sua emergência, dando-lhe propriedades constitutivas e comunicativas particulares, como também propendemos defendê-lo como um gênero genuinamente virtual, ou seja, sem precedentes fora da rede. Embora reconheçamos que muitas de suas funções comunicativas se aproximem de outras práticas realizadas por meio de outros gêneros tradicionais, as características *hipermidiáticas* que lhe dão forma e que norteiam sua função não são possíveis fora da rede.

Além disso, devido ao fato de que os blogs ganharam grande utilização nas mais variadas instâncias e para os mais variados fins, não é mais admissível defender a existência de um único tipo de blog. Há, como já citamos, blogs educacionais, políticos, regionais, midiáticos, entre outros. Para exemplificarmos a heterogeneidade dos blogs, citamos a classificação proposta por Primo (2008a) que, a nosso ver, congrega todas as demais categorizações.¹⁸

Tendo por parâmetro a *forma de produção* do blog (individual ou coletivo), o *tipo da produção* (reflexão, relato), o *tipo da interação* (formal, cotidiana) bem como o *foco* do blog (interno, externo), o autor elenca dezesseis modalidades de blogs representadas na tabela a seguir.

“anúncios em blogs estão entre os mais eficazes e baratos anúncios no mundo para atingir um público específico” (HEWITT, 2007, p. 164-165).

¹⁸ Outras classificações podem ser vistas nas obras de Cipriani (2006), Recuero (2004b), Fumero (2010); Schittine (2004); Komesu (2005a); Silva (2003).

		INDIVIDUAL		COLETIVO	
		Profissional	Pessoal	Grupal	Organizacional
DENTRO	Auto Reflexivo	1	5	9	13
	Informativo Interno	2	6	10	14
	Informativo	3	7	11	15
	Reflexivo	4	8	12	16
FORA					
		INTERAÇÕES FORMALIZADAS	INTERAÇÕES COTIDIANAS	INTERAÇÕES FORMALIZADAS	

Figura 1: Critérios para a classificação dos Blogs

Vemos, pela tabela, que Primo (2008a) classifica os blogs em quatro categorias, que se subdividem em outras quatro, que nos permitem comprovar a multiplicidade dos tipos de blogs. No entanto, observando a blogosfera, verificamos que os blogs, mesmo divergindo em relação às temáticas e interesses, mantêm traços estáveis que permitem irmaná-los, tais como: a estrutura composicional, seu contexto de uso, a escrita mais subjetiva e menos monitorada, o compartilhar de pontos de vista, a interação por meio de *links*, entre outros. Por esse motivo, entendemos que o blog seja um *hipergênero* organizado em *constelação*.

O termo *constelação* é utilizado por Araújo (2010) para analisar os *chats* da *web*. Para ele, um gênero organizado em *constelação* é um gênero maior (“gênero mãe”) a partir do qual outros gravitam. Assim, embora divirjam em suas respectivas funções sociais, esses gêneros são cognatos, uma vez que trazem marcas

do “gênero mãe”, o que os tornariam membros de uma mesma *constelação* genérica, entendendo por *constelação*

um conjunto de gêneros que são irmanados pela relação genérica que existe entre eles, ou seja, todos pertencem à mesma família e, por isso, são variedades de um único gênero que, por ser complexo, atende a propósitos comunicativos distintos. (...) O fato de serem membros de uma constelação, no entanto, não tornam homogêneos esses gêneros. Cada um possui seu ‘brilho’ próprio e atende a uma função social distinta. (ARAUJO, 2010, p. 04)

Acreditamos que compreendendo o blog como um *hipergênero constelar* é possível entendermos a grande heterogeneidade da *blogosfera* mostrada nas diversas classificações que encontramos para os blogs, sem desprezarmos os traços comuns a todos eles.

Conclusão

Compreender o blog enquanto gênero é, antes de tudo, considerar que os gêneros são mutáveis e escapam a classificações duradouras, pois são “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” (MARCUSCHI, 2011, p. 18).

Ao fazermos uma revisão da literatura especializada sobre o blog, vimos que sua origem e modificações relacionam-se com as mudanças ocorridas na própria Internet, que possibilitaram que o blog tomasse outras configurações. Inicialmente, ligado ainda à linguagem HTML, o blog era um *filtro* ou *diário de navegação* que listava sites interessantes para o usuário. Com o desenvolvimento da *web 2.0* e a criação de novos programas, houve a explosão dos blogs, pois não era mais necessário ser especialista em linguagem de computadores para criar um. Esse processo criativo leva ao desenvolvimento de blogs na forma de *diários online*, elaborados

principalmente por mulheres. No entanto, a classificação dos blogs como diários é contestada por alguns teóricos, que vêem o blog como um suporte, devido às novas configurações técnicas e à possibilidade de portar outros gêneros.

Revolvendo as teorias que propõem essas conceituações, observando a multiplicidade de blogs na rede e conscientes de que é necessário repensarmos uma realidade que se modifica tão rapidamente como é internet e os gêneros que circulam nesse domínio, propusemos a conceituação do blog como um *hipergênero constelar*.

Em nossa proposta conceitual que apresentamos para discussão, partimos do princípio de que o blog aloca-se em um *software hipermidiático*. É um gênero virtual ou digital híbrido, pois é formado pela junção ou sobreposição de outros gêneros que se materializam ora explícita ora implicitamente por meio de *links*. Esses gêneros convergem coerentemente para a constituição formal, funcional e interacional do blog.

Ainda observando a blogosfera e também as classificações propostas na literatura especializada, verificamos que os blogs, mesmo divergindo em relação às temáticas e interesses, ou seja, atendendo a propósitos comunicativos distintos, mantêm traços estáveis que permitem irmaná-los, o que nos levou a considerá-los organizados em forma de constelação. Assim, ao conceituarmos o blog como um *hipergênero constelar*, entendemos que estamos atestando seu caráter hipermidiático, sua composição heterogênea, mas também as características comuns que nos fazem unir a diversidade em um único gênero.

Referências

AGUIAR, Kátia Fonseca. **Ciberesferas públicas**: os blogs como espaços de discussão política, 2006. Disponível em: < www.bocc.uff.br/pag/aguiar-katia-ciberesferas-publicas-blogs.pdf. >. Acesso em: 23 out. 2009.

ALONSO, Julio. Blogs e empresas. In: ORDUÑA, Octavio I. et al. **Blogs**: revolucionando os meios de comunicação. Tradução de Vértice Translate. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 99-137.

ANTUNEZ, José Luis. O impacto da aparição do sistema de gerenciamento de conteúdo (CMS). In: ORDUÑA, Octavio I. et al. **Blogs**: revolucionando os meios de comunicação. Tradução de Vértice Translate. São Paulo: Thomson Learning, 2007. p. 21-40.

ARAUJO, José Paulo de. Caracterização do cibergênero *homepage* corporativa ou institucional. **Linguagem em (dis)curso**, Tubarão, v.3, n.2, p. 135-167, jan/jun. 2003.

ARAUJO, Júlio César. **A organização constelar do gênero chat**. Disponível em: <www.julioaraujo.com/download/organizacao_constelar_do_chat.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2010.

BATISTA, Patrícia Pereira. Do diário ao *blog* confessional: continuidade ou surgimento de uma nova prática? **Contemporânea**, Ed. Especial, v.06, n.03, p. 105-118, 2008. Disponível em: < www.contemporanea.uerj.br>. Acesso em: 20 fev. 2010.

BAZERMAN, Charles. Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas. In: _____. **Gêneros Textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 19-46.

BEZERRA, Benedito Gomes. Gêneros Introdutórios mediados pela *web*: o caso da *homepage*. In: ARAUJO, Júlio César. **Internet & ensino**: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 113-125.

BONINI, Adair. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? **Linguagem em (Dis)curso**, v.4, n.1, p. 205-231, 2003a.

_____. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. **Revista Delta**, v. 19, n.1, p. 65-89. 2003b.

CAIADO, Roberta Varginha Ramos. A ortografia no gênero weblog: entre a escrita digital e a escrita escolar. In: ARAUJO, Júlio César. **Internet & ensino**: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 35-47.

CAIROLI LOPES, Priscilla; POLLI, Maria Cristina. Os adolescentes e a escrita íntima em *blogs*. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. Disponível em: <www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 15 fev.2010.

CHAGAS, Jurema. Blogs e a nova narrativa biográfica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2006. p. 01-08.

CIPRIANI, Fábio. **Blog corporativo**. São Paulo: Novatec, 2006.

CORRÊA, Ediléa Felix. Gêneros textuais no contexto digital & educacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS – SIGET, 4, 2007, Santa Catarina. **Anais...**, Santa Catarina, 2007. p. 926-932.

COSTA, Iara Bemquerer. Contribuições ao debate sobre a relação entre gêneros textuais e suporte. **Revista Letras**, Curitiba, n.75/76, p. 183 - 196, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DANTAS, Daniel; GOMES, Adriano Lopes. Questões de Letramento e de gênero do discurso em *blogs*. **Revista Gatilho**, UFJF, ano IV, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/ARTIGO1.-Questes-de-letramento.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2011.

ESCOBAR, Juliana Lúcia. Blogs e interação mútua: uma visão contextualizada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30, 2007, Santos. **Anais...**, Santos: Intercom, 2007. Disponível em: <<http://www.almanaque dacomunicacao.com.br/files/others/intercom-Blogs%20e%20intera%C3%A7%C3%A3o%20m%C3%BAtua.pdf>>. Acesso em 12 jul. 2011.

FELIS, Cláudia Cristina Gatti. **Interação na Internet**: os blogs como uma nova forma de usar a linguagem. Londrina: UEL, 2008, 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

FUMERO, Antonio. **Un tutorial sobre blogs**: El abecé del universo *blog*. Disponível em: <<http://unileon.pbworks.com/f/blogotutorial.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

HEINE, Palmira Bahia. Considerações sobre a cena enunciativa: a construção do ethos nos blogs. **Linguagem em (Dis)curso**, v.8, n.1, p. 149-174, 2008.

HERRING, Susan C et al. **Woman and children last**: the discursive construction of *weblogs*. Indiana: Indiana University, 2004. Disponível em:

<http://blog.lib.umn.edu/blogosphere/women_and_children.html>. Acesso em: 18 abr. 2010.

HEWITT, Hugh. **Blog**: entenda a revolução que vai mudar seu mundo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson do Brasil, 2007.

KOMESU, Fabiana Cristina. **Entre o público e o privado**: um jogo enunciativo na constituição do escrevente de *blogs* na Internet. Campinas: UNICAMP, 2005, 269f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005a.

_____. Blogs e as práticas de escrita sobre si na Internet. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio C. (orgs). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005b, p. 110-119.

LEMONS, André. A arte da vida: diários pessoais e *webcams* na Internet. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO., 25, Salvador, 2002. **Anais...**, Salvador, 2002. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP8lemons.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.

LOBO, Luiza. **Segredos públicos**: os blogs de mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

MAGNABOSCO, Gislaine Gracia. **A construção do texto opinativo na hipergênero blog**: análise de comentários do blog Papo de Amiga da Revista Capricho. Maringá: UEM, 2011, 161f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALINI, Fábio. Por uma genealogia da blogosfera. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 13., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008, p. 1-14. Disponível em: < www.intercom.org.br >. Acesso em: 12 dez. 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **A questão do suporte nos gêneros textuais**. Versão Online, 2003. Disponível em: <<http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

_____. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio C. (Org.). **Hipertexto e gêneros digitais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 13-67.

_____. Gêneros Textuais: Configuração, dinamicidade e circulação. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher (Org.). **Gêneros Textuais**: reflexões e ensino. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.17-31.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARSHALL, Débora. **Pesquisadores da linguagem no ciberespaço**: um estudo sobre o gênero *homepage* pessoal. Santa Maria: UFMS, 2005, 148f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. **Diários públicos, mundos privados**. Diário íntimo como gênero discursivo e suas transformações contemporâneas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002, 214f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

_____. **De onda em onda**: a evolução dos ciberdiários e a simplificação das interfaces, 2003. Disponível em: <www.bocc.uff.br/pag/oliveira-rosa-meire-De-onda-onda-pdf>. Acesso em: 23 jan. 2010.

ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: ORDUÑA, Octavio I. et AL. **Blogs**: revolucionando os meios de comunicação. Tradução de Vértice Translate. São Paulo: Thomson Learning, 2007, p. 01-20.

PAZ, Carolina Rodrigues. A cultura blog: questões introdutórias. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.22, p. 66-72,2003.

PEREIRA, Ana Cláudia Barreiro Gomes. Blog, mais um gênero do discurso digital? In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS - SIGET, 4., 2007, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2007. p. 516-523.

PRIMO, Alex. Blogs e seus gêneros: avaliação estatísticas dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 31., 2008A, Natal. **Anais...**, Natal, 2008. Disponível em: <http://www6ufrgs.br/limc/PDFs/50_blogs.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2011.

PRIMO, Alex. Os blogs não são diários *online*: matriz para a tipificação da blogosfera. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.36,, p. 122-128, 2008b.

_____; SMANIOTTO, Ana Maria Reczek. Comunidades de blogs e espaços conversacionais. **Revista Prisma.com**, n.03, p. 230-272, 2006. Disponível em: <<http://prisma.cetac.up.pt>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

_____. **Blogs como espaços de conversação**: interações conversacionais na comunidade de blogs insanus. Disponível em: <www6.ufrgs.br/limc/PDFs/conversa%e7%e3o.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

RIBEIRO, Tiago da Silva. *E-mail e blog: 'gêneros textuais' ou veículos de comunicação?* **Hipertextus**, v.2, 2009. Disponível em: <www.hipertextus.net/volume2/Tiago-Silva-RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

RODRIGUES, Catarina. Blogs regionais como espaços de cidadania e participação. In: **Revista Prisma.Com**, n.03, p. 165-188, 2006b. Disponível em: <<http://prisma.cetac.up.pt>>. Acesso em: 15 mar. 2010.

_____. **Blogs e a fragmentação do espaço público**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2006b. Dissertação (Mestrado em Estudos em Comunicação). Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2006.

SADE, Liliane Assis. O cibergênero *homepage* e suas funções sociais e comunicativas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS - SIGET, 4., 2007, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, 2007. p. 1243-1252.

SALATIEL, José Renato. Estudo sobre comunicação em web 2.0: mídias modulares. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 30., 1997, Santos. **Anais...** Santos: INTERCOM, 2007. Disponível em: <www.almanaquedacomunicacao.com.br>. Acesso em: 20 mar. 2010.

SCHITTINE, Denise. **Blog**: comunicação e escrita íntima na internet. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SIBILIA, Paula. Os diários íntimos na Internet e a crise de interioridade psicológica. In: **Antroposmoderno**, 2003. Disponível em: <www.antroposmoderno.com/antro-version-imprimir.php?id_articulo=1147>. Acesso: 26 abr. 2010.

_____. A vida como relato na era do fast-forward e do real time: algumas reflexões sobre o fenômeno dos blogs. In: **Revista em questão**, v.11, n.1, p. 35-51, 2005. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao>. Acesso em: 12 jan. 2010.

SILVA, Jan Alyne Barbosa e. *Weblogs: múltiplas utilizações e um conceito*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...**, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003>. Acesso: 20 jan. 2010.

SOUZA, Aguinaldo Gomes. Software e gênero digital: o caso do e-mail acoplado em uma plataforma www. In: JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 22, 2008, Maceió. **Anais...**, Maceió, 2008.

_____. **O suporte dos gêneros digitais**. Disponível em: <www.souza.pro.br>. Acesso em: 19 nov. 2009.

_____; CARVALHO, Eduardo Paulo Monteiro de. Uma noção de suporte virtual. **Revista Hipertextus** – Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia Educacional: UFPE, v.01, 2007.

XAVIER, Antônio Carlos. **A era do Hipertexto: linguagem e tecnologia**. Recife: Universitária, 2009.

Tradução, originalidade & autoria na ordem do discurso

Rosa Maria Olher

Introdução

A literatura pós-moderna e contemporânea nos mostra que o espaço para a fixidez e estabilidade das coisas tem sido cada vez menor e, que muitos conceitos baseados no essencialismo lingüístico, relacionados à tradução e à linguagem, não respondem mais aos questionamentos que inundam nossas práticas de “saber” e de “dizer”, nos deslocando enquanto sujeitos e fragmentando, por sua vez, nossas identidades.

Os filósofos e críticos contemporâneos questionam a ilusão do essencialismo linguístico e do pragmatismo literário, trazendo para a discussão as relações de poder (FOUCAULT, 2000) que se instauram via discurso, via instituição, chamando nossa atenção para a literatura como ficção, cujo efeito de ambigüidade resulta em paradoxo, em um *pharmakon* – droga que pode curar ou matar.

Essas questões remetem à representação da tradução nos mais diferentes contextos, a qual é frequentemente associada à literatura e a noções como as de originalidade e autoria.

Para Derrida (BENNINGTON & DERRIDA, 1996), a originalidade de um texto está diretamente associada à sua traduzibilidade, ou seja, à tradução como representação e afirmação dessa originalidade. O que isso quer dizer? Que só se discute a questão do original porque o texto é traduzível, porque é lido, relido, recriado. Se porventura não for traduzido, o texto morrerá enquanto texto. Portanto, assim como a tradução está ligada ao texto original, este, por sua vez, só pode ser assim considerado a partir da tradução, da sua traduzibilidade e iterabilidade.

Remete-se também a originalidade à questão do livro impresso. Quando nos deparamos com o nome do autor, não encontramos sua assinatura; porém, supõe-se que ela esteja inscrita em algum lugar ou documento, como o contrato com o editor, do qual depende todo código de direitos autorais e garante a dita originalidade e autoria do texto. Da mesma maneira, a prática de aspas, as citações dentro de um texto mostram que parte dele não vai assinada pelo autor, respeitando, assim, a assinatura do outro, da autoria ou do texto de onde o trecho foi extraído. Portanto, na literatura principalmente, a assinatura dá força de lei a um texto, instituindo sua legitimidade, sua originalidade e sua autoria.

Sobre autoria, Foucault (2000 p. 36) também trata da questão da obra e do autor, problematizando-a da seguinte forma: ele questiona que o autor e a obra sejam constitutivos de uma unidade primeira, sólida e fundamental, assim definidos na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, da filosofia e também das ciências.

Ao discutir a relação autor e obra, Foucault (2000, p. 37) parte de perguntas como: a partir de que momento na história, na nossa cultura, as pesquisas sobre autenticidade surgiram e em que sistema de valorização o autor foi julgado, ou em que momento a categoria “o-homem-e-a-obra” se instaurou? O autor afirma que a

função da crítica literária, por exemplo, não é a de “detectar as relações da obra com o autor, nem reconstituir através dos textos um pensamento ou uma experiência”, mas, sim, a de “analisar a obra na sua estrutura, na sua arquitetura, na sua forma intrínseca e no jogo das suas relações internas”. Ele questiona se uma obra pode ser designada por aquilo que seu autor escreveu ou se podemos chamar de obra tudo ou qualquer coisa que um indivíduo comum escreveu, disse ou herdou. Foucault (2000) cita Sade e pergunta: o que eram então seus papéis, rolos de papel nos quais ele escreveu na prisão?

A questão que se coloca está ligada aos limites de uma obra, onde começa ou termina uma obra, o que se considera uma obra e o que faz parte dela? Quando nos referimos às obras de Nietzsche, por exemplo, será que estamos nos referindo a “tudo” que ele escreveu ou a “tudo” que foi publicado e traduzido? Foucault (2000) questiona se um bilhete e um caderno de anotações pessoais podem constituir uma obra? Se não, por quê? Para o autor, não há a teoria da obra, é difícil delimitar a noção de obra, pois a palavra obra e aquilo que ela designa são problemáticas, assim como a noção de autor. Vejamos o que o filósofo comenta sobre discurso e autoria:

Um nome de autor não é simplesmente um elemento de um discurso (que pode ser substituído por um pronome, etc.); ele exerce relativamente aos discursos um certo papel: assegura uma função classificativa; um tal nome permite reagrupar um certo número de textos, delimitá-los, selecioná-los, opô-los a outros textos. Além disso, o nome do autor faz com que os textos se relacionem entre si (FOUCAULT, 2000, p. 44, 45).

Assim, o nome do autor caracteriza um modo de discurso, um discurso diferente do discurso cotidiano; porém, um modo de discurso que “deve ser recebido de certa maneira e que deve,

numa determinada cultura, receber um certo estatuto” (FOUCAULT, 2000, p. 45).

Portanto, entendo que as noções de autoria e de originalidade estejam ligadas ao discurso, às formações discursivas que vão se instaurando ao longo da história. Ainda sobre o nome do autor e o funcionamento do discurso, Foucault (2000) diz o seguinte:

O nome do autor não transita como o nome próprio, do interior do discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu, mas que, de algum modo, bordeja os textos, recortando-os, delimitando-os, tornando-lhes manifesto o seu modo de ser ou, pelo menos, caracterizando-lhe (FOUCAULT, 2000, p. 45, 46).

Observa-se que, enquanto o nome próprio é parte constitutiva do discurso, o nome do autor caracteriza o discurso em si, manifestando a instauração de todo um conjunto de discursos no interior de uma sociedade e de uma cultura. Foucault (2000) coloca que existe uma quantidade de discursos providos da função autor, ao mesmo tempo em que existem outros desprovidos de tal função, a citar, uma carta pessoal, a qual tem um signatário, mas não tem um autor; um contrato pode bem ter um fiador, mas não um autor; um texto anônimo escrito na parede da rua tem um redator, mas não um autor. Portanto, a função autor está relacionada ao modo de existência ou de circulação e funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade.

Foucault (2000, p. 49) problematiza a função autor ao discorrer sobre textos científicos, afirmando que tal função é apagada ou de certa forma anônima, pois, segundo o autor, “é a sua pertença a um conjunto sistemático que lhes confere garantias e não a referência ao indivíduo que os produziu”. Dessa forma, entende-se que, como as ciências têm como base o estabelecimento de uma verdade absoluta, a função autor é apagada no discurso científico porque precisa ser legitimada por uma corrente teórica que ao

mesmo tempo em que anula o autor, demanda por um constructo teórico, representado por outros autores. Além disso, a afirmação ou aprovação do trabalho ou do texto científico depende de uma legitimação da comunidade científica, cujos discursos lhe conferem garantias, a exemplo do nome do inventor que serve apenas para dar nome a um teorema ou de um trabalho acadêmico que obedece às normas ditadas por este ou aquele discurso. Portanto, conclui-se que, em alguns contextos, a maneira de nomear ou a relação do autor com o lugar de onde ele fala, ou quando fala, podem influenciar o entendimento de autoria, pois o que faz do indivíduo um autor é o tratamento a que submetemos os textos. O sentido que lhes são conferidos, o estatuto ou o valor neles reconhecidos dependem da forma como se responde a questões como: “de onde veio, quem escreveu, em que data, em que circunstâncias ou a partir de que projeto” (FOUCAULT 2000, p. 49). O anonimato literário, por exemplo, não nos é suportável porque aponta para um enigma. Se um texto literário nos chega anônimo, imediatamente se inicia o jogo de encontrar o autor. Por esta e outras razões, a função autor desempenha hoje um papel preponderante nas obras literárias e implica, dentre outros fatores, a representação da tradução, bem como sua relação com a literatura, devido aos efeitos que tais discursos produzem.

Atualmente, a questão da relação entre autoria e tradução é bastante polêmica e discutida em diversas esferas: cultural, econômica, legal e política. Observa-se que a noção de tradução associada à (in) fidelidade vem sendo construída ao longo dos séculos e que tal noção está, também, correlacionada à autoria e à originalidade. Se o tradutor é tido como usurpador e infiel é porque a ele é negado o direito de criar ou re-criar, habilidade esta destinada apenas ao autor, contribuindo para o reforço da noção de tradução como cópia, como texto derivado e menor. Entretanto, segundo Foucault (1980) há que se considerar o “princípio funcional” que impede a livre manipulação dos

sentidos e dos significados. O autor, para Foucault (1980), funciona como um princípio de agrupamento do discurso, como uma construção ideológica, em nossa sociedade ocidental.

Portanto, segundo as perspectivas pós-estruturalistas sobre construção de sentido, sobre língua e linguagem, se os significados são constituídos convencional e institucionalmente (FISH, 1980), o autor deixa de ocupar o papel de centro originário de significados para ser analisado como uma das variáveis do processo de produção de sentidos, tendo em vista seu contexto, sua comunidade interpretativa e o tradutor, por sua vez e, da mesma forma, assume o papel de agente e de produtor de novos sentidos, interpretando o texto de partida através de sua abordagem discursiva, sua visão de mundo, interferindo e contaminando sócio-historicamente o texto de chegada.

Sobre tal polêmica relacionada à tradução, Lawrence Venuti (2002), em seu livro *Escândalos da Tradução*, postula que há uma confusão estabelecida entre autoria e originalidade. Segundo Venuti (2002, p. 87), há que se distinguir tradução de autoria e de erudição. Para ele, a tradução pode ser considerada “uma forma de autoria”, embora derivada, não auto-originária, não *sui generis*, remetendo à noção de tradução como uma transformação controlada, como coloca Derrida (1988). Para Venuti (2002), a escritura ou a chamada re-escritura depende de materiais culturais pré-existentes, elaborados de acordo com valores específicos de uma determinada época ou momento histórico.

Nos âmbitos político, legal e econômico, o *droit moral* atribui ao autor vários direitos, a citar: (i) o direito de ser identificado como autor; (ii) o de controlar a primeira publicação; (iii) o de objetar quanto a qualquer tratamento distorcido que possa prejudicar sua reputação, segundo a Convenção de Berna (1886) para a proteção de obras literárias ou artísticas (VENUTI, 2002, p. 102). O item terceiro do artigo segundo, completado a partir da Convenção de Bruxelas ocorrida em 1948, acrescenta que as traduções, bem como

as adaptações e arranjos musicais de uma obra literária ou artística são protegidas como originais. Percebe-se, então, que tal asserção não só inclui a tradução como obra criativa e artística, garantindo, assim, os direitos do tradutor como representante legal e, de certa forma, de direito moral, responsável pela obra, na cultura ou língua para a qual se traduz.

O Direito inglês, por exemplo, é o único que, apesar de reconhecer os direitos morais do autor, exclui especificamente as traduções do direito de objetar a um trabalho distorcido. Segundo os ingleses, a tradução é reconhecida como algo que atinge certa complexidade e subjetividade para que se determine a qualidade das traduções e isso pressupõe uma relação bem mais complexa do se quer crer entre o texto chamado original e o texto traduzido.

Venuti (2002) esclarece que, afora as contradições encontradas na legislação de direitos autorais ou *droit moral*, não se pode dizer que tenha havido clareza na linha traçada entre autoria e tradução em termos de práticas literárias e de publicações. A autoria já foi entendida e reconhecida como o uso criativo de outros textos, tanto estrangeiros como domésticos, a citar os sonetos de Sir Thomas Wyatt, no século XVI, que, em muitos casos, imitavam ou traduziam poemas específicos de Petrarca e outros. Suas publicações foram identificadas como autoria e não como tradução.

Em resumo, entendemos que as formas de pensar noções como as de autoria, originalidade e suas diferentes vinculações e veiculações são exemplos das modalidades discursivas que permeiam e fazem parte da ordem de um discurso maior que produz seus efeitos, a citar, a aparente hierarquia entre o original e a tradução, discurso este que vem, possivelmente, sendo cristalizado e historicizado via sujeitos e saberes.

Com relação aos discursos da literatura e da política, que envolvem as questões de autoria e originalidade, Foucault (2007) afirma que são discursos de categorias reflexivas, ou seja, discursos

classificados por princípios e regras, chamados de discursos institucionalizados que merecem ser analisados ao lado de outros discursos, aqueles com que mantêm relações de certa forma complexas, como é o caso do discurso da tradução em relação ao discurso da literatura estrangeira no ensino superior.

Partindo da hipótese de que existe um discurso institucionalizado que hierarquiza original e tradução, lança-se mão da genealogia de Foucault (2000) para problematizar as relações de poder que se instauram nos interdiscursos e que resultam nas possíveis representações neles aprisionadas e constituídas, dadas as suas condições de produção, pois o “princípio da descontinuidade” de Foucault (2007, p. 52), se baseia no fato de que “os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”.

Discussão

A discussão que apresentamos foi construída com base em excertos de entrevistas realizadas com professores de literatura estrangeira de algumas universidades brasileiras e uma estadunidense, extraídos de uma pesquisa de doutorado concluída em 2010, sobre as representações da tradução no contexto de ensino superior. Os respondentes foram nomeados como P-1, P-2, P-3 e, assim, sucessivamente. Apresentamos parte da análise discursiva de alguns recortes discursivos, com o objetivo de problematizar a relação que se estabelece entre tradução, originalidade e autoria.

Ao falar sobre os motivos pelos quais faz uso, ou não, de textos traduzidos em sala de aula, P-7, professor de literatura de língua inglesa no Brasil, explica porque legitima algumas traduções em detrimento de outras:

P-7: No poema sim/ com outros textos não/ mas no poema foi legal porque deu pra gente ver que as opções que Fernando Pessoa tinha feito quando ele fez a tradução// então a gente conversou um pouco sobre isso/ e aí/ alguns alunos já se interessam// vão buscar outras coisas// teve um que achou um site na internet que tem várias traduções da Emily Dickinson// é um site bilíngüe/ então/ [...] então é bem legal a gente trabalhar [com tradução]/ mas/ antes eu trabalho o inglês/ pra depois eles verem// mas aí tem que ter esse cuidado/ né// de ter uma tradução feita// eu acho que tem que ser alguém do quilate do autor// né/ por exemplo/ Alan Poe e Fernando Pessoa que são pessoas que têm um nível de produção literária/ né/ que a gente respeita// é/ então eu acho que aí é gostoso a gente fazer essa comparação/ mas só nesse caso// eu tenho alunos que procuram a tradução/ por exemplo/ *Gato Preto* teve gente que procurou e leu.

Neste recorte discursivo em questão, a confiança depositada na tradução deve-se ao “quilate” do poeta e tradutor Fernando Pessoa, ou seja, à qualidade da tradução, como coloca P-7, a exemplo de vários outros enunciadores, estaria ligada à autoria. O enunciado “tem que ter esse cuidado” remete à atenção na seleção das traduções, da qualidade relacionada à autoridade, alguém com um “nível de produção literária” que possa ser respeitado por esta comunidade acadêmica.

Observa-se a circulação da tradução permeando o contexto com o enunciado “alguns alunos já se interessaram”, ou seja, perceberam que a tradução contribui e traz dados novos à leitura e interpretação dos poemas e, por esta razão “vão buscar outras coisas”, a citar, o “site bilíngüe” de Emily Dickinson na internet ou a leitura de *Gato Preto* - conto de Edgar Allan Poe publicado em 1843. Ora, no verbete do verbo “buscar” do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004) lê-se: tratar de conhecer, investigar, esforçar-se, empenhar-se, dentre muitos outros sentidos, implicando, assim, o

interesse pelo estudar literatura, pelas possíveis “leituras” que compõe a “obra literária” e sua institucionalização como tal.

Todavia, P-7 enuncia que a “comparação” entre original e traduções é permitida “só nesse caso”, ou seja, o do momento de discutir a poesia como expressão literária. O termo “fazer essa comparação” remete à maneira com que o enunciador percebe e olha para a tradução – um simples cotejar ou confrontar de textos, ou seja, de ordem exclusivamente linguística, como uma estratégia metodológica que venha suprir as dificuldades com a leitura do poema. Observa-se, portanto, a necessidade de engajamento por parte da academia em problemas culturais, políticos e institucionais colocados pela tradução (VENUTI, 2002). Concordo com Venuti (2002, p. 182) que localizar a diferença no nível da linguagem e do estilo é importante e faz parte desse contexto de ensino de língua ou literatura estrangeira, pois não há como pensar a literatura sem a língua ou vice-versa. Contudo, ensinar a questão da tradução requer, ao mesmo tempo, sinalizar, apontar, discutir que tais propriedades formais ou expressivas da literatura são e serão sempre “historicamente situadas, carregadas com valores culturais pelas e para as quais a tradução foi produzida”.

Entende-se que há que se considerar que somos sujeitos historicamente constituídos e que transitamos nesse espaço híbrido e heterogêneo das subjetividades, dos interdiscursos e nos posicionamos, na maioria das vezes, a partir do ninho institucional que nos “abriga”. Foucault (2000) entende que pela maneira com que os saberes surgem, e o modo com que são veiculados e instaurados, a exemplo da microfísica do poder, tais saberes se transformam e se estabelecem, privilegiando as interrelações discursivas e sua articulação com as instituições, pois, como numa relação dialética, o saber se transforma em poder, dada sua organização no interior da sociedade,

construindo dispositivos políticos e estratégicos, aos quais o filósofo denomina “genealogia” (FOUCAULT, 2000).

Assim, como o poder se materializa na prática social, é importante discorrer sobre a genealogia como um empreendimento, ou uma tática necessária para libertar da sujeição os saberes históricos que emergiram da discursividade. Atentando para essa insurreição de saberes, estamos de certa forma questionando os efeitos de poderes centralizadores, geralmente ligados à instituição e ao funcionamento do próprio discurso organizado no interior da sociedade. Assim, se a genealogia pretende discutir os efeitos de poder próprios a um discurso, como por exemplo, os discursos científicos da literatura, do cânone literário e de autoria, dentre outros, conclui-se que tais discursos, assim institucionalizados ou legitimados, não sendo hierarquicamente construídos, legitimando uns em detrimento de outros, como é o caso da relação da tradução com a literatura, da hierarquia entre o texto tido como original e o texto traduzido.

Por meio da insurreição de saberes, saberes estes dominados porque foram historicamente desqualificados como não-competentes, ou insuficientemente elaborados como saberes ingênuos e hierarquicamente inferiores, a genealogia reivindica e ativa saberes descontínuos, desqualificados e não legitimados “contra a instância teórica unitária que pretendia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns” (FOUCAULT, 2000, p. 171). Portanto, nessa relação de poder, a língua constitui o instrumento que articula os saberes via discurso.

Venuti (2002, p. 56, 57, 58), ao discutir a circulação da tradução nas diferentes comunidades e instituições sociais, postula que existe uma padronização ou homogeneização da língua que reprime sua heterogeneidade, revelada pela e na tradução. Com isso, uma “interpretação acadêmica estará carregada com valores

de sua situação cultural” e o que realmente falta é “um reconhecimento de que os julgamentos não podem ser evitados nesta ou em qualquer outra teoria cultural”. O autor acrescenta que “quando a tradução não é simplesmente ignorada, é provável que seja reduzida por completo à precisão lingüística, especialmente pelos acadêmicos de língua estrangeira que reprimem o resíduo doméstico (cultural) que qualquer tradução libera e, assim, se recusam a considerá-la como transmissora de valores literários na cultura-alvo” (VENUTI, 2002, p. 67).

Ainda com relação ao discurso da tradução amarrado aos conceitos de autoria e originalidade, um enunciador estadunidense, professor de literatura francesa e tradutor naquele país, diz o seguinte sobre literatura traduzida:

(RD19):- [...] *Baudelaire*/ um dos poetas franceses do século XIX e outros / provavelmente 50 anos depois/ tradutores traduziram todos os trabalhos de *Baudelaire* e eu revisei algumas das traduções dele e eu acho que elas são bem elaboradas/ mas ainda não são *Baudelaire* (P-11, tradução minha)¹.

Analisemos, então, o enunciado: “eu acho que são bem elaboradas/ mas ainda não são *Baudelaire*”. De acordo com definições encontradas em dicionários do verbo “elaborar/ elaboraradas” (traduzido do inglês: *skillful* como a qualidade de ser perito ou habilidoso), entendemos que pelo fato do tradutor ter elaborado e, segundo o enunciador, “bem” o texto traduzido, ou seja, ter sido habilidoso no ato de traduzir, assume-se que ele preparou, ordenou, organizou, deu combinações especiais, enfim, tornou o texto assimilável ao futuro leitor. Esta qualidade de

¹ Em inglês: *You know/ for Baudelaire/ one of the 19th century French poet and other probably 50 years more/ translators / have done all work of Baudelaire// and I have reviewed some of them/ by reading their translation// I think that they are skillful but still not Baudelaire* (cf. Apêndice D, p. 1-13).

elaborar sofreu uma operação de transformação, assim como “o mel elabora-se nos favos”, como descreve o dicionário Aurélio, na tentativa de explicar a polissemia do verbete “elaborar” (FERREIRA, 2004).

No entanto, para P-11, não importa o quanto o tradutor possa elaborar ou trabalhar (em) uma tradução, porque o texto traduzido “ainda” não será o texto original, ou seja, o texto não é de Baudelaire. O enunciador idealiza, espera ao enunciar “ainda” (algum dia, no futuro) a chegada de um tradutor “capaz” ou de uma tradução supostamente perfeita, a suposta cópia do texto de partida, pois alimenta a ilusão da essência e da busca pela origem, pelo sentido que supostamente “está lá”, em algum “lugar”, na fonte, na palavra, ou ainda, quem sabe, no seu próprio desejo de autoria como tradutor que é, conforme informa em seu relato. Como efeito, o tradutor não é Baudelaire, como postula o enunciador, e é claro que não é e nunca será.

A literatura explica que Charles Pierre Baudelaire (1821-1867), poeta e crítico parisiense de grande renome literário, influenciou com suas *Flores do Mal* (*Les Fleurs du Mal*, 1857) a poesia simbolista mundial e lançou as bases da poesia moderna, marcando com sua presença as últimas décadas do século XIX. A poesia francesa de Baudelaire é bastante estudada por suas contradições, pois revelam, por um lado, a herança do romantismo negro do poeta e escritor estadunidense, Edgar Allan Poe (1809-1849), e, por outro lado, o poeta crítico que se opõe aos excessos sentimentais e retóricos, comuns a muitos poetas franceses.

Portanto, embora concordemos com P-11 que traduzir Baudelaire não seja tarefa fácil e, por isso mesmo, tarefa tida por muitos como impossível, ou, intraduzível, a exemplo de outros poetas como Poe ou Mallarmé, observa-se que tal dificuldade se dá por causa das representações que se constroem de autoria, originalidade, literariedade e tradução. Tais representações são construídas com base nas relações binárias e na visão essencialista

permeada pela “verdade absoluta”, dificultando, assim, qualquer interpretação que delas se distanciem.

A discussão sobre tradução de poesia também aparece nos relatos brasileiros. Observa-se nesse contexto certo paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que uma grande maioria de entrevistados brasileiros afirmam que optam pela leitura de textos na língua estrangeira, isto é, na língua do autor, alguns legitimam o uso da tradução para ensinar poesia, a qual é tida como um gênero textual de maior complexidade por especialistas e que, portanto, na visão dos enunciadores, justifica-se lançar mão do texto traduzido.

Vejamos o que P-7 diz sobre ensino de poesia e tradução:

P-7: E/ aí/ por exemplo/ agora recentemente eu trabalhei com Emily Dickinson, **tem muitas traduções muito boas dela/ inclusive de Cecília Meireles/ gente do gabarito de Cecília Meireles/ Allan Poe mesmo/ a gente trabalhou dois poemas que são famosíssimos com tradução de Fernando Pessoa/ né// então/ eles acharam muito bonita a tradução/ a gente chegou a conversar um pouquinho.**

Observa-se no enunciado de P-7 o que Venuti (2002) nomeia de confusão entre autoria e originalidade, ou seja, ao associar traduções “muito boas” a “gente de gabarito” como Cecília Meireles ou Fernando Pessoa, o recorte discursivo aponta para a questão da “originalidade” que tais textos conquistaram através da autoria. A autoridade cultural denunciada pelo superlativo “famosíssimos” - dicionarizado como: influência, prestígio, crédito -, ou seja, a fama conquistada pelos dois poetas Meireles e Pessoa via literatura brasileira, via autoria, os “autorizam” a traduzir os também autores estrangeiros famosos como Dickinson e Poe e são, portanto, traduções “legitimadas” pela academia e pela crítica literária. Como se pode observar, com base na

perspectiva estruturalista focada nas teorias linguísticas essencialistas, a tradução é tida como texto derivado, nem auto-expressão, nem único, ou seja, a demanda da tradução como cópia, como pura e simples imitação de outro texto, conclui-se que esta só pode ser legitimada via autoria, via autoridade literário-cultural, isto é, autoral.

Todavia, sobre a questão autoral, os exemplos corroboram o que Venuti (2002) entende como resistência ou recusa em aceitar ou considerar os valores culturais transmitidos pela tradução por parte das instituições acadêmicas, bem como da crítica literária, revelando assim o elitismo das mesmas ao tratarem de autoria e originalidade e, neste caso, ao tratarem da tradução. Se tal elite considera essas revelações prejudiciais é porque elas representam um paradoxo, isto é, “a tradução revela uma profunda relutância entre os especialistas nas línguas estrangeiras em considerar as diferenças introduzidas pelo tráfego entre línguas e culturas” (VENUTI, 2002, p. 69).

Dante Aleghieri (1304–1307, in ROBINSON, 2002, p. 48) já acreditava que a tradução de poemas poderia “destruir a doçura do original”. Ao defender o motivo pelo qual seus poemas eram criados em italiano e não em latim - língua que dominava o contexto histórico e que ocasionou tal questionamento e postura político da época - Dante admitia que na tradução sempre pudesse existir perdas, devido à impossibilidade de simetria entre uma língua e outra, tais como a rima e a métrica de poemas.

Questiona-se então que, se tal perda é admitida, devemos então concordar que na tradução da Bíblia do aramaico ou do hebraico para o grego, do grego para o latim, para o alemão, para o inglês e francês ou, ainda, para outras línguas, o texto sagrado tenha perdido sua doçura, sua harmonia ou originalidade? Como pensar tais perdas nos textos denominados sagrados ou seculares que são, segundo Simms (1997, p. 5), textos de alta sensibilidade, ou altamente influenciáveis? Para o autor, textos sagrados são

altamente sensíveis porque as referências com relação ao conteúdo são tabus, bem como a existência do próprio texto que é assim caracterizada, influenciada pelas convenções sociais, morais e religiosas.

Portanto, o que torna um texto sagrado é a crença que se inscreve no próprio texto, via autoria e leitores. O autor como ser altamente inspirado e o tradutor, como um escrivão que transcreve a “palavra”, a verdade expressa nas supostas “intenções do autor”. Assim, a sensibilidade de um texto está estritamente associada à questão cultural e pode mudar através no tempo e do espaço, governados pelas contingências, pela percepção e interpretação dos indivíduos. Simms (1997, p. 19) conclui, ainda, que textos religiosos ou seculares são importantes na discussão da (in)fidelidade, pois ao valorizarem a literalidade, os tradutores se deixam levar pela crença ideológica da tradução literal como “fiel” ao autor e contribuem para a cristalização de que o sentido está nas palavras e não na combinação delas, na interação do leitor, do tradutor com o texto e com a cultura.

Ainda com relação à tradução de textos seculares como a Bíblia, tema que não se esgotaria e que sugere a possibilidade de inúmeras pesquisas, não se pode esquecer da importante contribuição de Martinho Lutero (1483 – 1546, in ROBINSON, 2002) - fundador da Reforma Protestante e um dos primeiros oradores alemães a estabelecer forte diálogo com as classes tidas como inferiores ou as chamadas massas. Tradutor da Bíblia para o alemão, publicada em 1534, Lutero é conhecido como o pai da língua alemã a partir desta tradução. A tradução da Bíblia para o alemão é de grande importância não só para a história da tradução, mas, também, para o estabelecimento de uma língua alemã mais próxima à língua falada pela classe média da época - um alemão menos hermético e mais popular. Lutero via a língua de forma diferenciada, trazendo à tona a possibilidade da subjetividade do tradutor como interferência ou influência na

tradução. A língua como algo instável, mais humana e mais subjetiva e, ao mesmo tempo, como projeto cultural e político, no qual a presença do tradutor é marcada em termos de autoria e de criatividade. Uma visão bem menos essencializada, por assim dizer, se comparada com a dos tradutores clássicos anteriores, a citar: Cícero, Agostinho, São Jerônimo, Tomás de Aquino e Tyndale (ROBINSON, 2002).

Lutero comenta que, em sua tradução da Bíblia para o alemão, esforçou-se para tornar sua língua mais clara e mais humana, colocando em jogo o valor hierárquico geralmente presente entre original e tradução, questionando polaridades como literalidade e liberdade, fidelidade ou infidelidade. A visão de tradução de Lutero repercutiu sobremaneira na valorização e inscrição de sua língua e cultura, trazendo à tona a questão da instabilidade da linguagem como substância, do questionamento do original como portador de sentido único, do sagrado ou da verdade como algo fixo e absoluto, aproximando-se um pouco mais da visão desconstrutivista - nietzschiana ou derridiana, ou seja, a visão de língua e linguagem como construção humana, como algo passível de diferença e de transformação de acordo com seu tempo, seus valores e com o espaço em que está inserida.

Considerações Finais

A amostra de análise discursiva na discussão aqui apresentada reflete a forma com que o discurso institucionalizado é articulado e construído, bem como sua repercussão na recepção, circulação e na representação da tradução no contexto acadêmico-literário. Acreditamos que, dada a associação constante nos dizeres sobre tradução a noções como: autoria, originalidade, (in)fidelidade, as quais ressaltam, hierarquizam e reforçam as relações de poder entre os saberes, essas formações discursivas legitimadas pela instituição tendem a secundarizar e tratar a

tradução como literatura menor, através da valorização do original e da primazia do ensino de literatura estrangeira “na” língua estrangeira, limitando, assim, sua representação e sua valorização nesse contexto.

Entendemos que conceitos como os de (in)fidelidade e originalidade, bem como o de autoria, presentes nas representações sobre tradução, nos dois contextos investigados (brasileiro e estadunidense), já se encontram enraizados na cultura universal, embutidos e cristalizados nas formações discursivas constitutivas de diversas identidades, porém, necessitam ser questionados e problematizados.

Para exemplificar a questão, retomamos Foucault (2002) que distingue o saber do conhecimento como fator importante na constituição do sujeito. Para o autor, o conhecimento se dá via construção de um processo complexo de racionalização, de identificação e de classificação dos objetos, independentemente do sujeito que os apreende, ou seja, o conhecimento se constitui pelos discursos. Já, ao saber compete o processo pelo qual o sujeito do conhecimento se identifica, interage e se transforma durante a atividade de conhecer, ou seja, o saber modifica, transforma o sujeito, porém, o conhecimento não.

Portanto, a diferença não está no sujeito, pois este é, da mesma forma, constituído, mas ela está, sim, na identificação e transformação do conhecimento adquirido, interagido, experimentado, modificado, ou seja, no saber e no poder exercidos no e pelo discurso.

O discurso da literatura, assim como os de autoria e originalidade, fortemente ligados às instituições exercem poder centralizador, hierarquizando alguns saberes em detrimento de outros, como é o caso da tradução em relação às literaturas e às línguas estrangeiras.

Todavia, pode-se observar que a simples inclusão da tradução nos currículos de cursos como os de Letras, nos programas de

Estudos Linguísticos e/ou Literários não garante uma maior representação, em termos de valor ou visibilidade, mas, sim, a forma com que a tradução é vista, entendida, discutida e problematizada em sala de aula de literaturas estrangeiras ou de línguas estrangeiras, visando à formação de professores e de tradutores. Além do reconhecimento de seu “espaço” nesse contexto, sua articulação deve acontecer de forma mais crítica, culturalmente e filosoficamente falando, e não apenas associada às diferenças linguísticas – estruturais e lexicais.

Referências

BENNINGTON, G.; DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DERRIDA, J. *The Ear of the Other: Otobiography, Transference, Translation*. Trad. Peggy Kamuf. U.S.A.: Lincoln and London, 1988.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio* - versão 5.0. Positivo Informática, 2004.

FISH, S. *Is There a Text in this Class? The authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard OCP, 1980.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. S. Paulo: Loyola, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FOUCAULT, M. What is an author. In: HARARI, J. (Ed.) *Textual Strategies: perspectives in Post-Structuralism criticism*. London: Methuen, 1980, p. 161-160.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: MIRANDA, B., J., A. *Passagens*. Trad. de Antonio Fernandes Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 2000.

ROBINSON, D. *Western Translation Theory - from Herodotus to Nietzsche*. Manchester: St. Jerome, 2002.

SIMMS, K. Translating Sensitive Texts: Linguistic Aspects. Introduction. In: _____ (Org.). *Approaches to Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi, 1997. v. 14, p. 1-26.

VENUTI, L. *Escândalos da Tradução*. Trad. L. Pelegrini, L. M. Villela, M. D. Esqueda, V. Biondo. Bauru: Ed. da EDUSC, 2002.

A ilustração: da materialização do interpretável

Roselene de Fátima Coito

Lagartixas têm odor verde

Manoel de Barros

Introdução

Contrariamente do que alegam determinadas posturas teóricas sobre a leitura, a Análise do Discurso de orientação francesa, doravante AD, toma a leitura como um trabalho e um trabalho complexo da interpretação. Essa complexidade deve-se ao fato de que o engendramento de superfícies discursivas (texto, discurso, imagem) propiciam efeitos de sentidos variados, efeitos estes que, essencialmente, não se desvinculam das condições de produção do dizer de uma data época, de uma dado lugar, em uma determinada *superfície material*.

Tendo dito isso, podemos pensar a ilustração, no caso aqui abordado, qual seja, do livro de literatura infantil, como uma superfície material, tanto quanto o discurso, que se dá a ler. Partindo deste pressuposto, penso no trabalho que se pode fazer com o leitor, a partir das possibilidades que o livro ilustrado oferece de leitura.

Neste momento de reflexão, focalizarei o posicionamento do ilustrador como leitor e deste posicionamento como se dá o seu

desdobramento como possível autor do texto imagético. Pensarei no conceito de autor tal qual o preconiza a análise do discurso, ou seja, como o ilustrador, em seus traços imagéticos relacionados ao texto verbal, produz deslocamentos e promove uma outra leitura a partir da leitura pressupostamente dada. Contudo, a minha preocupação neste momento não é discutir a ilustração como um elemento tecnicamente plástico mas como mais um suporte de leitura.

A ilustração como imagem: da pluralidade de sentidos

O filósofo e cientista social francês Louis Marin, em seu livro *Des pouvoirs des images*, discute o ser da imagem e sua eficácia. De acordo com Marin, “os textos mudam a imagem que os atravessam em discurso” e “a transformação se dá em dois sentidos: a imagem atravessa os textos e os muda; atravessados por ela, os textos as transformam” (1993, p. 9). Percebe-se com essa assertiva, que o filósofo trata a imagem como um elemento de construção imagética que se dá por meio de um texto ou ainda de um texto que se torna imagem por meio do discurso, o qual tem “sua força” e que esta deve ser reconhecida. Esta, segundo o autor, é reconhecida quando cumpre a função de re-presentation, ou seja, aquela que apresenta de novo aquilo que está ausente ou aquilo que deve ser re-afirmado. Ainda de acordo com este filósofo, ao abordar os poderes da imagem, sugere que a mesma limita a obra-objeto e que as possibilidades de sua força de aparição produz efeitos.

Marin está tomando o conceito de imagem como aquilo que vai sendo construído pelo discurso e que propicia efeitos de sentidos. Já o ensaísta e autor de obras de ficção naturalizado canadense Alberto Manguel, ao abordar a questão da imagem trata, além dos textos literários, dos objetos em si. Dito de outro modo, Manguel pensa na imagem como possibilidades de leituras

enquanto objetos mesmo, isto é, ilustração, quadro, esculturas, gravuras entre outros.

Em seu texto *Lendo imagens* o ensaísta começa citando o *codex seraphinius*¹. Esse *codex*, de acordo com Manguel era uma coleção de páginas ilustradas, uma enciclopédia de um mundo imaginário, uma espécie de compêndio científico de um mundo medieval. Contudo, assevera o autor que a “ignorância do código torna impossível ler a seqüência de signos”. Neste caso, tudo indica que o código utilizado era conhecido por um número ínfimo de leitores e que, como tal, não produzia sentidos para a maioria, porque, provavelmente, esse código fazia parte de um dos segredos da escritura que não deveria atingir a todos, ou mesmo de uma mistura de signos codificados por Seraphini, como revelam estudos sobre a escritura em seu percurso histórico, mas que neste momento não abordarei aqui.

Continua Manguel: “mas se o livro é ilustrado mesmo não conseguindo ler as legendas posso em geral atribuir um sentido, embora não necessariamente o explicado no texto” (1997, p. 116). Essa afirmação do ensaísta deve-se ao fato de o mesmo arguir e marcar o momento histórico-artístico ao qual desdobra-se o conceito de imagem. Segundo o autor, no Renascimento, com o desenvolvimento da perspectiva, acontece a separação da materialidade da imagem, ou seja, enquanto a escrita suscita a construção da imagem por meio do discurso em uma linearidade temporal, a imagem enquanto objeto ocupa uma superfície espacial. Com esta assertiva, o ensaísta localiza, para o leitor, as nuances que perpassam o conceito de imagem.

Outro estudioso que discute a imagem é o analista do discurso Michel Pêcheux. Este, em *Papel da memória*, assevera que a imagem funciona no entrecruzamento de três memórias: a mítica, a social e a histórica. Esse filósofo tem na imagem o conceito de operador de

¹ Seqüência de signos inventada por Luigi Seraphini.

memória. Ao operar memórias, a imagem se dá como um operador complexo, já que o efeito de repetição e de reconhecimento faz da imagem uma recitação de um mito; as práticas fazem da imagem a construção de uma memória social e o historiador faz da imagem um construto. Nessa complexidade da imagem, a imagem opera memórias. Contudo, a inscrição do acontecimento na memória pode chegar a não se inscrever ou ser absorvido pela memória. Neste sentido, a imagem, contrário do que possa parecer em sua evidência, é opaca e muda.

Normalmente, atribui-se à imagem uma transparência que funciona como diagrama, esquema ou trajeto enumerativo fazendo do trajeto de leitura um percurso sem opacidades. Ao se pensar a imagem como operador de memórias esta transparência desaparece, porque em sua materialidade a imagem produz uma memória discursiva.

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (os pre-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos) – a condição do legível em relação ao próprio legível.

Os implícitos, ausentes por sua presença, estão na regularização discursiva, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase. Contudo, um acontecimento novo além de deslocar e desregular os implícitos, marca um jogo de força na memória que pode absorvê-lo e até dissolvê-lo ou ainda algo que venha a perturbar a rede de implícitos.

Portanto, a questão da imagem encontra a AD não mais a imagem legível na transparência, porque o discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória “perdeu” o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições); a memória é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e retomadas...um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos, segundo Pêcheux.

Ainda de acordo com Pêcheux, Benveniste e Barthes tratou da relação texto e imagem e designou esta relação como “significância”.

Diante dos campos diferenciados, dos espaços ocupados e da linearidade (ou não) das imagens em e como superfícies materiais, como pensar a ilustração do livro infantil?

Antes de tentar responder a esta pergunta, farei um breve percurso histórico da ilustração.

Da ilustração e do ilustrador: práticas da circulação do dizer

Nos séculos XVII e XVIII na França, as técnicas preferidas da ilustração dos livros de literatura, os quais não se diferenciavam, tal qual o concebemos hoje, do público adulto e infantil, eram o papel e o desenho em água forte. Somente no final do século XIX, principalmente no século XIX, é que começa, na França, a haver uma preocupação bastante grande com relação aos livros adotados e direcionados ao público infantil e nesta mesma época as editoras francesas se voltam para a produção específica deste público específico, ao passarem a ter uma concepção moderna de livro para as crianças, e momento no qual se fundam as livrarias da infância.

Os circuitos de edição dos livros nestes séculos se davam de três maneiras: ilustrações em metal, ilustrações em madeira e ilustrações em papel, esta com a técnica de água forte principalmente no século XVIII. Estas três maneiras propiciavam formas de recepção do texto diferenciada, o que nos permite dizer, parafraseando o historiador Roger Chartier, que mudam-se os suportes de leitura, mudam-se os sentidos produzidos. Contudo, antes de passar a discutir esta relação de mudança de sentidos, farei um breve percurso do ofício do ilustrador.

De acordo com Philippe Kaenel,

...Falar de “Homens das imagens” para qualificar os desenhistas no século XVII torna a neutralizar as diferenças entre os ofícios e as letras profissionais que são o coração da definição histórica e social da gravura. Qualificados de “ilustradores” somente, os “artistas” trabalhando para o livro são inicialmente gravadores, que desde o último quarto do século XIV entram em concorrência com os mestres enlumiados ou iluministas (1996:13)

Essa assertiva de Kaenel deve-se ao fato da diferenciação entre os iluministas, aqueles que realizavam decorações das letras iniciais do texto tomadas como iluminuras e os gravadores, também chamados de talhadores de histórias, talhadores de imagem em papel, imageiros ou ainda historeiros, os quais produziam, inicialmente, gravuras em pedra -em madeira ou em metal - que acompanhavam o texto verbal.

Segundo Kaenel, o termo gravadores surge em Lyon nos anos de 1480-1490 e designa, sobretudo, os gravadores de próprio punho e dependendo da técnica em que a gravura era realizada demonstrava se o gravador pertencia ou não a algum regime corporativo.

Pelo fato de a gravura encarecer sobremaneira o preço do livro, Callot lança na França a técnica em água-forte². Esta técnica demanda menos tempo de trabalho, menos dinheiro, menos aprendizagem e todo escritor pode ele mesmo gravar o seu texto.

No século XVIII o prestígio da ilustração é enorme e François Chauveau (1613-1676) foi quem deu um grande impulso nas edições. Diz Kaenel que “a prática da gravura em geral e da ilustração em particular, torna-se lucrativa” (1996, s/d).

O mercado editorial que fazia com que as ilustrações circulassem na sociedade teve seu início nas revoluções industriais que o livro conheceu no século XIX. Contudo, no

² Um ácido que derrete metal para que o mesmo seja moldado.

século XVI, XVII e XVIII o livreiro-editor era dono de lojas que detinham o poder da circulação do livro. O livreiro editor relacionava-se com o comércio e tinham a proteção do Estado, o favorecimento da monarquia e a proteção da igreja. Tanto o Estado, quanto a monarquia e a igreja eram cerceadoras da circulação do dizer e das imagens que circulavam na sociedade. Por terem essa proteção e favorecimento eram privilegiados detentores dos livros e impediam a abertura do domínio público do livro.

Como esses editores-livreiros concentravam-se nas grandes centros das grandes províncias, os pequenos centros não tinham acesso à circulação do dizer, fato este que propiciava a falsificação do escrito. Pelo fato de os livros ilustrados serem mais caros e lucrativos – os lucros eram divididos entre livreiros e gravadores – a circulação do dizer e o acesso ao livro, principalmente os ilustrados que eram de acesso a classes privilegiadas, eram escassos.

Sustentados pelos impressores, os editores coagiam o processo de produção impondo processos e penhoras sobre a venda dos livros, e isso dificultava a circulação e produção do dizer e por consequência, a produção dos sentidos.

Na assertiva de Kaenel, a ilustração era uma prática que exigia técnicas específicas que se davam em um campo do saber, este institucionalizado ou não. Isso faz com que a ilustração, tomada discursivamente como imagem dos entrecruzamentos das memórias, se torne um discurso quando estrutura uma categoria numa organização. Dito de outro modo, assim como a prática se insere num campo de saber, se estrutura numa organização, a prática discursiva sobre esta prática está, implícita ou explicitamente, condicionada por um estatuto do discurso. No caso da ilustração aqui tratada, no estatuto do discurso literário, do discurso artístico e até mesmo, ou principalmente, do discurso editorial.

A prática e a prática discursiva revelam os modos de ler e suas representações sociais. Estas sustentam a cultura da própria leitura. Por isso, a ilustração faz com que um livro seja hoje um produto cultural e como tal produz sentidos na, para e pela sociedade e o ilustrador e a ilustração têm na sua história a produção e a circulação de sentidos que podem ser os mesmo ou que podem ser outros.

Se antes havia, além dos livreiros o financiamento dos mecenas, hoje temos o poder do financiamento do mercado livreiro, que produz, determina e regula a produção dos textos e das imagens, no caso específico aqui abordado, da ilustração.

Da ilustração na constituição da leitura

A pouca importância dada aos ilustradores e às ilustrações no Brasil, não se relaciona, especificamente, à originalidade das ilustrações e nem às técnicas empregadas, mas a não importância dada a elas como instrumento de leitura.

Pelo fato de a ilustração ser vista como “desenho gravado e intercalado no texto de um livro”, segundo Caldas (apud Luiz Camargo, 1995:29), por muito tempo a ilustração foi tida como complementar do texto verbal e/ou como puro ornamento com a função de distração e facilitação de acesso à leitura. Isso não quer dizer que ela não cumpra esta função, mas que além disso ela funciona como alimentadora de outras leituras, tendo em vista que a imagem, por si só, representa um modo autônomo de comunicação. Por representar um modo autônomo de comunicação, a imagem, aqui tomada como ilustração, é “de uma certa maneira, limite de sentido”, como bem arrolou Barthes em seus estudos sobre a imagem (1990: 27).

Então, pode-se perguntar: a ilustração do livro de literatura infantil limita os sentidos ou promove sentidos outros?

Primeiramente, pode-se dizer que a ilustração como *superfície material* que é, apresenta e representa os fatos, sejam eles literários, históricos ou sociais, fatos estes que envolvem produção e circulação do(s) dizer(es) e que os gestos de interpretação promovido pelo ilustrador, ocupando a posição de leitor do texto verbal, e, ao mesmo tempo, produzindo-se como sujeito do seu dizer, instaura um *jogo enunciativo* que pode provocar a rarefação da autoridade do autor do texto verbal ao se instituir como autor do texto não-verbal.

Esta rarefação de autoridade no texto propicia que o ato de ler se transforme num *mis-en-abyme* da leitura. Contudo, para constatar tal rarefação do sujeito, há que se explicitar os processos de significação e compreender como o texto produz sentidos por meio de seus mecanismos de funcionamento.

Por isso, a seguir evidenciarei as ilustrações do livro infantil *A mulher que matou os peixes*, escrito por Clarice Lispector e publicado em 1969, em duas edições: de 1983, publicado pela editora Nova Fronteira S/A e ilustrado por Carlos Scliar e a outra, de 1999, editado pela editora Rocco Ltda, com ilustrações de Flor Opazo.

Carlos Scliar nasceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 1920 e faleceu no Rio de Janeiro, em 2001. Foi pintor, gravador, desenhista, ilustrador, cenógrafo, roteirista³. Já Flor Opazo nasceu no Chile e mudou-se para o Brasil no início da década de 70. Atualmente mora no Rio de Janeiro. Sua formação é autodidata. Ilustrou para a Editora Rocco toda a coleção dos livros de Clarice Lispector incluindo os de literatura infantil⁴.

Passemos então às ilustrações do livro *A mulher que matou os peixes*. A primeira ilustração é de Carlos Scliar e abre a história do livro, como se pode ver logo abaixo:

³ www.escritoriodearte.com –Acesso em 10/10/10.

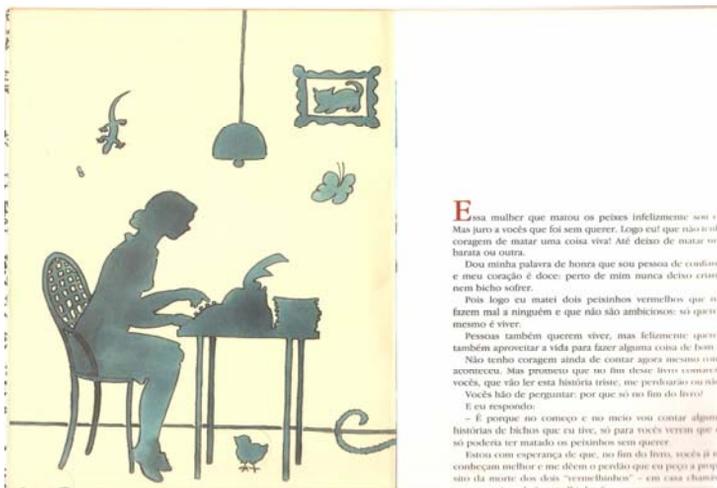
⁴ www.nucelodeliteraturainfantil.USP. Faculdade de Educação. Acesso em 10/10/10



(Lispector, 1983: 6)

Esta ilustração, com traços em preto e branco, de uma figura que não consta na parte do texto escrito, figura-se para o leitor como um enigma.

Já na publicação, de 1999, deste mesmo texto, que devido à configuração da página se alonga um pouco mais, temos a seguinte ilustração de Flor Opazo:

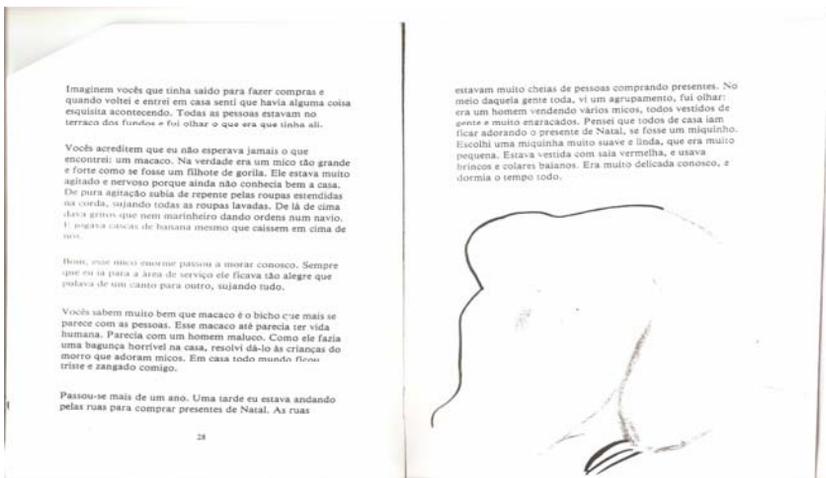


(Lispector, 1999:s/p)

Nesta ilustração que marca a sombra da escritora em um ambiente fechado e com referências a outros textos desta mesma autora - nas figuras do pintinho, do rabo da macaca Lisete, da barata -, a ilustradora Flor Opazo instaura seu dizer pictórico no movimento da repetição, inclusive da repetição de uma figura que o ilustrador Carlos Scliar utiliza, ou seja, a lagartixa.

Enquanto a lagartixa, na edição anterior, aparece como um enigma para o leitor, na edição de 1999, a mesma se contextualiza no ambiente em que se cria a imagem que apresenta e representa a escritora.

Em outra passagem deste texto, cuja edição é de 1983, temos a seguinte ilustração:



(Lispector, 1983: 29)

E, na edição de 1999, temos:

Vocês acreditem que eu não esperava jamais o que aconteceu com o macaco. Na verdade era um mico tão grande e forte como se fosse um filhote de gorila. Ele estava muito agitado e nervoso porque ainda não conhecia bem a casa. De paraquedas subia de repente pelas roupas estendidas na corda, sujando todas as roupas lavadas. De lá de cima dava gritos que nem macaquinho dando cordão no nariz. E jogava cascas de banana mesmo que caíssem em cima de nós.

Bom, esse mico enorme passou a morar conosco. Sempre que eu ia para a área de serviço ele ficava tão alegre que pulava de um canto para outro, sujando tudo.

Vocês sabem muito bem que macaco é o bicho que mais se parece com as pessoas. Esse macaco até parecia ter vida humana. Parecia com um homem maluco. Como ele fazia uma barba horrível na casa, resolvi dá-lo às crianças do morro que adoravam micos. Em casa todo mundo ficou triste e zangado comigo.

Passou-se mais de um ano. Uma tarde eu estava andando pelas ruas para comprar presentes de Natal. As ruas estavam muito cheias de pessoas comprando presentes. No meio daquela gente toda, vi um agrupamento, fui olhar: era um bicho vendendo vários micos, todos vestidos de gente e muito enfeitados. Pensei que todos de casa iam ficar adorando o presente de Natal, se fosse um miquinho. Escolhi uma miquinha muito suave e linda, que era muito pequena. Estava vestida com uma coradela, e usava brincos e colares bonitos. Era muito de ficada comico, e dormia o tempo todo.

Fui trazida com o nome de Lisete. Lisete às vezes parecia muito pedrada desolada por dentro tanto. Comecei, quando não comia, e ficava parada num cantinho só dela.

Nis quinto dia comecei a descobrir que Lisete não estava bem de saúde. Pois não era normal o jeito quieto e calado dela.

Nis sexto dia quase dei um grito quando ouvi: "Lisete está morrendo!" Vouco levei-a a um veterinário.

Veterinário e o médico que só cura de bichos

Ficamos muito assustados porque já amávamos Lisete e sua carinha de mulher. Ah, meu Deus, como nós gostávamos de Lisete e como nós queríamos que ela não morresse! Ela já fazia parte de nossa família. Trondei Lisete num guardanapo e fomos de táxi correndo para um hospital de bichos. Lá deram-lhe imediatamente uma injeção para ela não morrer logo. A injeção foi tão boa que até parecia que ela estava cura-



(Lispector, 1999:s/p)

Na edição de 1999, o texto é mais amplo devido à configuração da página. Além disso, os dois modos de ler o texto dos ilustradores se diferenciam. Embora ambos apresentem e re-presentem o texto verbal no papel, os efeitos de sentidos variam.

O gesto de leitura do texto verbal de Carlos Scliar propicia ao leitor, por meio do seu desenho e de seu “estilo” outras interpretações. Dito de outro modo, o desenho apenas sugerindo a macaca, permite que o leitor crie a sua própria Lisete, que se diferencia da descrição feita pela autora Clarice Lispector. Os traços em fuga, preto e branco, vazados, ocupando quase que meia página da folha, indicam que o ilustrador não se posiciona apenas como leitor do texto verbal, mas como um co-autor que institui a sua autoria no texto não-verbal.

Já Flor Opazo se prende ao texto verbal seguindo a descrição do mesmo na ilustração que produz. O seu gesto de leitura a institui como co-autora do texto verbal e sua marca de autoria, aquela que se realiza por deslocamentos de sentido, não acontece. Ela cria o efeito de leitura de complementariedade do texto verbal.

Voltando à primeira ilustração, qual seja, a lagartixa desenhada por Carlos Scliar, observa-se que a mesma poder

suscitar inferências interpretativas variadas. Os traços não estão em fuga como a da macaca Lisete, mas também não são coloridos como os de Flor Opazo. A lagartixa não está em uma superfície determinada. Ela pode estar na parede ou no chão, ou ainda, em alguma outra superfície. A lagartixa é uma silenciosa observadora dos fatos. Colocá-la como “personagem” única na ilustração desta passagem inicial do texto permite, ao leitor, criar várias interpretações. É o mesmo que ocorre com a ilustração da macaca Lisete realizada por Scliar. Por outro lado, as figurações interpretativas de Flor Opazo, mesmo criando o efeito de complementariedade do verbal e de intertextualidade clariaciana, permitem uma leitura em que o sentido é mais limitado pela imagem pictórica do que os efeitos de sentido produzidos pelas imagens de Carlos Scliar.

À guisa de uma breve conclusão

A reflexão aqui proposta procura despertar o olhar que *lectores*⁵ – leitores profissionais- têm para as imagens, no caso aqui, as ilustrações, as quais o texto infantil articula na produção de sentidos, além de salientar a importância das mesmas para a formação dos *lisantes*⁶, leitores em potencial.

Para tanto, procurei trazer, em breves percursos de explanação e reflexão, a história da leitura e a constituição da história do ilustrador e sua participação na história do impresso, sem contudo ter a intenção de esgotar este assunto, que é objeto de minha pesquisa recentemente iniciada. Por isso, a não explanação e reflexão sobre a história do impresso no Brasil e a questão do mercado livreiro como propiciador ou não do acesso efetivo à leitura.

⁵ Termo utilizado por Roger Chartier em *Pratiques de la lecture*

⁶ idem

Pode-se dizer, então, que Carlos Scliar e Flor Opazo se posicionam na *superfície discursiva*, que é a ilustração, como *lectores* do texto verbal e que ao tomarem este posicionamento discursivo, revelam em sua prática, ilustrar, efeitos de sentido diferentes. Estes, de práticas efetivas do fazer passam a praticas efetivas do dizer numa rede de sentidos que podem se dar em diversas instâncias, num sistema de relações que se estabelecem na discursividade.

Enquanto Scliar sugere sentidos outros com seus traços indefinidos, em preto e branco e em fuga, propiciando leituras mais amplas do texto verbal, Flor Opazo, de maneira geral, produz sentidos que confirmam os sentidos dados. Por isso, penso possível dizer que as práticas fazem da imagem a construção de uma memória social, a qual se desvelará no discurso-imagem que se desdobrará em novos discursos e em possíveis novas imagens no/do ato de ler.

Para finalizar, pode-se dizer que o modo como o ilustrador lê o texto verbal é o modo como ele o interpreta e que a partir desta interpretação, que pode deslocar os sentidos dados, reforça o efeito *mise en abyme* do ato de ler. Por isso, ler é um trabalho e um trabalho que produz sentidos, os quais podem variar em dadas condições de produção do dizer, também artístico, nas mais variadas instâncias históricas da constituição dos sujeitos leitores. Portanto, a ilustração é uma superfície material em que as materialidades do interpretável se dão a ler.

Referências

CAMARGO, Luis. *Ilustração do livro infantil*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Lê, 1995.

CHARTIER, Roger. (organizador e autor) *Pratiques de la lecture*. Paris: Éditions Rivages, 1985.

_____. *A aventura do livro – do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP/Imprensa oficial do Estado, 1999 – (Prsimas)

KAENEL, Phillippe. *Le métier d'illustrateur 1830-1880 – RODOLPHE Töpffer, J. J-Granville, Gustave Dore*. Paris: Editions Messene, 1996.

LISPECTOR, Clarice. *A mulher que matou os peixes*. Capa e ilustrações Carlos Scliar. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983.

_____. *A mulher que matou os peixes*. Ilustrações Flor Opazo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba, Paraná: Criar Edições Ltda, 2005.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*. In: *Uma historia da Leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARIN, Louis. *Des pouvoirs de l'image – gloses*. Paris: Editions de Seuil, 1993.

ORLANDI, Eni. *Interpretação- autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: *Papel da memória*. ACHARD, Pierre et al. Trad. E introdução José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

www.escriitoriodearte.com –Acesso em 10/10/10.

www.nucelodeliteraturainfantil.USP. Faculdade de Educação. Acesso em 10/10/10

A resistência no discurso fílmico de *Sonho Tcheco*

Tiago Ramos
Renata Marcelle Lara Pimentel

Inscrição Inicial

Sonho Tcheco (*Ceský Sen* / *Czech Dream* – 2004)¹ é, na perspectiva cinematográfica, um filme documentário que apresenta uma interpretação sobre como se processaram as transformações culturais e políticas na República Tcheca socialista e pós-socialista. Para tanto, elege como objeto central de observação o universo da publicidade como categoria articuladora da vida social e representante das mudanças históricas, sociais e morais vivenciadas pela população tcheca a partir da queda do socialismo e advento da economia de mercado capitalista.

Como filme documentário, estrutura-se nos limites movediços entre o ficcional e o não ficcional ao trabalhar (n)o jogo entre cenários e conteúdos de realidade e ficção. Tal inscrição material funciona como uma estratégia de autoridade para a construção do

¹ *Ceský Sen* é o título original do filme que foi rodado em Praga (República Tcheca) no ano de 2003. Seu lançamento comercial para o circuito de distribuição europeu ocorreu em 2004 com o título de *Czech Dream*.

lugar de fala legitimado(r), ao mesmo tempo em que a relação verbal e imagem-visual se dá *na* e *pela* interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos de seu discurso². Ilusão de liberdade. Para ser “livre”, é preciso se submeter.

Em âmbito documental, a obra carrega o ímpeto em apresentar a realidade tal como ela ocorreria, fazendo da câmera “o olho do mundo”. Contudo, tal ímpeto se efetiva a partir do/e no assujeitamento. A imagem resultante surge enquadrada social e ideologicamente, não sendo o retrato do mundo tal como ele existe, mas uma interpretação possível de um dado lugar, estando o sujeito afetado por determinações sócio-históricas/ ideológicas que sustentam/promovem determinados efeitos de sentidos. Esse processo deixa vestígios/marcas na materialidade fílmica, o que permite a sua análise. É em meio a tais determinações que pensamos a imagem-visual, o verbal e os efeitos possíveis na relação entre sujeitos (autor/cinespectador).

Como abordagem ficcional de produção, o filme estabelece como ponto articulador da narrativa a inauguração de um hipermercado que, no fim, se mostra inexistente. Em outras palavras, o filme documenta o processo de elaboração, produção e veiculação de uma campanha publicitária para a inauguração de um novo hipermercado em Praga, capital Tcheca, porém fictício. Tal campanha utiliza enunciados que atizam a curiosidade e aumentam a expectativa do público, por fugirem ao comumente veiculado na abordagem publicitária: “Não compre!” “Não vá!” “Não gaste seu dinheiro!” são as palavras de ordem presentes nas peças de propaganda que convidam a população a participar da inauguração do hipermercado.

² Referimo-nos à tese althusseriana da interpelação do indivíduo em sujeito (ALTHUSSER, 1980).

No dia da inauguração, cerca de 4 mil³ cidadãos tchecos se reúnem no local indicado, ansiosos em desfrutar os baixos preços prometidos durante a campanha – por mais que nesta se enunciassem “Não compre!” e “Não vá!”. A surpresa ocorre quando, após o discurso de inauguração, a população se dá conta de que, no lugar do hipermercado, há um enorme *outdoor* representando a fachada da loja. Cumpridos os enunciados imperativos presentes na campanha, o episódio faz com que essas pessoas que foram envolvidas na produção do filme notem que ali todas as promessas eram falsas e, ao mesmo tempo, verdadeiras. Falsas, pois não permitiram a conquista dos sonhos de consumo. Verdadeiras, pois cumpriram com aquilo que enunciavam, mostrando que não há nada a ser vivenciado do lado de lá da grande fachada. Para além do dualismo estéril entre falso e verdadeiro, o episódio produz sentidos outros para a ideia de sonho.

O sonho, território movediço da temporalidade sem ordenação, espaço do irrealizado (o que não se realizou, mas ainda poder vir a se realizar), da plenitude de possibilidades, é materializado no episódio que traz para o aqui/agora, em oposição ao lá/antes, a efetivação daquilo que pode vir a ser, mas que não se realiza – a promessa individualista da economia de mercado liberal (Eu quero / eu posso / eu tenho). Assim, o evento histórico faz emergir na *falha* a irrealização do irrealizado, as promessas, verdadeiras ou falsas, nunca chegam a se efetivar. Mesmo que existam materialmente, tais promessas – aquilo que nunca se realizou – se efetivam no espaço atemporal do sonho, daquilo que, provavelmente, dadas as condições de produção nas quais o filme se encontra, nunca se realizará, permanecendo como espectro, como algo assombroso do qual não conseguimos delimitar as fronteiras e os contornos, mas que atua diretamente

³ Tal número é apresentado no *press kit* fornecido pela produtora do filme (CZECH DREAM, 2010).

na realidade. O irrealizado permanece como não realizado, explicitando que nem sempre os movimentos revolucionários conseguem mudar as bases do mundo.

Buscando se constituir como uma crítica à conjuntura tcheca, o filme trabalha nos limites da história possível, permitindo-nos uma inserção (no) material capaz de interrogar pelos efeitos de sentidos que estão sendo produzidos para as práticas discursivas no contexto retratado e no modo como a mídia atua na constituição dos sentidos, na legitimação ou interdição dos mesmos, na circulação e consolidação de memórias⁴, num jogo entre silêncio e visibilidade.

Problematizamos, então, o processo de construção de posicionamentos discursivos na materialidade fílmica que atuam na circulação e consolidação de memórias. Assim, questionamos acerca dos movimentos de estabilização ou desestabilização que o filme provoca ou não nos discursos hegemônicos e contra hegemônicos relacionados à conjuntura política e social ali enunciada.

Numa perspectiva discursiva material, objetivamos compreender os processos pelos quais se consolidam ou não posições discursivas de resistência e de questionamento à conjuntura que o filme enuncia e com a qual busca se firmar, explicitando o funcionamento dos sentidos produzidos para dois mundos possíveis, socialista e capitalista, vivenciados, materialmente, pela população tcheca.

⁴ A memória não discursiva é estruturada pela lembrança. A memória discursiva é estruturada pelo esquecimento. Para Pêcheux (2007. p. 56), esta “é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos”. A existência de “o outro interno em toda memória” é, segundo Pêcheux, “a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior”; o que significa que “nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior”.

Sendo o objeto discursivo os sentidos possíveis para *resistência* no discurso fílmico de acordo com a(s) posição(ões) discursiva(s), e considerando as condições de produção relevantes para a configuração do *corpus* e do percurso analítico, apresentamos o filme e seus diretores, discorreremos sobre a conjuntura da República Tcheca condizente com o material e explicitamos filiações estéticas do filme para irmos desenhando a análise.

Direção e produção cinematográfica

Os diretores responsáveis pela produção e realização do filme *Sonho Theco* são Vit Klusák (1980) e Filip Remunda (1973). Ambos possuem uma trajetória acadêmica e profissional associada à FAMU (*Film and TV School of Academy of Performing Arts in Prague*). A produção do filme foi subsidiada pelo Fundo de Estado da República Tcheca para o Apoio e o Desenvolvimento da Cinematografia Tcheca e foi apresentada como trabalho de conclusão de curso dos diretores à FAMU. O filme entrou no circuito dos festivais, participando de 39 e sendo premiado em 14 desses. Posterior a isso, foi distribuído comercialmente em cerca de 10 países europeus (CZECH, 2010).

A FAMU abrigou no século XX a vanguarda do cinema tcheco. A *new wave* tcheca, como ficou conhecido o movimento, surgiu na década de 1960. Como aponta Takamatsu (2010), o movimento tem na FAMU seu principal centro de produção e refúgio. Liderado por nomes⁵ como Miloš Forman, Věra Chytilová, Ivan Passer, Jaroslav Papoušek, Jiří Menzel, Jan Němec Jaromil Jireš, entre outros, o movimento, segundo Bonfim (2010), buscava uma ruptura estética com o realismo socialista que caracteriza a produção cinematográfica tcheca de até então.

⁵ Todos são diretores cinematográficos que estiveram na vanguarda do movimento, impulsionando a criação de uma nova estética para os filmes tchecos.

A *new wave tcheca* se opunha às formas tradicionais de fazer cinema. Para tanto, o movimento investia no experimentalismo, marcado pelos roteiros indefinidos, em que o filme fluía no transcorrer do evento pela narrativa desestruturada e fragmentada; pelo uso de personagens comuns e marginalizados ou de atores não-profissionais; pela tendência ao absurdo; pelo surrealismo e realismo mágico; pelo uso excessivo de cores, entre outros (BONFIM, 2010).

Com o fim do movimento, o cinema tcheco passa por um período de censura imposta pelo governo socialista. Segundo Takamatsu (2010, online, grifo da autora), uma mudança só ocorre com a abertura política do fim da década de 1980:

Os anos 1980 e início dos anos 1990 trouxeram a abertura ao Leste Europeu. A indústria de cinema tcheco acabou se moldando a uma economia de mercado. A censura não existia mais, porém a produção cinematográfica despencou drasticamente com o fim dos subsídios governamentais. Aquilo que restou, tornou-se dependente do estímulo das nações ocidentais – o que se refletiu no fazer cinematográfico: a identidade *New Wave* se perdia.

É nesse clima, marcado por um passado revolucionário e vanguardista e por um presente em que a característica predominante da produção cinematográfica é a preocupação comercial, que Filip Remunda e Vit Klusák produzem o filme. Apesar disso, podemos visualizar, ainda que de maneira indireta, a presença no filme de indícios da influência *new wave*. O experimentalismo, presente na associação entre o modelo de produção documental e a perspectiva ficcional, o roteiro (in)definido, a presença, ainda em 2008, de alguns expoentes do movimento *new wave*, como Věra Chytilová, lecionando e dirigindo o departamento de cinema da FAMU, são alguns desses indícios.

O filme, afirmam os diretores em entrevista a Colin O'connor (2004)⁶, foi inicialmente inspirado numa peça de teatro de Petr Lorenc⁷, de 1997. Na referida peça, foram espalhados cartazes pela cidade convidando a população para inauguração de um hipermercado. No dia da inauguração, a população se depara com um campo vazio no lugar do hipermercado – assim Petr Lorenc constrói seu espetáculo.

A estética *new wave*, o modelo produtivo da indústria do entretenimento das economias de mercado e a vanguarda do teatro experimental atuam, discursivamente, como condições de produção que se encontram no eixo da materialidade fílmica. Em outras palavras, aquilo que, de forma interna, relacionado à própria produção da imagem cinematográfica, atua diretamente no âmbito das circunstâncias da enunciação. Discursivamente, a obra avança sobre os limites de outros espaços, para além da produção da imagem cinematográfica, inscrevendo-se numa conjuntura social, política e econômica específica. Assim, explicitamos adiante as condições de produção conjunturais que atuam, principalmente, sobre a recepção e a circulação do filme.

Conjuntura histórica da República Tcheca

Tendo em vista que as determinações sociais, históricas, políticas e ideológicas envolvidas na realização e circulação do filme são constitutivas de suas condições de produção e requeridas para o percurso de análise, explicitamos aqui parte da conjuntura histórica da República Tcheca que interessa ao nosso *corpus*.

⁶ A entrevista foi concedida em 10 de julho de 2004 no *Karlovy Vary Film Festival*, que acontece anualmente em Karlovy Vary (Carlsbad), República Tcheca.

⁷ Petr Lorenc nasceu em Praga, em 1975, e morreu em 2006. Estudou novas mídias e animação na FAMU e teatro na *Academy of Non-verbal and Puppet Theatre HAMU*. Foi autor, ator e diretor de teatro. Em 2000, Lorenc fundou a KREPSKO, companhia de teatro do improviso, obtendo reconhecimento mundial (KREPSKO, 2010).

O atual território do país Tcheco é resultante da dissolução da Tchecoslováquia, ocorrida em 1993. Por sua vez, a Tchecoslováquia foi uma república democrática fundada em 1918, após o fim da primeira guerra mundial (1914-1918), ocupando parte do território do antigo império Austro-Húngaro.

Em 1939, como aponta Marcanc (2010), com o avanço do nazismo sobre a Europa, Hitler invade o território tcheco, transformando-o em diferentes protetorados. Com a derrota alemã em 1945, o território tcheco é reunificado. Entre 1945 e 1948, o país é governado por forças democráticas. Em 1948, quando a população se preparava para eleições gerais, ocorre o “Golpe de Praga”. Klement Gottwald, apoiado pelas forças da União Soviética⁸ e por milícias operárias, declarou, em fevereiro de 1948, uma greve geral. Logo após, foi criada uma série de comitês de ação. O então presidente, Edvard Benes, renuncia em junho do mesmo ano. As forças da social-democracia e do Partido Comunista se unem numa só coalizão. Quando ocorrem as eleições, os partidos de direita encontram-se sem representatividade. Assim, não havendo oposição à coalizão comunista, a lista de votação foi composta somente pelas forças da situação. Dessa maneira, o Partido Comunista alcança o poder e lá permanece até 1968.

Em janeiro de 1968, Alexander Dubcek assume o controle do Partido Comunista e começa a promover uma série de reformas com vistas a dinamizar a economia tcheca, que havia sofrido com as crises das décadas anteriores. As reformas visavam, também, à descentralização do poder e à redemocratização do país. Em agosto do mesmo ano, forças da União Soviética invadem o país e colocam fim ao movimento que ficou conhecido como “Primavera de Praga” (MARCANC, 2010).

⁸ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi um estado socialista que existiu entre 1922 e 1991.

De 1968 até 1989, o país é governado pelas forças socialistas. Durante todo esse período, o Partido Comunista tcheco sofre com a resistência de diversos grupos, principalmente intelectuais e artistas. Em 1989, com o enfraquecimento da União Soviética, a Tchecoslováquia inicia um movimento pela retomada da democracia. A “Revolução de Veludo” foi um movimento pacífico que em novembro de 1989 derruba o governo comunista. Eleições gerais aconteceram em dezembro do mesmo ano, levando Václav Havel, liberal de direita, à presidência do país (MARCANC, 2010).

Devido às diferenças sociais e políticas ocorre a dissolução da Tchecoslováquia em 1993. Marcanc (2010) afirma que, separados dos eslavos, os tchecos vivenciam um momento de grande crescimento econômico e de abertura dos mercados e da economia. Fortalecendo a democracia parlamentar e criando possibilidades para a livre iniciativa e para a economia de mercado, os tchecos recebem, em 1997, convite para se tornarem membros da União Europeia⁹. A adesão ao bloco econômico ocorre em 2004, após a proposta ter recebido 77% de aprovação em uma consulta popular.

Explicitar tal contexto permite entender que o filme está intrinsecamente associado a uma conjuntura social e política específica, a saber, a possibilidade da adesão da República Tcheca à União Europeia. Nesse sentido, *Sonho Tcheco* trabalha diretamente com a produção de interpretações mobilizadas na inscrição relacional da história do presente e do passado, revisitando o período socialista e criando comparações entre tais perspectivas, ao mesmo tempo em que o discurso fílmico é

⁹ A União Europeia (UE) é um bloco econômico e político supranacional que congrega cerca de 27 estados europeus. O principal objetivo do bloco é promover a integração política e econômica da Europa, criando condições favoráveis para o livre comércio entre os países membros, por meio da circulação de uma moeda única, o Euro.

afetado por filiações a redes de memórias que o significam de dada(s) posição(ões) discursiva(s).

Levantadas tais condições, no trajeto seguinte, buscamos compreender como se processa no filme a construção do(s) posicionamento(s) discursivo(s) de resistência.

Dois mundos possíveis e/ou o (im)possível dos mundos

Em *Sonho Tcheco*, a propaganda é trazida como elemento central para discussão de uma questão maior, a relação entre o mundo capitalista e o mundo socialista. Buscando-se posicionar criticamente em relação ao capitalismo, o filme traz uma narrativa que busca explicitar as mazelas de tal sistema. O consumismo desenfreado, a evasão dos valores humanos, a transformação da vida em mercadoria, o fetiche da mercadoria representado pelos sonhos de consumo, a perda do sentido do interesse público na esfera política são elementos que, ao mesmo tempo em que trazem à tona características da sociedade tcheca contemporânea, constituem, discursivamente, uma oposição entre o aqui/agora e o lá/antes, posto que a República Tcheca foi governada durante grande parte do século XX por governos comunistas.

Nessa direção, o filme trabalha sobre a marca da existência de dois mundos possíveis. Tais mundos, o socialista e o capitalista, que existiram materialmente na República Tcheca, possuem, cada qual, características próprias. Ambos só se constituíram a partir de movimentos revolucionários. Com exceção da queda do socialismo no século passado, marcado por uma conjuntura econômica global, as revoluções e os movimentos sociais de oposição definem em grande parte a história dos tchecos no século XX. Como o nosso objeto de análise – sentidos possíveis para resistência – configura-se justamente na compreensão de como funciona, na perspectiva discursiva, posição ou posições de resistência no filme, realizamos nosso percurso analítico a partir

das contribuições que Pêcheux (1990) traz acerca dos processos revolucionários.

Antes, contudo, explicitamos que a resistência, para Pêcheux (1990; 1997), é significada como trabalho simbólico e não como estratégias e vontades individuais que marcariam ações de um “indivíduo” consciente e não determinado, situando-se num confronto direto de lugares empíricos opostos. A resistência é possível porque a língua(gem) impõe resistência, isto é, a impossibilidade de fechamento dos sentidos dessa “língua inatingível” (GADET; PÊCHEUX, 2010), inscreve, constitutivamente, a *falha*, e “é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco” (ORLANDI, 2001, p. 102-103). Sendo “falha da língua, na história”, o equívoco “se dá no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente” (ORLANDI, 2001, p. 103). É justamente porque existe incompletude e contradição que a repetição não se reduz à manutenção do mesmo. Em algum momento, os gestos de repetição extravasam brechas, apontando para outros sentidos capazes de desestabilizar, de alguma forma, a ordem vigente. É na repetição, na regularidade, que se encontra a possibilidade mesma do deslocamento.

Esse possível da resistência na relação com o inconsciente, Pêcheux (1997, p. 301) vai formulando textualmente na afirmação:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidias de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de seu desequilíbrio.

Em seguida, Pêcheux (1997, p. 301) esclarece que não está sugerindo ser o lapso ou o ato falho “as bases históricas de

constituição das ideologias dominadas”. Mas que “a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como contradição¹⁰ histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre”.

No texto intitulado “Remontemos de Foucault a Spinoza” (“Remontons de Foucault à Spinoza”), que foi apresentado em novembro de 1977 em um simpósio sobre discurso político, no México, como situa Maldidier (2003), Pêcheux (1977, p. 9-10)¹¹ chama a atenção para uma concepção errônea de ideologia dominada. Considerando que, a respeito das relações de produção capitalista, burguesia e proletariado “formam-se juntos” dentro desse modo de produção, sob a dominação da burguesia/ideologia burguesa, “o proletariado não pertence, então, a um outro mundo que contém como um germe independente *sua própria ideologia*, portanto uma essência ideológica de certa forma entravada, refutada, dominada, pronta a sair armada [...] e a dominar [...] o futuro. Pêcheux (1977) esclarece que não se trata apenas de “uma dominação que se constitui do exterior”, como se fosse “uma tampa burguesa sobre a marmitta das idéias revolucionárias”. Sobretudo, trata-se de “uma dominação interna”, sendo esta “manifesta na própria organização interna da ideologia dominada”. Daí se pensar, “a propósito da ideologia, a *contradição de dois mundos em um só* já que, segundo a afirmação de Marx, ‘o novo nasce dentro do

¹⁰ O conceito de contradição remete à tese marxista-leninista que situa a luta de classes em primeiro plano, demarcando “o *primado da contradição sobre os contrários* que se enfrentam, que se opõem”. Portanto, “a luta de classes não é o efeito derivado da existência das classes, que existiriam *antes* (de direito e de fato) de sua luta: a luta de classes é a forma histórica da *contradição* (interna a um modo de produção) que *divide* as classes em classes”, conforme Althusser (1978, p. 27, grifos do autor).

¹¹ Tomamos como referência o texto de Pêcheux traduzido por Maria do Rosário Gregolin.

velho’, e que Lênin reformulou dizendo: ‘o um se divide em dois’”. Interpretando Pêcheux acerca dessa discussão, Maldidier (2003, p. 65, grifos da autora) afirma que “ao contrário de uma concepção tradicional que coloca face a face ideologia dominante e ideologia dominada, colocando-as em uma relação de exterioridade, Michel Pêcheux acentua a ‘dominação interna’ da ideologia dominante face à ideologia dominada”. O que representa, assim, “uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler *no próprio interior* do discurso da ideologia dominada, *na própria maneira como ele organiza* a dominação da ideologia dominante”. Isso nos leva a afirmar que a existência material de um se dá e se sustenta na existência material do outro. Ao negar o outro, este se afirma no próprio discursivo da negação.

Ao tratar dos *processos* revolucionários, Pêcheux (1990) demonstra, a partir da análise da Revolução Francesa de 1789, das Revoluções Socialistas do século XIX e das Revoluções do Século XX, que os movimentos revolucionários trabalham sempre no limite entre o realizado e o irrealizado – este significando, como já explicitado, aquilo que não chega a ter uma existência material.

A Revolução Francesa provocou, segundo Pêcheux (1990), uma mudança de mundo, pois foi capaz de transformar as bases materiais do mundo existente. Ao romper com o feudalismo cristão, a Revolução fez com que o “inexistente” irrompesse materialmente. Tal feito se deve, principalmente, ao fato de a Revolução ter provocado uma unificação linguística na França, adotando o francês como língua nacional. A revolução tendeu “a absorver as diferenças rompendo as barreiras” (PÊCHEUX, 1990, p.10). Como resultado, gerou um mundo em que as lutas ideológicas passam a acontecer “não mais [n]o choque de dois mundos, separados pela barreira das línguas, mas um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de um[a] só língua, tendencialmente Una e Indivisível, como a República” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Sobre as Revoluções Socialistas do século XIX, Pêcheux (1990) traz para discussão a questão do *irrealizado* como elemento central. Segundo o autor, a burguesia estabeleceu princípios de igualdade e unidade formal ao mesmo tempo em que gerou uma série de desigualdades reais, para manter seu poder dominante. Outra maneira que a burguesia encontrou para a manutenção do seu poder foi a criação de uma “*barreira política invisível*” (PÊCHEUX, 1990, p.11, grifos do autor) que, conjugada às relações econômicas e materiais visíveis, impedia a concretização dos ideais do movimento popular. A isso Pêcheux (1990, p.11, grifos do autor) chama de “*o irrealizado do movimento popular*”. Tal barreira não cria uma separação estanque entre dois mundos, mas permite que uma unidade seja submetida constantemente a uma divisão. Como afirma o autor (1990, p.12, grifos do autor), “*o próprio da luta ideológica sob a dominação burguesa consiste em desenrolar-se em um mundo que não acaba nunca de se dividir em dois*”. Assim uma mesma palavra ou expressão não tem sempre o mesmo sentido, desconstruindo a homogeneidade lógica do mundo semanticamente normal, fundamentado na “*necessidade de fronteiras*”, do qual fala Pêcheux (2008, p. 34).

Pêcheux (1990, p.12, grifos do autor) aponta, ainda, que “*a revolução socialista aparece como o inexistente específico do mundo burguês*”. Durante o século XIX, o discurso revolucionário socialista fica retido nos limites construídos por tal mundo. Esse discurso aponta e denuncia o “*irrealizado*” do mundo burguês, buscando incentivar o proletariado a mudar as bases do mundo, fazer com que irrompesse materialmente o outro mundo possível, como fez a Revolução Francesa.

Sobre as revoluções socialistas do século XX, Pêcheux (1990, p.13) afirma que elas aconteceram em territórios políticos de base ainda monárquica ou feudal, estando na “*periferia do sistema capitalista*”. Para o autor, a Revolução Russa de outubro de 1917, apesar de ter o ímpeto de mudar as bases do mundo, como fez a

Revolução Francesa, não realizou tal feito. Segundo o autor (1990, p.14, grifos do autor), o que outubro de 1917 representou

foi a imagem do socialismo localizado, contido em um 'outro mundo' *pelo* mundo capitalista, quando não *dentro* dele. A URSS, e depois o 'campo socialista', tomavam assim o lugar da Utopia realizada, da ilha experimental sitiada e defendida como uma fortaleza, onde o milagre do socialismo estava a se operar: o alhures realizado tomava a forma do 'realizado alhures'.

A URSS materializou o sonho socialista do movimento operário em condições históricas desfavoráveis para sua realização, mas obteve um reconhecimento político que legitimou tais ações, produzindo um mundo que não chegou a se constituir materialmente como aquilo que até então estava irrealizado. No entanto, tal mundo aparecia politicamente como a execução plena e completa, como o outro mundo possível surgindo materialmente.

Como resultado, surgiram fronteiras visíveis entre o socialismo existente no interior da URSS e o mundo exterior capitalista, ao mesmo tempo em que, internamente, o socialismo russo apagou as contradições existentes devido à luta de classe, gerando fronteiras internas invisíveis por meio da produção de um adversário interno, o traidor, agente do inimigo (PÊCHEUX, 1990).

É a partir dessas formulações que Pêcheux (1990, p.15), acerca do trabalho do "inexistente¹²" e do "irrealizado" nos discursos revolucionários, afirma: "a superposição de dois mundos, materialmente separados por fronteiras estáveis e visíveis, deu lugar à divisão interna de um único e mesmo universo,

¹² O inexistente é aquilo que não existe, enquanto que o irrealizado, como já exposto, é aquilo que pode vir a ser, mas ainda não é.

atravessado por uma fronteira instável e sutil, cuja invisibilidade lhe garantiu a eficácia”.

Resistência(s) possível(is) no/do discurso fílmico

No filme, os processos revolucionários tchecos são enunciados a partir do recorte de cenas datadas, representando os períodos em que o país vivia sobre o socialismo e os movimentos revolucionários que abriram caminho para o capitalismo. Aqui, fazemos uma descrição das cenas que constituem o nosso *corpus* específico de análise.

Num primeiro momento, exibe-se uma imagem datada de 1972, quando a Tchecoslováquia era governada por um Partido Comunista. Nessa cena, em preto e branco, visualizamos pessoas que se aglomeram numa fila em torno de uma loja, que aparenta ser um supermercado. Na fachada do estabelecimento, podemos ver colado junto ao vidro um adesivo do partido comunista, cercado de produtos comestíveis.

Num segundo momento, apresenta-se outra cena, datada de 1989, em imagens da Revolução de Veludo, movimento que lutava pela redemocratização do país e pelo fim do regime socialista. Nessa cena, colorida, podemos ver o povo marchando com as mãos levantadas, em sinônimo de não violência. A marcha vai sendo contida por agentes responsáveis pela segurança que agridem com cassetetes membros do movimento.

A última cena que selecionamos para este recorte analítico, datada de 2002, representa a consolidação do modelo capitalista, e mostra um aglomerado de pessoas que se organizam em grandes filas em frente à porta de entrada de um hipermercado que está prestes a abrir. Ao mesmo tempo, sinalizando realizar a segurança no momento da inauguração, estão agentes de segurança pública que organizam a fila e o controle de entrada de clientes na loja, sem indícios manifestos de conflito ou ação de violência física contra os

espectadores/consumidores – aqui a violência vivenciada é da ordem simbólica. A fila, metaforicamente representa o constrangimento das possibilidades de ação do indivíduo pelas hierarquias sociais do capitalismo.

Tais cenas se encontram logo no início do filme, funcionando como a porta de entrada do cinespectador para a narrativa que se vai seguir. Enunciam a estrutura narrativa do filme, sinalizando de onde se parte e aonde se pretende ir. Escolhemos tais cenas, pois elas permitem explicitar a forma como o discurso fílmico busca se posicionar diante da realidade que representa. Tais cenas funcionam como uma espécie de sinopse histórica que mostra ao telespectador “o caminho percorrido até aqui”. Além disso, as imagens são postas, em termos do conteúdo narrativo, de maneira comparativa, de igualdade, sendo marcante, independente do regime que se representa, socialista ou capitalista, a violência, seja física ou simbólica¹³.

A violência, representada de maneira física no regime socialista e simbólica no capitalismo, aparece também de maneira física e explícita no período revolucionário. É uma marca discursiva de ambos os regimes, deixando escapar, no momento em que os indivíduos/personagens do filme se mostram já interpelados em sujeitos desse dizer, um processo que, pelo que aponta a análise, movimentava o debate político na direção de mobilizar memórias outras, tanto para os processos revolucionários, quanto para os períodos históricos ali representados. Trata-se de identificar os processos revolucionários como aqueles que não possuem o embrião da mudança – de identificá-los com a impossibilidade de se efetivarem.

¹³ Violência simbólica é um conceito formulado por Pierre Bourdieu (2004) para compreensão das relações de dominação que não se fundamentam na coerção física, mas no reconhecimento da autoridade do dominador, ou seja, no consentimento, consciente ou não, por parte do dominado, com a dominação ao qual está submetido.

A Revolução de Veludo (1989), como processo que intercala a passagem do socialismo ao capitalismo, funciona como maneira de evidenciar uma possível mudança – a possibilidade de mudança das bases materiais do mundo. No entanto, as imagens colocadas antes e depois da representação do processo revolucionário apresentam semelhança temática e estética. Temática, pois ambas se inscrevem sobre a produção de interpretações acerca da história recente da República Tcheca. Estética, associada à maneira fragmentada de apresentar a imagem visual no vídeo. A narrativa só se constitui como tal no/pelo conjunto das imagens.

A mudança visível, cinematograficamente falando, é apenas do processo de captação e reprodução da imagem, que passa do preto e branco para o colorido, conteudisticamente associada à transcorrência cronológica. Discursivamente, tal composição produz o efeito na materialidade fílmica de que a mudança que esse movimento prenunciou não se realizou de fato. Permanecendo *irrealizada*, tem-se que as fronteiras existentes entre socialismo e capitalismo estão silenciadas. Existem apenas na invisibilidade em que operam. Num espaço de fronteiras movediças, configurar um posicionamento de resistência – que está para além de assumir um lugar social¹⁴ de resistência –, não se reduz a um engajamento supostamente consciente. Isso

¹⁴ Distinguímos lugar social de posição no discurso, conforme Orlandi (2000). O lugar social remete aos lugares ocupados empiricamente pelos sujeitos na sociedade. As posições no discurso resultam de projeções e não coincidem, necessariamente, com tais lugares. São elas que significam no discurso, relacionadas ao contexto sócio-histórico e à memória discursiva. Nas palavras de Orlandi (2000, p. 40), “assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”.

significa que a contradição deve ser suportada como inevitável à constituição e determinação dos sentidos e não recusada como se fosse oposição excludente.

Ao funcionar as fronteiras na invisibilidade, o filme nos leva a formular a seguinte pergunta discursiva para o percurso analítico: *qual o objeto de resistência que o filme levanta e a que ele pretende se opor e resistir?*

O conjunto da narrativa permite afirmar que o filme, discursivamente, busca se opor à violenta transformação que o capitalismo operou no mundo tcheco, demonstrando os supostos malefícios produzidos por esse sistema econômico na vida social e política da população tcheca. Mas, na mesma medida em que o outro mundo possível não chega a se efetivar discursivamente, tais malefícios também não chegam a se efetivar enquanto tal. Pelo contrário, a população não só não chega a manifestar incômodo com a ideia de enfrentar grandes filas para conquistar seus sonhos de consumo como sinaliza estar numa situação confortável diante do alcance provável e próximo advindo de tal espera. Nesse sentido, o outro mundo possível que se efetiva materialmente é, de fato, o capitalista. No entanto, discursivamente falando, o mundo capitalista surge, no filme, re-significado. Não mais como espaço da realidade material, mas como espaço do sonho, daquilo que se coloca fora do espaço e do tempo histórico.

O problema discursivo que tal operação levanta diz respeito à relação entre o real e o irreal(izado)¹⁵. O falso, a realidade falseada

¹⁵ Para a AD, existe um *real* da língua e um *real* da história. O *real* da língua refere-se à impossibilidade de fechamento dos sentidos, ou seja, a língua, por ser uma estrutura relativamente autônoma, não determina completamente os sentidos. O *real* da história refere-se à inscrição da materialidade da língua, que é *falha* e ambígua, na história, num acontecimento simbólico que forma a memória, podendo produzir equívocos (MORALES, 2007). A realidade é entendida como o produto empírico (físico) do *real*, ou seja, é uma elaboração possível e possibilitada pelo *real*, podendo materializar-se de diferentes formas em diferentes realidades.

emerge aqui como ponto central. O filme busca se opor materialmente aquilo que, discursivamente, não chega a se constituir. Tal problema nos leva a atentar para o fato de que, da maneira como se constroem os posicionamentos discursivos no filme, a oposição que ele busca construir, de fato não se consolida no dizer ali presente. Tal oposição é deslizada e recai sobre o processo revolucionário como embrião da mudança.

A memória da Revolução de Veludo é movimentada discursivamente, sendo re-significada. Do evento histórico que abriu caminhos para o capitalismo, a Revolução emerge, no filme, como o acontecimento discursivo¹⁶ que apagou as fronteiras, inaugurando novas possibilidades de dizer. Estas não se encontram materialmente nem no espaço do mundo capitalista nem no espaço do mundo socialista, mas no espaço do sonho, em que o tempo é suspenso e, portanto, a própria necessidade da revolução e dos movimentos de oposição que a engrenam inexistem. A mudança que tal Revolução realizou, de forma material, não chega a se constituir discursivamente na narrativa fílmica.

Tal operação discursiva explicita um posicionamento que questiona a mudança como processo presente. O efeito produzido é o de que não há outro mundo possível, que as alterações entre socialismo e capitalismo não modificaram as bases da realidade tcheca. Desta maneira, o filme, que se esforça por se constituir numa crítica política, produz sentidos outros e aciona outras memórias para os processos históricos ali representados, que questionam a necessidade dos processos revolucionários.

Esse funcionamento discursivo encontra ancoragem ainda na re-apropriação que os participantes do filme fazem do debate. Ainda que não verbalizada, as questões “o que foi o socialismo e quais as suas contribuições?”, “o que foi o capitalismo e quais

¹⁶ O acontecimento discursivo dá-se no “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p.17).

suas contribuições?” e “o que o capitalismo pode nos trazer?” funcionam silenciadas, produzindo efeitos no debate suscitado acerca da entrada do país na União Européia.

Ao produzir outros sentidos para a memória dos processos revolucionários, o discurso fílmico apaga a memória como registro das lutas ideológicas. Em consequência, o discurso fílmico, que se esmera em oportunizar um espaço para o debate profícuo das questões políticas importantes para o povo tcheco, acaba por produzir um efeito de esvaziamento da política da sua contradição constitutiva. Ou seja, a interpelação ideológica faz com que a única possibilidade seja continuar a história da maneira como ela é apresentada, (como se fosse) natural(izada). Assim, a entrada do país na União Europeia, efetivada materialmente em 2004, surge como uma alternativa possível para aqueles cidadãos que foram envolvidos na produção do filme. Mais uma vez, analiticamente falando, o filme não consegue sustentar a ideia de resistência que defende, ou seja, como oposição (supostamente) consciente.

É no movimento de uma resistência (como oposição ao sistema capitalista) que não resiste – pois opera a partir das possibilidades desse sistema (inscrevendo-se numa cadeia mercadológica de produção, distribuição e consumo) –, que o filme levanta questões e movimentando sentidos relacionados ao estatuto da mudança, produzindo efeitos que questionam os discursos hegemônicos, segundo os quais os processos revolucionários modificam a realidade e, ao modificá-la, instauram novas formas de vivenciá-la.

Ao construir um espaço de luta e disputa pelos sentidos associados às conjunturas históricas que busca representar, o discurso fílmico não resiste, diante das condições de produção que ele encontra, ou nas quais se encontra, e dos efeitos advindos das filiações a regiões do interdiscurso que funcionam nessa conjuntura. Assim, o filme visibilizado é o filme possível, que,

dadas as condições de produção nas quais a materialidade fílmica se inscreve e o recorte interpretativo que aqui fizemos, não poderia ser de outro modo. Discursivamente, o filme se efetiva a partir de uma não resistência, sendo essa a sua única possibilidade de existir enquanto tal. Retomando um dos pontos incontornáveis apresentados por Pêcheux (1997, p. 304) em relação ao inverno político francês, “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ‘ousar pensar por si mesmo’”.

Quando afirmamos que o filme produz, discursivamente, uma resistência que não resiste, o fazemos a partir de gestos de interpretação que apontam para o processo de interpelação ideológica, que impossibilita, aos produtores do filme, visibilizarem as barreiras políticas invisíveis. A saber, a democracia liberal participativa que, ao criar formas de participação popular nas decisões políticas, acaba por submeter as necessidades de quem participa aos critérios de quem define as regras do jogo.

Para que a resistência fosse, materialmente, possível, as condições de produção do filme, que se sustentam *no e pelo* capitalismo¹⁷, precisariam mobilizar um espaço discursivo capaz de inscrever os sujeitos fora dos procedimentos criados no bojo da economia do mercado ou capaz de desestabilizá-los. Como consequência desse processo, o filme recai no entretenimento. Enquanto entretenimento, ele engrena práticas e estéticas que identificam e caracterizam processos sociais singulares, que, como afirma Turner (1997), vão desde a criação de um novo aparelho perceptivo para a humanidade, permitindo ver a realidade de outra(s) forma(s), até a consolidação de uma indústria específica. No entanto, como apontam os processos de produção dos sentidos

¹⁷ O filme, como produto mercadológico, distribuído em circuito comercial, explicita o fato de que a obra só se constitui como tal *no e pelo* capitalismo.

e de posicionamento(s) discursivo(s) explicitados no percurso de análise, o filme não se realiza plenamente como a oposição que pretendia configurar/sustentar. Nesse sentido, ele permanece no terreno do (i)rrealizado possível.

Considerações Finais

Ao questionarmos sobre os processos pelos quais se (in)visibilizavam posicionamentos de resistência na materialidade fílmica, pretendendo compreender os procedimentos midiáticos que se punham em funcionamento na formação e consolidação de memórias, e se a resistência chegava a se constituir de fato, buscávamos explicitar a *falha* (bloqueios da ordem ideológica) que permitia com que emergisse a dúvida acerca do objeto ao qual o filme pretendia resistir. Dito de outra forma, o filme é intencionalmente posicionado de maneira a questionar, polemizar e criticar o modelo capitalista de organização da economia – talvez um dos fatores que o tenha levado a ganhar grande repercussão e prêmios em festivais europeus. Mas considerando a resistência possível *na e pela falha*, e tendo em vista que é pelo inconsciente que a ideologia afeta o sujeito, sendo esta responsável pela produção do efeito de evidência/de naturalidade, não é necessariamente pela consciência que ela se produz. Portanto, o fato de o sujeito se marcar do lugar social de quem resiste ou busca resistir a alguém ou a alguma coisa, não significa, propriamente, que ele resista. Há sentidos possíveis de se controlar e outros que fogem ao nosso controle. Por isso, analítica e discursivamente se considera a existência do descentramento do sujeito, sendo este afetado, também, pelo inconsciente.

Visualizamos de forma regular vestígios de uma *falha* no discurso fílmico que nos permitia questionar se, de fato, essa resistência chegava a se efetivar, e se os questionamentos que o

discurso fílmico levantava produzia movimentos significativos nos discursos hegemônicos sobre a conjuntura na qual se inscrevia/buscava se inscrever. Tal *falha*, como pode ser visualizado no percurso analítico que realizamos, está relacionada tanto ao processo de interpelação ideológica quanto aos processos de constituição e sedimentação de memórias. No nível da interpelação ideológica, podemos explicitar o funcionamento discursivo de uma resistência que não resiste, que a todo o momento busca construir uma oposição que não se efetiva, pois se depara com condições de produção e se inscreve em práticas sociais que impedem o seu afloramento. A produção e distribuição comercial do filme, a sua apresentação em festivais, seus métodos de divulgação estão completamente filiados à maneira capitalista de organização da economia.

Não se produz a resistência ou, de outro modo, a produz como entretenimento, enquanto experiência vista (assistir ao filme), mas não encarnada, não materialmente usufruída. A própria mídia, na condição de instituição responsável pela produção e circulação de sentidos não é isenta do processo de interpelação ideológica, justamente porque não há como estar fora da ideologia. O que marca e produz a diferença são os modos como nós, sujeitos de linguagem e à língua(gem) somos afetados ideologicamente. Sobre isso, Pêcheux (1997, p. 161) explica que a interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso se dá “pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. Em nota, ele (1997, p. 182, grifo do autor) esclarece que não solucionará, ali, o problema relativo à “*natureza*” de tal correspondência, mas que não se trata de “pura equivalência (ideologia = discurso)”, tampouco de mera “distribuição de funções (‘prática discursiva’/‘prática não discursiva’)”. E aponta a ocorrência de “uma ‘intrincação’ das formações discursivas nas formações ideológicas” precisamente na “interpelação”.

Acerca dos processos de formulação e sedimentação de memórias, o funcionamento discursivo do filme aponta para o fato de que o silêncio¹⁸, funcionando pelo apagamento, silenciamento, como aquilo que não chega a ser enunciado na formulação como imagem visual ou texto verbal, mas é constitutivo do dizer, atua diretamente na consolidação das memórias.

Ao selecionar determinadas imagens visuais dos movimentos revolucionários, comparando três momentos específicos e tentando demonstrar as semelhanças entre tais momentos, a materialidade-fílmica silencia, na relação com os cinespectadores – mesmo sendo estes o povo tcheco –, as diferenças possíveis entre tais momentos, a saber, as condições materiais de existência que caracterizam o capitalismo, o socialismo e os momentos de mobilização social. Tais diferenças, tendo sido vivenciadas materialmente pela população tcheca, são invisibilizadas no discurso fílmico, não permitindo com que essas memórias históricas aflorem. Nesse sentido, a memória que o filme põe em funcionamento é uma memória que se estrutura a partir do esquecimento e da interdição. Do esquecimento, pois (im)possibilita que um determinado dizer aflore. Da interdição, pois se estrutura a partir do silenciamento da possibilidade de existência de uma terceira via, de uma maneira outra de compreender os mesmos fatos. Em outras palavras, esse funcionamento discursivo impede a consolidação da memória pré-existente, material/izada na sociedade tcheca, ao mesmo tempo em que não permite o afloramento de outras memórias possíveis, mas reforça a memória que surge na *falha*, aquela que valida à impossibilidade da existência de um mundo com outras bases.

¹⁸ Em sua teorização sobre as formas do silêncio, Orlandi (1997, p. 73) esclarece que “a falha e o possível estão no mesmo lugar, e são função do silêncio”.

Dessa forma, os gestos de leitura que realizamos do *corpus* de análise permitiram explorar os limites da interpretação, levando-nos ao encontro de uma operação discursiva que sustenta uma resistência que, de fato, não resiste. Ao tentar produzir novos sentidos para as conjunturas que busca representar, o filme se depara com as condições de produção capitalista na qual se inscreve. Efetivamente, o discurso fílmico não promove um movimento de desestabilização dos discursos hegemônicos aos quais busca se opor. Pelo contrário, acaba por validar tais discursos.

Tal funcionamento discursivo, de certa forma, visibiliza o que Pimentel, (2003, p.13), ao tratar da questão da resistência em Pêcheux (1990), afirma: “Muitas vezes o combate ao discurso dominante reforça o lugar desse discurso de dominação e a posição de dominador e de dominado”. É justamente nessa/por essa contradição que o discurso fílmico *falha*, apontando para uma não coincidência entre lugar social (do qual busca se marcar uma resistência, mas como oposição) e posição no discurso/posição-sujeito¹⁹ (significada, no discurso fílmico, pela não resistência na perspectiva do simbólico).

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1980.

¹⁹ Ao teorizar sobre “o processo sem sujeito nem fim(s)”, Althusser (1978, p. 67, grifo do autor) explica que a forma-sujeito “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”. Tais *indivíduos-agentes*, “agem sempre na forma de sujeitos, enquanto sujeitos”. Mas eles “só são ativos *na* história sob a determinação das relações de produção e de reprodução, e em suas formas”. Ao se referir à “forma-sujeito”, Pêcheux (1997, p. 163) faz, em nota (p. 183), menção direta a Althusser como aquele que introduz tal expressão, citando parte desse mesmo trecho por nós apresentado.

_____. Observação sobre uma categoria: “O processo sem sujeito nem fim(s)”. In: **Posições-1**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 66-71.

_____. Resposta a John Lewis. In: *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 15-51.

BONFIM, Leonardo. *Sobre a Czech New Wave*. Disponível em: <<http://freakiumemeio.wordpress.com/tag/jaromil-jires/>>. Acesso em: 15 de ago. 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CZECH DREAM. *PRESS KIT CZECH DREAM*, 2004. Disponível em: <<http://www.ceskatelevize.cz/specialy/ceskysen/en/>> Acesso em: 15 de jul. 2010

CZECH DREAM. Directed by Vit Klusak and Filip Remunda .*TASKOVSKI FILMS Ltd* . 87 min. 2004.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da Lingüística*. 2. ed. Campinas: RG, 2010.

KREPSKO. *krepisko theatre group*. Disponível em: <<http://www.krepisko.com/>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

MALDIDIÉ, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MARCANC. *República Tcheca*. Disponível em: <http://www.marcanc.com/notes/notesc/notes_cz_hist.html> Acesso em: 13 out. 2010

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e o real da história: considerações a partir do texto *La Lengua de Nunca Acabar*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 219-223.

O’CONNOR, Colin. Interview with the directors and producers of *Czech Dream*, Vít Klusák & Filip Remunda In. *PRESS KIT CZECH DREAM*, 2004. Disponível em: <<http://www.ceskatelevize.cz/specialy/ceskysen/en/>> Acesso: 15 de jul. 2010

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas: Edunicamp, 1997.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 19, p.7-24, jul.– dez. 1990.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Orgs.). *Papel da memória*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007. p. 49-57.

_____. Remontons de Foucault à Spinoza. In: Toledo, M. Monforte (ed.). *O discurso político*. México: Nueva Imagem, 1980, p. 181-200. Trad. Maria do Rosário Gregolin [em pdf].

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Edunicamp, 1997.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. A resistência nos discursos revolucionários: o lugar da estabilização e o lugar do movimento. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v.4 n.8 p.11-17 jul/dez. 2003.

TAKAMATSU, Roberta. *Vera Chytilova: as imagens como reflexo do caos*. Disponível em: <<http://revistaturana.com/2010/07/20/vera-chytilova-as-imagens-como-reflexo-do-caos>>. Acesso em: 2 ago. 2010.

TURNER, Graemer. *Cinema como prática social*. São Paulo: Summus, 1997.

Por uma análise do discurso da sexualidade

Pedro Navarro

Introdução

O fio condutor que alinhava as discussões apresentadas neste texto tem duas finalidades: indicar possibilidades de reflexão teórica sobre a relação entre sujeito e discurso e procurar, com base no chamado “último Foucault”, elementos teóricos e metodológicos para o empreendimento do que pode vir a se tornar uma análise do discurso da sexualidade.

Da leitura de alguns escritos de Michel Foucault - particularmente do texto “Retornar à história”, dos volumes 1 e 2 de *A história da sexualidade* e da obra *O governo de si e dos outros*, e especialmente das aulas do dia 05 de janeiro a 09 de fevereiro, do curso ministrado no Collège de France no ano de 1983 - retiro alguns elementos que permitem analisar a relação entre sexualidade, prática da confissão e verdade, localizando aí a produção do sujeito idoso, daquele sujeito ao qual certos discursos midiáticos atribuem uma idade específica: a “melhor idade”.

As análises realizadas até o presente¹ indicaram que os enunciados midiáticos se agrupam em torno de quatro “trajetos temáticos” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2002), os quais permitem observar o modo como o idoso e o seu corpo são tomados como objetos de discurso sobre os quais incidem relações de saber e de poder. Os trajetos temáticos são os seguintes:

1. Um corpo que não envelhece;
2. Um corpo que não se cansa;
3. Um corpo que produz;
4. Um corpo que deseja.

O índice da reportagem feita pela edição especial da revista *Veja* intitulada “A melhor idade” sintetiza esses quatro trajetos:

(01) “Carta ao leitor. Saúde – dicas para viver mais e melhor. Sexo – o prazer redescoberto. Vida a dois – histórias de uniões duradouras. Divórcio – o agitado clube dos descasados. Paquera – eles não gostam de ‘ficar’. Perfis – no auge, eles falam de envelhecer. Trabalho – por que adiar a aposentadoria. Comida – monte sua confraria gastronômica. Beleza – a juventude de volta (sem bisturi). Família – estudo sobre paternidade tardia. Fitness – ainda é possível entrar em forma. Guia – lazer e cultura no exterior” (Revista *Veja*, São Paulo, 31 ago. 2005. Especial “A melhor idade”).

Na parte inferior da página em que consta esse índice, a revista traz a imagem fotográfica do escritor Marcilio Moraes, de 60 anos, praticando rapel.

¹Refiro-me ao projeto institucional “Práticas discursivas de subjetivação”, em desenvolvimento na Universidade Estadual de Maringá, o qual congrega alunos de iniciação científica e pós-graduandos em Letras.

Em virtude dos propósitos deste artigo, atendo-me ao quarto trajeto, *Um corpo que deseja*, com o objetivo de compreender os processos de subjetivação do idoso em sequências enunciativas retiradas de uma reportagem do caderno especial Maioridade, do jornal *Folha de S. Paulo*, veiculada no dia 15 de março de 2009.

Parto da hipótese de que os enunciados que circulam no discurso midiático são formulados no interior do dispositivo da sexualidade que aciona como mecanismo de produção de subjetividades a técnica da confissão, por meio da qual se extrai a verdade sobre a experiência da sexualidade desse sujeito.

Para esboçar essa análise do discurso da sexualidade desenvolvo o que chamo de quatro questões de método: 1) a análise da mudança e do acontecimento; 2) dizer o sexo e a verdade como “experiência”; 3) o governo dos vivos e a questão de “dizer a verdade”; 4) a “colocação do sexo em discurso”.

1 A análise da mudança e do acontecimento

Não obstante certa irritação de Foucault em relação aos que não se cansavam de enquadrá-lo no movimento estruturalista ou que, em entrevistas, interpelavam-no perguntando-lhe se era estruturalista, no texto “Retornar à história” ele recupera quatro estudos de quatro grandes autores do estruturalismo para dizer o seguinte: “O estruturalismo não se desviou, ao menos em seu começo, da história: ele pretendeu fazer uma história, e uma história mais rigorosa e sistemática” (FOUCAULT, 2005, p. 282).

Esses autores estruturalistas são: Boas, que libertou o método etnológico do “velho modelo biológico” ao mostrar que as sociedades humanas obedeciam a certas relações internas que as definem em sua especificidade; Troubetskoi, que pretendeu criar para a fonologia um instrumento que permitisse passar da história de qualquer forma individual de um som à história bem mais geral do sistema fonético de toda uma língua; Barthes, com

sua ideia de “nível da escrita”, a partir da qual recolocou todo o problema da história da literatura, ao deslocar seu estudo de aspectos individuais, psicológicos e psicanalistas do escritor para as leis próprias de condicionamento e da transformação da literatura; e o mestre de Foucault, Dumézil, com sua análise da lenda romana de Horácio.

Desses quatro autores podemos tirar a seguinte proposição, que é como um pano de fundo da argumentação de Foucault: trata-se do empreendimento de uma análise estrutural que tem como característica fundamental não a análise de uma semelhança entre culturas e línguas, mas uma análise que dá visibilidade à diferença, e mais ainda, uma análise que faz funcionar uma interação de diferenças, com sua hierarquia e suas subordinações. Aqui, o estruturalismo paga a sua dívida com a ciência ocidental, uma vez que esses estudos possibilitam compreender as transformações que as sociedades são capazes de efetivar.

À análise desse estruturalismo historicizado Foucault não a chama assim neste texto, ele mescla outra, a dos arquivos comerciais do porto de Sevilha durante o século XVI. Agora não é mais do lado do Estruturalismo que ele vai reivindicar a prática de uma análise que tem por motivação a história do que os homens disseram, mas do lado da própria História, procurando revolucioná-la, do seu interior. Essa revolução da História já indica umas das características desse autor, que é pensar de modo diferente. Como isso se efetua?

A história serial não tem por objeto aqueles gerais e constituídos por antecipação, tais como o feudalismo ou o desenvolvimento industrial, como exemplifica o autor. Antes, seu objeto é definido a partir de um conjunto de documentos dos quais ela dispõe. Caminhando *pari passu* com esse estruturalismo historicizado, a história serial (aquela geral, não a global)

substitui, assim, a análise do tempo e do passado pela análise da mudança e do acontecimento.

Assim, de um lado o Estruturalismo definindo as transformações e de outro a história descrevendo os tipos de acontecimento, ambos tornam possível o aparecimento das transformações regradas e coerentes e das descontinuidades na História.

No caso que aqui me interessa particularmente, pode-se destacar pelo menos três acontecimentos que provocaram uma descontinuidade nos saberes sobre a velhice e que nos fazem olhar para um passado não tão distante que já não pudéssemos nos reconhecer nele: o surgimento da medicina estética, os avanços no campo da medicina nutricional e a descoberta do Viagra.

Eis, pois, a primeira questão de método, que também indica esse pensar diferente praticado por Foucault.

2 - Dizer o sexo e a verdade como “experiência”

Nesta segunda questão de método entro na história da sexualidade empreendida por Foucault (1988): a análise da sexualidade não como história dos comportamentos e das representações humanas, mas como a história da sexualidade vista enquanto uma “experiência”; e é a partir dessa noção de experiência que posso falar - agora me referindo às pesquisas realizadas no interior do grupo de pesquisa que coordeno²: uma experiência da subjetividade do idoso, uma experiência da subjetividade docente e discente, uma experiência da subjetividade do executivo e uma experiência da subjetividade masculina e/ou feminina; mas isso em termos de efeitos de determinados dispositivos de poder que, uma vez vinculados

²GEF – Grupo de estudos foucaultianos - (UEM/Cnpq).
<http://gefuem.blogspot.com/>

aos enunciados que são formulados na mídia, produzem a ideia de sujeito; de efeitos de poder vinculados aos saberes que se projetam sobre nós mesmos, produzem uma espécie de narrativa confortadora do eu, oferecem certas imagens de identidade coletiva para serem consumidas e dispõem - ainda me referindo a essa relação saber/poder - de técnicas que visam ao governo de si, e ao governo dos outros.

No que consiste essa experiência? Foucault a especifica em relação a sua história da sexualidade, mas, embora ele não faça menção a essa noção nas aulas sobre o governo de si e dos outros, somos autorizados a ver naquilo que ele chama de *parresía* a experiência da “coragem da verdade”.

O entendimento do que seja experiência pode ser alcançado acompanhando-se a história genealógica que o autor realiza em torno da sexualidade e da *parresía*; história genealógica porque não trata somente de recuperar os gregos, mas de ver nas suas práticas discursivas o exercício de um poder que não é aquele com todas as letras maiúsculas. Foucault se atém a essa longa viagem que faz da nossa modernidade à antiguidade para lá observar as mudanças e as transformações da sociedade. Estabelece não semelhanças, mas diferenças - entre textos gregos separados uns dos outros por séculos - e com isso observa as descontinuidades da História. Apesar de ele não assumir isso textualmente durante a exposição dessa história genealógicamente dirigida, não é de todo demasiado ou desmedido dizer que nela está o empreendimento de um estruturalismo historicizado e de uma história serial.

A experiência diz respeito a tudo aquilo que leva os indivíduos a se reconhecerem como sujeitos de uma sexualidade - acrescento - lembrando mais uma vez que Foucault não faz uso dessa noção nas aulas sobre o governo de si e o governo dos outros, que pode abarcar, também, tudo aquilo que conduz os

indivíduos a se reconhecerem como sujeitos de um discurso que pratica o exercício do “dizer-a-verdade”, o exercício da *parresía*.

Aqui novamente o pensar diferente de Foucault se manifesta no momento em que para o empreendimento dessa história genealógica ele se afasta de duas formas assentadas e estabilizadas de analisar a sexualidade: uma que localiza essa história nos comportamentos e nas representações e uma que faz a história pelos mecanismos de interdição, vendo a repressão do sexo como uma evidência histórica.

Contrariamente a essas duas perspectivas, as análises de Foucault dão visibilidade a uma forma dinástica do poder, que se exerce na medida em que põe em funcionamento uma economia geral dos discursos sobre o sexo no seio das sociedades modernas a partir do século VXII, ou - para me valer da fórmula foucaultiana - sobre a “colocação do sexo em discurso”.

O tema que Foucault persegue pode ser resumido nas suas seguintes palavras:

o ponto essencial” é levar em consideração “[...] o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de quem fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “fato discursivo” global, a ‘colocação do sexo em discurso’ (FOUCAULT, 1988, p. 18).

A noção de experiência em Foucault compreende uma correlação, em uma dada cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetivação; ou seja, a experiência se nutre e se desenvolve à medida que as práticas discursivas instauram saberes sobre o homem, as tecnologias de poder disciplinam e controlam os corpos dos sujeitos e os indivíduos, por meio de um conjunto de práticas que conjugam saberes e poderes, praticam uma arte de existência.

Em *História da sexualidade: o uso dos prazeres*, Foucault (1984) faz uma espécie de resumo de toda a sua obra, na tentativa de explicitar o que chama de experiência. Segundo ele, na análise das práticas discursivas ele pôde descrever a formação dos saberes escapando do dilema entre ciência e ideologia. A análise das relações de poder e de suas tecnologias possibilitou focalizar tais relações como estratégias abertas, com isso escapando da ideia de poder como dominação. Agora, a análise da experiência é feita a partir das

práticas pelas quais os indivíduos são levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos do desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade do seu ser (FOUCAULT, 1984, p. 11).

Com a história genealógicamente dirigida a respeito do sexo, Foucault mostra que a problematização da moral e da sexualidade está relacionada a um conjunto de práticas que tiveram uma importância considerável na sociedade ocidental, as quais ele denomina “artes de existência” (FOUCAULT, 1984, p.15). Já no tocante à questão do “dizer-a-verdade”, o tema *falar francamente* lança luz sobre nossa atualidade, na medida em que esse filósofo interroga o estatuto do dizer verdadeiro e do exercício da *parresia* em relação ao governo de si e das populações.

3 - O governo dos vivos e a questão do “dizer-a-verdade”

No campo da política, o foco de atenção de Foucault (2010) é saber como se dá o governo de si e dos outros, e isso o conduz ao tema da coragem da verdade, ao exercício, pois, da *parresia*, que permite a governamentalidade. A pergunta que Foucault formula é muito elucidativa dessa coragem de dizer a verdade, inclusive porque, apesar de descrever o uso histórico do termo

parresía em peças gregas da antiguidade, é uma interrogação sobre o nosso tempo presente. Eis a pergunta:

[...] quem vai tomar a palavra, quem vai poder, de fato, exercer sua influência sobre a decisão dos outros, quem vai ser capaz de persuadir e que, proferindo o que estima ser a verdade, vai poder servir de guia dos outros?" (FOUCAULT, 2010, p. 172).

Segundo Pradeau (2004), o projeto da história da sexualidade não pode ser dissociado das pesquisas de Foucault sobre política, uma vez que as práticas e as tecnologias de si complementam os trabalhos que permanecem no formato de cursos, nos quais o filósofo tratou da noção de "governo", este definido por ele como o conjunto das técnicas e dos procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens.

Tanto na *História da sexualidade* quanto no *Governo de si e dos outros* Foucault faz uma espécie de viagem de retorno da época moderna, através do cristianismo até a Antiguidade, a qual permite fazer o diagnóstico do nosso tempo presente. De certa forma, essa interrogação sobre o presente mediante as mudanças e as interrupções ocasionadas em outras épocas já está presente nas pesquisas desse autor sobre as práticas discursivas. Foucault finaliza seu prefácio de *As palavras e as coisas* afirmando que gostaria de restituir a nosso presente, que ele chama de "solo silencioso e ingenuamente imóvel", as suas rupturas, a sua instabilidade e as suas falhas. Isso feito, nosso tempo presente poderia, então, aquietar-se novamente sob nossos passos (FOUCAULT, 2000).

Uma imagem dessa forma de diagnosticar o tempo presente é dada por ele mesmo no volume dois da *História da sexualidade*, quando diz que "a viagem rejuvenesce as coisas e envelhece a relação consigo" (FOUCAULT, 1984, p.15); e ao fazer essa viagem de retorno, Foucault apresenta, por assim dizer, a idade do homem, a nossa idade; e quanto à Antiguidade, embora

estejamos muito distantes dela, pode falar de nós como sujeitos sujeitados ao discurso da sexualidade e ao discurso da verdade.

Um exemplo: a primeira aula do curso sobre o governo de si e dos outros (05 de janeiro de 1983) é dedicada ao entendimento da ideia de “esclarecimento” que aparece em um texto de Kant de 1784. Foucault (2010, p. 12) destaca desse texto uma questão geral sobre a atualidade, que se desdobra de três formas, as saber: “[...] o que acontece hoje? O que acontece agora? O que é esse ‘agora’ dentro do qual estamos todos, e que é o lugar, o ponto [do qual] escrevo?”.

Na resposta ao que é o Iluminismo, Kant diz que é a possibilidade de saída do homem da sua minoridade, pela qual ele mesmo é o responsável - minoridade que se traduz como a incapacidade dos homens de servir-se do seu entendimento sem a direção de outros homens; e a saída desse estado de minoridade, como Foucault mostra, é “a nova repartição, a nova distribuição do governo de si e do governo dos outros” (FOUCAULT, 2010, p. 36).

É no governo de Frederico da Prússia que Kant vai buscar um exemplo de saída do estado da minoridade. Para Foucault, Frederico da Prússia, de Kant, é o governante-agente da atualidade, exemplo de governo que pode conduzir o homem do estado de minoridade para o de maioridade. Na sua maneira de governar, segundo Foucault, há um ajuste

entre um governo de si que se fará na forma do universal (como discussão pública, raciocínio público e uso público do entendimento) e, de outro lado, o que vai ser obediência, obediência à qual serão constringidos todos os que fazem parte de uma sociedade dada, de um Estado dado, de uma administração dada (FOUCAULT, 2010, p. 37).

A importância do texto de Kant (autor situado no século XVIII) que inaugura as aulas de Foucault sobre o tema do governo dos

vivos está no fato de que esse tipo de governamentalidade, que pode operar a passagem de um estado de menoridade ao estado de maioridade, já estava elaborado em textos da Antiguidade, em especial na tragédia *Íon*, de Eurípedes, da qual Foucault se vale em todas as aulas, de 1982 a 1983, para fazer a história genealógica da noção de *parresía*.

A esse respeito cumpre lembrar que não se trata de restituir um passado supostamente coeso, de reatar laços de continuidade com os gregos para que possamos então compreender quem somos nós hoje. Por exemplo, ao descrever “os usos dos prazeres” em textos de filósofos e de médicos gregos do século IV a.C., Foucault afirma que não se pode inferir que a moral sexual do cristianismo e a do paganismo formem continuidade: “[...] diversos temas, princípios e noções podem perfeitamente se encontrar num e noutro; não possuem, no entanto, o mesmo lugar e o mesmo valor em ambos” (FOUCAULT, 1984, p. 23). Assim, não se deve concluir das aproximações que ele faz entre essas duas culturas que a moral cristã relativa ao sexo estava, de certo modo, pré-formada no pensamento antigo. Antes, segundo o autor, é preciso considerar que, bem cedo, na reflexão moral da Antiguidade, formou-se uma temática acerca da austeridade sexual, e que essa temática guardou certa constância no tempo entre essas duas culturas.

Em síntese, a experiência da sexualidade e a experiência de falar francamente constituem duas importantes questões de método a partir das quais formulo duas grandes interrogações sobre a produção de subjetividades no discurso:

SEXO → VERDADE → SUBJETIVAÇÃO

- 1) Quem pode falar sobre o sexo e quais as suas formas de discursivização?
- 2) Quem pode “dizer-a-verdade” e como se dá o exercício discursivo da *parresía*?

Passo a esboçar, na seção seguinte, em torno da quarta e última questão de método, uma proposta de análise do discurso da sexualidade com base no que foi exposto até aqui.

4 - A “colocação do sexo em discurso”: verdade, confissão e subjetivação do idoso em textos midiáticos

A quarta e última questão de método refere-se aos elementos que podemos destacar para uma prática de análise do discurso da sexualidade tal como Foucault os apresenta na *História da sexualidade* 1 e 2 e no *Governo de si e dos outros*, e a como podemos tirar proveito desses elementos para uma reflexão sobre discurso, subjetividade e mídia.

No volume da *História da sexualidade* consagrado à “vontade de saber”, Foucault afirma que os governos percebem que não lidam apenas com sujeitos, nem somente com um povo, mas com a população e, por corolário, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias, como natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de moradia. Neste sentido, não se trata simplesmente de julgar o sexo, mas de administrar as suas formas de manifestação. O sexo “deve ser assumido por discursos analíticos” (FOUCAULT, 1984, p.31).

Isto posto, no que se refere aos elementos teórico-metodológicos que se podem depreender dos estudos de Michel Foucault sobre o que ele chama, genericamente, de “colocação do sexo em discurso”, gostaria de destacar dois aspectos que podem nos ajudar a compreender o modo como, discursivamente, nossa sociedade encara a sexualidade e, assim, o modo como os indivíduos se constituem como sujeitos de uma sexualidade, ou melhor, como os indivíduos se constituem sujeitos por meio do dispositivo da sexualidade. O primeiro aspecto é a distinção entre arte erótica e ciência da sexualidade; o segundo refere-se à

técnica da confissão. Em relação a essa técnica, nota-se que ela não aparece nos textos analisados na sua forma mais convencional. O que se observa é a confissão do idoso sobre a sua experiência com a sexualidade assumindo a forma de depoimento, sequência linguística típica do gênero textual no qual a reportagem da *Folha de S. Paulo* se assenta.

Nos enunciados dessa reportagem a administração das formas de manifestação da sexualidade atualiza um tipo de governo que se exerce sobre o corpo do idoso, e para o funcionamento desse poder microfísico o discurso científico desempenha um papel importante, na medida em que invade o campo da sexualidade, projetando-se sobre o modo como o idoso pode/deve cuidar de si na condição de um sujeito de sexualidade. O que vemos funcionar aí são dois procedimentos históricos de produção da verdade do sexo expostos por Foucault (1988): a arte erótica e a ciência da sexualidade.

Pelo procedimento da arte erótica, a verdade sobre o sexo é extraída do próprio prazer. É uma prática e uma experiência não determinadas por uma lei do proibido ou do permitido nem reduzidas a um critério de utilidade. Na arte erótica o sexo deve ser conhecido como prazer, segundo sua intensidade, sua qualidade, “suas reverberações no corpo e na alma”. É um “saber que deve recair, proporcionalmente, na própria prática sexual” (FOUCAULT, 1988. p. 66).

Nas duas sequências seguintes, elementos de arte erótica parecem enquadrar e, ao mesmo tempo, fundar o conhecimento que o sujeito da sexualidade tem de seu corpo:

(1) “Do bolso do microempresário Néelson Oliveira, 66, não sai um tostão para comprar Viagra. E ele garante que, desde que se casou, há 48 anos, transa diariamente com a mulher. Ao lado, Néia, 65, só confirma. ‘É sim, é sim’”.

(2) “[...] o músico Jurandir Bueno, 62, [...] jura que nunca tomou nada e que vai transar até o fim da vida; confia no próprio corpo, diz, Só faz uma ressalva: ‘O processo é demorado. ‘Gosto de conhecer bem a pessoa, preciso estar envolvido. Não sou uma máquina’”.

O exceto “gosto de conhecer bem a pessoa, preciso estar envolvido. Não sou uma máquina” dá visibilidade a um saber que se constitui a partir da experiência que o sujeito tem com a sua sexualidade, com o seu corpo, ou seja, um saber que não é atravessado pelo conhecimento científico sobre o sexo.

Já na ciência da sexualidade, o que se verifica é o campo científico constituindo o saber e a verdade sobre o sexo, tal como apresentam as sequências 3 e 4:

(3) “Em qualquer faixa etária, é previsível uma dose de exageros ou, digamos, inverdades sobre o desempenho sexual, afirma o geriatra Wilson Jacob Filho [...] ‘O que se espera deles é que se mantenham viris, e os que não são suficientemente esclarecidos associam a dificuldade sexual à incompetência, e não a doenças como diabetes, hipertensão, depressão ou problemas na próstata’”.

(4) “Da série de novidades e transformações recentes que contribuíram para tornar o idoso ‘visível e protagonista’, como reza o jargão antropológico, o início da comercialização do Viagra, em 1998, é tido como marco, O medicamento anti-impotência simplesmente recolocou os homens mais velhos num jogo para o qual eles não eram mais escalados”.

Nesse cruzamento de elementos de uma arte erótica com elementos de uma ciência da sexualidade, o que observamos é o funcionamento de um dispositivo de subjetivação que “vincula a injunção da confissão aos métodos da escuta clínica” (FOUCAULT, 1988, p. 77).

Eis outra sequência enunciativa ilustrativa dessa técnica que tira da confissão a verdade sobre a sexualidade dos indivíduos:

(5) “A palavra-chave é compreensão, define o empresário Wanderlei Marques, 62, casado há 32 anos. ‘Quando você é recém-casado, toda hora é hora. É aquela loucura. Mas, como a gente faz muitas vezes, a qualidade fica pra depois’. Ele conta que, em todos esses anos, o período sexual mais difícil foi quando nasceu o primeiro filho. ‘A mãe, ali, é só da criança. Se você estiver com vontade, vai continuar’. Wanderlei não se incomoda em dizer que usa remédio. ‘Não adianta dizer que a disposição sexual não cai com a idade. Por sorte, a medicina está a nosso favor’. E manda seu último recado: ‘Não existe Viagra pra mulher. Então, se você toma o comprimido, mas ela está fria, não adianta nada’”.

Para Foucault, o século XIX deslocou a confissão no momento em que a reintegrou a um projeto de discurso científico, de modo que conhecer a verdade sobre a sexualidade dos indivíduos é arrancar essa verdade deles com o uso da técnica da confissão; e essa verdade, ainda segundo o autor, só se deixa revelar “através de uma confissão da qual participam o interrogador e o interrogado” (FOUCAULT, 1998, p.75).

Cumprido, pois, analisar os papéis que esses dois sujeitos desempenham no discurso do caderno da *Folha*, análise que podemos fazer apropriando-nos da que Foucault faz sobre as formas de injunção do “dizer-a-verdade” sobre o sexo.

Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que a materialidade desse discurso da confissão sobre o sexo não se apresenta na forma de entrevista jornalística, em que, supostamente, ter-se-ia mais bem definido o lugar que o interrogador e o interrogado ocupam na superfície textual. A experiência da sexualidade do idoso é enunciada na forma de reportagem, e o acesso a essa experiência só é obtido por meio das respostas dos interrogados às

perguntas subentendidas do interrogador - no caso, o sujeito do enunciado jornalístico. Este, legitimado pela prática discursiva jornalística aqui exercida, passa a interpretar a confissão dos sujeitos que foram convidados a falar sobre sua experiência com o sexo na terceira idade.

Aqui, o discurso põe em funcionamento um dos procedimentos pelos quais a vontade de saber sobre o sexo é colocada em discurso pelo uso da técnica da confissão. Esse procedimento é chamado por Foucault (1988) de “método da interpretação”. Como esse procedimento é posto em jogo na reportagem do caderno da *Folha de S. Paulo*?

A verdade sobre o sexo produzida na reportagem passa pela seguinte relação: ela não está unicamente no sujeito interrogado, que passa a revelá-la como se ela estivesse, então, pronta e acabada. Essa verdade incompleta naquele que fala só pode se completar naquele que a acolhe, ou, como quer Foucault, naquele que a extorque - no caso aqui analisado, o entrevistador, o sujeito produtor da reportagem. Eis outra sequência enunciativa:

(6) “Quase metade dos idosos ouvidos na pesquisa declara ter relações sexuais – um quarto deles, uma vez ou mais por semana. Mesmo na faixa dos maiores de 75, 24% se revelaram sexualmente ativos. Os mais afoitos podem dizer que, com o advento das drogas para disfunção erétil, agora é fácil. Só que 88% dos homens entrevistados dizem nunca ter usado remédio, embora até admitam mudança no desempenho”.

A função desse enunciador jornalístico é hermenêutica, uma vez que seu poder não consiste apenas em fazer “dizer-a-verdade” sobre o sexo, mas em constituir, por meio da confissão, um discurso de verdade.

Por outro lado, em termos ainda de funcionamento desse discurso de verdade sobre o sexo, esse interrogador midiático,

que faz a confissão se manifestar na forma de pesquisa jornalística, não está sozinho para interpretar essa verdade ainda incompleta nos testemunhos e nos relatos dos entrevistados. A essa voz que interpreta outra legitimada se soma a voz dos médicos geriatras, dos psiquiatras, dos psicanalistas e dos antropólogos.

Eis um exemplo:

(7) “No lado da mulher madura, os avanços da medicina estética aparecem como um genérico menos poderoso do Viagra. **Eles também ajudam a tratar a autoestima. A gente acha uma besteira, porque supostamente não precisa disso. Mas o importante não é o que a mulher é, e sim o que ela pensa que é,** afirma”. (o *grifo* corresponde à afirmação do geriatra Clineu de Mello Almada Filho, da Unifesp)

Seguindo-se a tradição francesa de fazer análise de discursos, uma descrição/interpretação dessa heterogeneidade mostrada nos daria uma ancoragem linguística para compreender a prática discursiva aqui exercida que faz o idoso falar sobre sua experiência com o sexo, pela vontade de saber sobre sua sexualidade na terceira idade. É, pois, nessa forma de colocação do sexo e da verdade em discurso que vemos se manifestar o exercício de uma governamentalidade.

O processo de subjetivação do idoso se faz na interação (no jogo) entre a confissão do cuidado de si como sujeito de uma sexualidade e a interpretação do sujeito enunciador, o outro a quem o interrogado tem de confessar, e essa confissão e interpretação são ainda mediadas pelo discurso científico. Em outros termos, a identidade do sujeito que confessa sua verdade sobre o sexo se constitui na interpretação que seus outros (o jornalista e as vozes legitimadas pela ciência da sexualidade) fazem da sua confissão.

Considerações finais

Minha proposta nesse texto foi esboçar uma possibilidade de fazer análise do discurso da sexualidade com base em postulados de Michel Foucault, procurando articular conceitos como experiência, sexualidade, verdade e governamentalidade, na tentativa compreender como se dá o exercício de uma prática discursiva midiática que “faz” o sujeito idoso falar da sua sexualidade na terceira idade.

As quatro questões de método tiveram como objetivo mostrar que é possível encontrar no chamado *último Foucault* elementos teóricos e metodológicos para se fazer análise de discursos, embora, explicitamente, não fosse esta a intenção do autor em seus últimos trabalhos, nos quais se distanciou de noções como discurso, enunciado, formação discursiva e regras de formação.

Brevemente apontamos para algo que poderá servir como objeto de outras análises: a possibilidade de descrever, do ponto de vista linguístico, como se efetua, discursivamente, o governo dos vivos. Para tanto, fizemos menção ao fenômeno da heterogeneidade discursiva, procurando compreender nos enunciados o coro de vozes que se projeta sobre o sujeito idoso.

Encerro essa breve discussão sobre sujeito, discurso e sexualidade com a seguinte citação de Foucault:

“Nós dizemos a sua verdade [**a verdade do sexo**], decifrando o que dela ele nos diz; e ele nos diz a nossa, liberando o que estava oculto. Foi nesse jogo que se constituiu, lentamente, desde há vários séculos, um saber do sujeito. Saber não tanto sobre sua forma, porém daquilo que o cinde; daquilo que o determina, talvez, e sobretudo o faz escapar a si mesmo (FOUCAULT, 1988, p. 78, *grifo nosso*).

Referências

CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque. 12 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. 20 ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Retornar à história. In: FOUCAULT, M. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento/Michel Foucault*. Coleção Ditos & Escritos II. Organização e seleção de textos, Manuel Barros da Motta; trad. Elisa Monteiro. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295.

_____. *O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

PRADEAU, J-F. O sujeito antigo de uma ética moderna. In: GROS, F, (org.). *Foucault: a coragem da verdade*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004, p. 131-153.

Humor e grandes frases

Sírio Possenti

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal analisar um conjunto de “pequenos textos” de caráter genericamente humorístico, na verdade, frases¹, cujo humor decorre de certos traços de declarações consideradas um pouco ironicamente “importantes”, em diversas áreas (cinema, política, ciência etc.). A importância de tais frases pode ser avaliada pelo fato de fazerem parte de coleções a que não falta prestígio, que resulta, de fato, do prestígio das referidas frases (considerado também seu interdiscurso), cujos autores, em geral conhecidos por outros trabalhos, são frequentemente considerados grandes frasistas. Esta característica os qualifica, de certa forma, como pensadores, embora estejam na contramão da alta filosofia ou ao pensamento dominante considerado “do bem”. Esta fama decorre exatamente de dizerem verdades em princípio não enunciáveis em espaços

¹ É assim que são chamadas, tanto correntemente quanto em coletâneas.

convencionais. Espero, no final, poder caracterizar melhor seu funcionamento.

O trabalho é parte de um projeto mais amplo de estudos do humor e, ao mesmo tempo, parte de um projeto do Centro de Pesquisas FEsTA², no interior do qual privilegia-se o estudo de frases. O resultado esperado é uma caracterização sempre mais fina de textos humorísticos, à luz da Análise do Discurso, considerando especialmente as relações entre sentido e circulação dos discursos.

Dois tipos de dados

O trabalho reúne um corpus marcado por dois traços. Muitas vezes, as chamadas “pequenas frases”³ não têm nenhum efeito humorístico. Genericamente, pode-se dizer que abastecem polêmicas, e que, por isso, são excelentes exemplos do que Maingueneau chamou de “percurso” – isto é, tais frases têm um percurso por diversas formações discursivas, atravessam fronteiras. Exemplos brasileiros mais ou menos recentes são “esqueçam o que escrevi”, “prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo”, “estou me lixando para a opinião pública”, “esta crise é de banqueiros brancos de olhos azuis”, “é possível ter prazer anal” etc. Em outros casos, porém, o efeito de humor é certamente intencionado, ou seja, os autores esperam que suas frases *sejam lidas* como pertencendo ao campo do humor. O fato de, frequentemente, se oporem a outras tantas frases consagradas

² Fórmulas e Estereótipos: Teoria e Análise. Ver <http://www.iel.unicamp.br/pesquisa/arquivos/FEsTA.pdf>

³ Ver os diversos artigos publicados em *Communication & Languages* 168, volume dedicado ao tema “Les ‘petits phrases’ en politique”.

funciona como indício de um efeito de humor “pretendido”⁴, não apenas de uma relação interdiscursiva polêmica.

O corpus consistirá fundamentalmente de uma seleção de frases constantes no livro *Mau humor; uma antologia definitiva de frases venenosas*, organizado por Ruy Castro (São Paulo: Companhia de Bolso). Não serão com analisadas piadas cujo gatilho envolve, de alguma forma, frases conhecidas ou provérbios, que, ocorrendo em contextos distintos dos “originais” ou característicos, demandam interpretações completamente diferentes das usuais, portanto, surpreendentes, traço do qual decorre seu efeito de humor. Essas piadas funcionam pelo deslocamento de certas frases de seu campo original. Em geral, trata-se de deslocamento de um campo “alto” (religião, ciência, moral) para um “baixo” (sexo, excreção etc.).

Um exemplo seria: *“Duas freiras são atacadas e estupradas. Uma delas diz: - Pai, perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem. A outra retruca: - Só se for o teu, porque o meu é um artista”*. O gatilho desta piada⁵ é “o meu é um artista” (um elogio a seu desempenho sexual), expressão cujo sentido se opõe a “não sabe o que faz”. Ora, “eles não sabem o que fazem” é uma declaração do Cristo na cruz, pedindo a seu Pai que perdoe seus algozes: neste contexto, “não sabem o que fazem” significa ‘desconhecem quem estão matando/torturando (o Filho de Deus)’. O deslocamento da frase para o campo sexual, na narrativa dos estupros, que deve ser lida na chave humorística, obriga a considerar duas interpretações: a primeira das freiras a emprega no sentido bíblico (eles não sabem que estupram freiras, ato mais grave que estuprar outras

⁴ Ponho aspas na palavra porque tal “pretensão” está a meio caminho entre o que, em pragmática, se chama de intenção do falante (seria ingênuo pensar que os autores das frases não sabem o que estão dizendo) e o fato de que seu efeito é decorrente de tais frases serem publicadas em volumes que, de alguma forma, indicam uma leitura preferencial, que inclui sua pretensão humorística.

⁵ Ver Raskin (1985).

mulheres), mas a segunda a toma como avaliação do desempenho sexual do estuprador: o estuprador dela, ao contrário do outro, ‘sabe o que faz’!

Analisarei um conjunto de dados que podem ser exemplificados por *“Ninguém tem um elenco como Walt Disney. Quando ele não gosta de um ator, simplesmente o apaga”*, de Hitchcock, que produz humor pela exploração surpreendente de dois sentidos de “apagar”: um é ‘eliminar’, ‘matar’ e o outro está diretamente associado ao desenho feito a lápis, alusão ao fato de que Disney se notabilizou também pela produção de desenhos, animados ou não. Como se vê, há um apelo à memória, além de um jogo específico de linguagem, muito corrente em piadas e outros textos humorísticos.

Alguns conceitos

Maingueneau (2008) apresenta duas características cruciais dos discursos, em especial se for considerada sua circulação, e, conseqüentemente, sua leitura por sujeitos “sociais”, e não apenas sua interpretação por analistas especializados. Tais características ocorrem em diversos discursos. Os casos que o autor analisa, que podem mesmo assim não recobrir todos os tipos, incluem a literatura, a filosofia e o jornalismo (tanto o popular quanto o “culto”).

A primeira dessas características é a *destacabilidade*. Maingueneau constata que, em nossas sociedades, circulam, isolados, isto é, citados fora de seu co(n)texto original, certos enunciados de organização pregnante, seja pela prosódia ou organização sintática ou “retórica”, seja por sua posição no interdiscurso. É especialmente relevante sua observação de que tais frases são destacadas em virtude de certas propriedades: sua forma, seu sentido, seu lugar no texto ou no paratexto. Em suma,

embora a afirmação pareça simples redundância, tais frases são destacadas por serem destacáveis.

O autor expõe, pela ordem, aspectos das máximas heróicas, que reduplicam de certa forma, pela exemplaridade, a própria figura do herói (a coragem não espera a idade), em especial seu caráter de certa forma paradoxal: apresentam-se ao mesmo tempo como imemoriais e como inéditas.

Em seguida, considera as fórmulas filosóficas, enfatizando diversas maneiras pelas quais a destacabilidade é indicada e o fato de que tais fórmulas participam de diversas dimensões (campo, arquivo, rede de práticas). Analisa rapidamente alguns exemplos, mostrando, inclusive, e com destaque, determinados efeitos de sentido decorrentes exatamente de sua descontextualização (como é o caso de “a religião é o ópio do povo”).

Outro conceito relevante é o de sobreasseveração. Brevemente, pode ser caracterizada por dois aspectos: a) sua destacabilidade: em virtude de um conjunto de traços, um enunciado é destacado (por exemplo, torna-se manchete ou intertítulo); b) para ocupar esta posição, é frequentemente alterado (abreviado, por exemplo, mas também pode ser reescrito para produzir maior “impacto”). Um bom exemplo é “**Olivier e Alexandra**: ‘Se a coisa não for bem entre nós, vamos contar para vocês’”, duplamente modificado: a) originalmente, não é uma fala do casal, mas de Olivier; b) a declaração original fora “Se, algum dia, a coisa não estiver bem entre nós, não vamos esconder”. Pode-se dizer que “vamos contar para vocês” é uma paráfrase de “não vamos esconder”, mas, obviamente, há outras coisas que tornam a nova versão mais “jornalística”.

As questões que mereceriam ser postas, aqui, são diversas, mas a fundamental é “quem é o autor da manchete?” Por um lado, seu “conteúdo” parece coincidir com a declaração original; por outro, há uma alteração do texto. Seu autor não é mais

Olivier, mas não se pode dizer simplesmente que seja o jornalista, dado que a alteração é uma paráfrase.

Dependendo da relevância do enunciado e de a alteração ser maior ou menor, o “autor” passa a ser percebido como um sobreasseverador. Ou seja, a Fonte do texto parece não ser uma fonte trivial, mas uma Fonte da qual provêm enunciados incomuns. Decorre disto o ethos característico que marca esses enunciados, um ethos “solene”.

Maingueneau (2007, 2010) avança em sua análise deste fenômeno com o conceito de aforização, que, de certa forma, condensa os passos anteriores, e avança. Propõe que a enunciação obedece a dois regimes de natureza distinta: um regime textualizante, que se materializa tipicamente em gêneros discursivos (de que tratam numerosos estudos); o outro regime seria aforizante, que assim se caracteriza: no interior dos textos ocorrem determinadas passagens que são destacáveis, eventualmente sobreasseveradas, e que soam como “verdades” cuja fonte é uma fonte superior. Os enunciados aforizantes ocorrem no interior dos textos, mas mantêm com eles uma relação tensa: é que como se “quisessem” sair deles, fugir dos contextos e dos contextos.

Os dois tipos de enunciação se opõem em diversos aspectos cruciais:

a) Na enunciação textualizante, os gêneros se dirigem a leitores específicos. Na aforizante, a uma espécie de “auditório universal”, que não se reduz a um destinatário localmente especificado: a aforização institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados no mesmo plano. O locutor é apreendido em sua plenitude imaginária. Fundamentalmente monolocal, a aforização tem como efeito centrar a enunciação no locutor.

b) Um texto é uma rede de pensamentos articulados por restrições de diversas ordens: argumentar, narrar, responder a uma pergunta, maldizer... Na aforização, o enunciado pretende exprimir o pensamento de seu locutor, alguém de qualquer jogo de linguagem: nem resposta, nem argumentação, nem narração, mas dito, tese, proposição, afirmação soberana...

c) Os gêneros são tipicamente heterogêneos. Na enunciação aforizante, ao contrário, o enunciado tende à homogeneidade, sem mudanças de planos enunciativos.

d) A aforização passa ao largo de todas as oposições midiológicas. É uma forma de dizer puro, quase próxima de uma consciência. O contrário ocorre nos textos genéricos: cada um ocupa um lugar típico na ordem do discurso.

e) O enunciado aforizado não se desenvolve para formar um quadro; ele contesta a inevitável espacialização da memória discursiva que cada texto constrói. Dessa forma, a aforização pretende escapar ao fluxo de comunicação, ser pura palavra. Os gêneros, ao contrário, sempre se referem a algo particular (ciência, religião, política...).

f) A enunciação textualizante resiste à apropriação por uma memória. É preciso ser ator ou bardo profissional para memorizar textos inteiros. Mas a enunciação aforizante implica a utopia de uma palavra viva sempre disponível, que atualiza o “memorável”: enunciando e mostrando que enuncia, ela se dá como parte de uma repetição constitutiva.

Assim, diz Maingueneau (2010)⁶ através da aforização, o locutor pode vir para o lado de cá ou ir para o lado de lá da diversidade infinita das interações imediatas, dos gêneros do discurso e dos textos. O “aforizador” assume o ethos do locutor que está no alto, de indivíduo autorizado, em contato com uma Fonte transcendente. Fala como se enunciasse *sua* verdade, que

⁶ Doravante, a exposição segue muito de perto o texto de Maingueneau (2010)

prescinde da negociação, que exprime uma totalidade vivida, seja uma doutrina ou uma vaga concepção da existência.

Se a aforização implica um locutor que se coloca como Sujeito de pleno direito, reciprocamente um Sujeito se manifesta como tal por sua capacidade de aforizar. Trata-se fundamentalmente de fazer coincidir *sujeito da enunciação* e Sujeito no sentido *jurídico e moral*: alguém se coloca como responsável, afirma os valores e os princípios perante o mundo, dirige-se a uma comunidade que está além dos alocutários empíricos que são seus destinatários. Na tradição filosófica, o Sujeito, o *sub-jectum*, é colocado abaixo, ele é o que não varia, o que escapa à relatividade dos contextos; Sujeito pleno, o aforizador pode responder por aquilo que diz através da pluralidade das situações de comunicação. Disto vem sua ligação estreita com a juridicidade: quando se quer condenar alguém pelo que disse, em geral o que é condenado não é um texto – sempre relativo a um contexto – mas uma aforização ou um conjunto de aforizações (p. 15)

A descontextualização das aforizações é acompanhada por uma opacificação de seu sentido (autor acrescenta). Exige-se, então, um trabalho interpretativo. Não se trata de uma hermenêutica institucionalizada, como a dos textos filosóficos, religiosos ou literários, mas é uma “atitude hermenêutica” que leva os leitores a mobilizar estratégias interpretativas: se a aforização resulta de uma operação de destacamento, o leitor precisa construir interpretações que permitam justificá-la. Importa menos qual é a interpretação. O essencial é que postule um sentido do imediato. O destinatário é chamado a justificar, pela atitude hermenêutica, o próprio destacamento: o fato deste enunciado ser apresentado em um regime aforizante leva o destinatário a legitimar a totalidade do quadro situacional.

Considero esta tese extremamente relevante, pois dá conta de um fato empírico incontornável, o destacamento. A explicitação

das características da enunciação aforizante, por oposição à textualizante, parece indesmentível. Elas foram aliás, de certa forma, preconizadas por Benveniste (1966), em sua pesquisa sobre a frase nominal, conforme assinalou Maingueneau (2007).

Dados

Vou tratar de algumas “frases” que, além de terem estas propriedades, têm outra, a de serem humorísticas. Em suma, é como se pretendessem expressar verdades incomuns, mas “pelo avesso”, isto é, verdades que são “contra-verdades”. Vejamos algumas (citadas em Castro, R. *Mau humor: uma antologia definitiva de frases venenosas*. S. Paulo: Companhia de Bolso).

O homem político é um animal (Agamenon Mendes Pedreira). A frase está em relação intertextual e interdiscursiva com “o homem é um animal político”, famosa declaração de Aristóteles. Do ponto de vista técnico, o humor decorre do fato de que se usa o mesmo material (tese de Freud), isto é, as mesmas palavras, mas em posições diferentes, com mudança de sentido. “Animal” não tem o mesmo sentido na frase original e na de Pedreira: em Aristóteles, refere-se a uma das características (essências) do homem. Em Pedreira, “animal” tem conotações negativas (pouco inteligente, imoral), não humanas, não dignas. Em termos mais gerais, a frase inscreve-se em um discurso contra os políticos, segundo o qual eles seriam corruptos, não confiáveis, ignorantes etc.

Muitos homens devem seu sucesso à primeira mulher - e a segunda mulher ao sucesso (Jim Backus), retoma velhos estereótipos. Fundamentalmente dois: homens bem sucedidos não o seriam sem ajuda de suas esposas ou a outras auxiliares (devem seu sucesso às mulheres) e homens bem sucedidos trocam suas companheiras por outras mais jovens (devem a segunda mulher

ao sucesso). Mulheres, por sua vez, prefeririam homens bem sucedidos, mesmo que mais velhos e os escolheriam por seu sucesso. São “verdades” incômodas...

Esta frase está em relação interdiscursiva com “atrás de todo grande homem há uma grande mulher” – considerada “séria” e reveladora de uma verdade nem sempre enunciada – e também com outra, esta de cunho humorístico, da mesma ordem que a primeira, “atrás de todo homem bem sucedido há uma mulher espantada”, de Maryon Pearson, cujo sentido – derivado basicamente da caracterização da mulher, “espantada”, é que o sucesso dos homens surpreende as mulheres: elas os conhecem e não compreendem como seu sucesso foi possível!

Os espelhos deveriam pensar duas vezes antes de refletir (Jean Cocteau) é muito bem bolada! Ao mesmo tempo em que faz lembrar o provérbio que manda *pensar duas vezes antes de agir* (um conselho para que sejamos prudentes), explora dois sentidos de refletir: ‘pensar’, como no provérbio, e ‘devolver uma imagem’, efeito típico de espelho. A frase atinge todos aqueles cujo “reflexo” não é muito bom, isto é, aqueles que não são bonitos ou jovens, todos os que não gostam (mais) de sua imagem. Os espelhos poderiam deixar de refletir este fato desagradável, ou só fazê-lo depois de pensar duas vezes, depois de avaliar os efeitos e as consequências! Trata-se de uma verdade que não queremos encarar!

Discordo de Freud. Não acho que a inveja do pênis seja exclusiva das mulheres (Woody Allen) explicita um problema que aflige muitos homens, preocupados com o tamanho de seu pênis (aparentemente, um problema universal, do qual tratam muitas piadas e, pelo que se sabe, demanda conselhos de muitos médicos e psicólogos!). A tese de Freud sobre as mulheres seria “séria” (diz respeito a algum traço constitutivo profundo da feminilidade, por

oposição ao homem). Segundo Freud, não ter pênis seria sentido como uma “falta”. A frase de Woody Allen não diz respeito à ausência do pênis, mas à constatação de que o dos outros é maior. Num universo cultural que valoriza o tamanho, o fato provoca inveja: inveja dos que são maiores do que o seu!

É de Millôr Fernandes a frase *Alguns livros são do tipo que, quando você os larga, não consegue pegar mais*. Ela é provavelmente mais verdadeira do que a original: há livros que, quando você pega, não consegue mais largar. A frase original diz respeito aos livros de qualidade. A de Millôr refere-se a livros sem qualidade, aos quais não se consegue voltar depois de um intervalo. Qual das duas frases é verdadeira? Provavelmente, ambas. A mais antiga é para os discursos do dia do livro, para campanhas em favor da leitura. A de Millôr talvez seja sobre a realidade, ou adequada para as visitas às livrarias (especialmente as de aeroportos!), quando vemos muito mais livros “sem valor” do que livros sem os quais não se poderia viver.

É uma pena que todas as pessoas que sabem como governar um país estejam ocupadas dirigindo táxis ou cortando cabelo (George Burns) e *No Brasil, todo governo deveria ser de oposição* (Joel Silveira) são frases irônicas que revelam outra verdade: a primeira refere-se a dois espaços em que se ouvem lugares comuns sobre como se deveria governar. São quase sempre platitudes (que podem ser verdades desejáveis) sobre como agir com os bandidos, com as obras necessárias, com os outros políticos etc. Motoristas de táxi e barbeiros sempre “sabem” como se deveria. A segunda é uma excelente síntese do que se lê nos jornais: oposicionistas sempre sabem o que fazer. Mas, quando vencem e vão para o governo, não “conseguem” resolver os problemas que, por sua vez, tornam-se simples do ponto de vista dos que deixaram o governo e passaram para a oposição. Os jornais e os programas partidários

que vemos nas TVs confirmam essas verdades. A segunda frase é, além disso, um paradoxo. Por definição, o governo não é oposição e vice-versa. Ou seja: a frase faz de conta que não existe intervalo de tempo entre estar na oposição e ser governo. Esta é uma clara característica de muitas frases que se pretendem verdadeiras em qualquer tempo: não consideram as condições reais. Talvez sejam atraentes exatamente por isso. Afinal, a realidade sempre atrapalha.

Em seguida, assinalarei rapidamente, em um conjunto de frases mais ou menos da mesma natureza, o traço que as torna mais notáveis. “Todo vagabundo tem um nome a lazer” (Agamenon Mendes Pedreira), o mais relevante é a palavra “lazer”, anagrama de “zelar”. O interdiscurso que assim fica óbvio é com a expressão “... tem um nome a zelar”.

“Uma imagem vale por mil palavras – diga isso numa imagem” (Millôr Fernandes), é um resumo do contradiscurso à conhecida tese do valor superior da linguagem imagética, tese que ele põe em questão e cujos limites ele assinala pela impossibilidade de a própria tese ser expressa naquela linguagem.

“Uma revolução é uma opinião apoiada por baionetas” (Napoleão) polemiza com as teses segundo as quais as revoluções são devidas à ideias, ou aos livros (livros que mudaram o mundo é um título de coleção de obras de pensadores... ou poderia ser).

“Os jovens de hoje são absolutamente monstruosos. Não têm o menor respeito por nossos cabelos tingidos” (Oscar Wilde) revela a falsidade da sabedoria da velhice que, assim, não merece o crédito que supostamente mereceria: o predicado “tingidos”, em lugar de “brancos”, é, ao mesmo tempo, o elemento surpresa, causador do efeito de humor, e a explicitação da outra verdade...

“Um diplomata é um sujeito que pensa duas vezes antes de não dizer nada” (Anônimo) é antes de mais nada uma caricatura, ou o simulacro, da linguagem diplomática, submetida a regras que excluiriam a franqueza (marcada antes de mais nada pela litotes?).

“Um idiota pobre é um idiota. Um idiota rico é um rico” (Paul Lafitte) é uma frase que revelaria uma verdade pouco enunciada: que a riqueza disfarça a ignorância. O jogo de palavras é certamente provocador de *admiratio*...

“Pinto os cabelos de preto para os encontros amorosos e de branco para os negócios” (Onassis) explicita dois estereótipos: a velhice (de fato, a experiência) é boa para os negócios, mas não é boa para a conquista amorosa... (elas preferem os jovens; mas considere-se a outra tese, acima apresentada – a segunda mulher é devida ao sucesso...).

“Quando eu era jovem, pensava que o dinheiro era a coisa mais importante do mundo. Hoje, tenho certeza” (Oscar Wilde): o cinismo desta tese é sustentado pela manutenção surpreendente do pensamento juvenil; o lugar comum é que ele seja superado, retificado. A frase de Wilde o mantém, esta é a surpresa. Um dos efeitos de sentido de “pensar” é ter uma opinião (e não ‘raciocinar’, ‘analisar’). Em geral, as opiniões precoces são desmentidas pela experiência. Não aqui...

“Estou na dieta de água, chá, café e suco de frutas. Bebo de tudo, menos isso” (Fausto Wolff) é uma tese que está na contramão do discurso do cuidado com a saúde; seu sentido se descobre pela paráfrase de “estou dieta de...”: o que segue este verbo também pode ser, e frequentemente é, uma lista de alimentos que deixaram de ser ingeridos durante a dieta. Mas não

é a sintaxe ou a semântica da língua que provê estas interpretações, e sim uma memória discursiva que “informa” quais são os alimentos prejudiciais e quais os saudáveis. É porque água, chá café (?) e suco são tidos como saudáveis (opõem-se à diversas bebidas que fariam mal, as alcoólicas) que o leitor tipicamente espera que eles sejam o que é consumido durante a dieta, e não o que é evitado, como revela finalmente o autor da frase.

“No carnaval, alegoria de pobre dura pouco” (Agamenon Mendes Caldeira) e “Brasil: fraude explica” (Carlito Maia) jogam com as palavras “alegoria” e “Freud”, partes de expressões conhecidíssimas, que modificam (“alegria de pobre dura pouco” e “Freud explica”). E são, do ponto de vista discursivo, a expressão de discursos que são, paradoxalmente, muito comuns (sobre a pobreza e sobre a corrupção) e revolucionários, porque inesperados no contexto.

Um caso especial

Comento, a seguir, um texto em que frases de estilo aforizante, mas, ao mesmo tempo, de efeito humorístico, apareceram em bom número. Em 15/08/2011, o Caderno *Folhateen* (antigo caderno da *Folha de S. Paulo* dirigido a adolescentes) publicou, na última página, uma “história” em quadrinhos de Adão Iturusgarai. Chamava atenção a série de “aforismos” proferidas um homem num palco, durante seu show. Foi apresentado como o maior frasista de todos os tempos. Seu ethos era animado, descolado, e, à medida que era aplaudido, seu ânimo melhorava.

A encenação inclui uma platéia faz pedidos, que permitem que o showman improvise (um bom humorista / frasista improvisa...). São exemplos: - Uma frase com “Hipster”... - Um hipster é um hippie sem pulgas! (PALMAS). - Uma frase com

“macumba”... - O macumbeiro era um sujeito muito despachado! (PALMAS). - Agora com “refresco”. - Tang nos olhos dos outros é refresco! (PALMAS).

À medida que o enredo avança, os pedidos desaparecem (obviamente estão implícitos) e só as frases se sucedem, sempre com ponto de exclamação (que implica um tom solene):

- Meu pai era dono de um desmanche de carros. Era um homem muito autodestrutivo!

- Tenho pecado religiosamente!

- “Incensato coração”. Nova novela iogue!

- Punk só negocia títulos podres!

- “Siririca” é um siri com pelos nas mãos!

- A convenção de terroristas está bombando!

- Quem lucra em cima dos outros é garoto de programa!

- O pônei é um bonsai de cavalo!

Algumas frases exigem atenção especial a para sua composição, eventualmente um jogo de significantes: *autodestrutivo* tem uma relação com *automóvel*, que retoma “carros”; “religiosamente” deve ser lida como ‘frequentemente’, mas, ao mesmo tempo, considerada literalmente (!), como derivada de “religioso”, porque é assim que contrasta com “pecar”; convenção de terroristas “bombando” evoca “bombas”, ao lado de seu sentido gírio, ‘fazendo grande sucesso’ etc.

Outras exigem um certo tipo de saber, implicam uma memória, um discurso que circula. Por exemplo: para compreender “‘siririca’ é um siri com pelos nas mãos” é preciso “lembrar” que se disse durante muito tempo, especialmente em internatos, que a masturbação provoca problemas, entre os quais fazer crescer pelos nas mãos (siririca = masturbação feminina); “‘incensato coração’, novela iogue” supõe a proposta de uma relação de sinonímia entre “*insensato*” e “*insenso*” e, além disso,

um saber histórico: a presença de incenso nos ambientes em quem se pratica ioga e uma re, etc. Etc.

Conclusão

Qual o sentido de todas estas frases que falam do “avesso”? E porque circulam e são consumidas? Por um lado, uma sociedade precisa de “verdades” que faça com que “pense grande” – daí as coletâneas de provérbios e de frase “sábias”, “altas”, provindas dos campos religioso, filosófico, moral etc. São elas que educam, que ensinam a seguir regras morais ou que valorizam o saber e a competência. Por outro lado, é preciso não esquecer o “outro lado”, a outra verdade, a *realidade*. A “vida” talvez não fosse suportável se não pudéssemos rir um pouco das grandes causas, que, no fundo, têm seu lado ridículo.

Esta conclusão deriva também da leitura recente de Geier (2011). O livro apresenta as teses sobre humor de alguns filósofos. Mas sua pergunta básica é: o que seria da filosofia se, em vez do predomínio de Platão (um filósofo “sério” e que condenava o riso), a filosofia tivesse seguido outra via, a preconizada por Demócrito, um filósofo que ria ou pelo cínico Diógenes?

O que são, afinal, as verdades apresentadas por estas frases “do contra”? São as que vêm de baixo, as que contrariam (e riem delas) as verdades ditas altas, projetos utópicos ou enganadores. Têm como patronos filósofos como Demócrito e Diógenes, ou Nietzsche, e uma vasta lista de artistas (escritores, teatrólogos, cineastas, jornalistas), e não Platão ou Aristóteles.

Maingueneau terminou sua conferência sobre aforização no último Congresso da Aled, em 2011, em Belo Horizonte dizendo que parece que os homens precisam dessas aforizações (dessas frases memoráveis) para viver. Isto explicaria sua permanência ou sua contínua rememoração. A declaração pode ser interpretada como significando que os homens precisam de ideais, de causas.

Uma das maneiras de preencher esta necessidade é colocar em circulação e retomar ditos memoráveis, ligados a enunciadores também memoráveis (I have a dream, Il faut changer).

Ousaria dizer que, se, para sobreviver, a humanidade precisa dessas frases, e mesmo de provérbios e aforismos, condensadores de ideologias (“ideologia, eu quero uma pra viver”), precisa, na mesma medida, de outros tantos enunciados que os subvertem, que permitem que se pense no “outro lado” dessas verdades opressoras e graves, que tornam pesada a vida engajada. Outros tantos enunciados dizem às sociedades que a luta, embora necessária, de pouco adianta. Ou que, sob as grandes verdades, há outras tantas, frequentemente contrárias a elas. Mas, fundamentalmente, o fato de que se colecionam e valorizam estas frases, subversivas ou cínicas, revela que rir das grandes verdades é uma forma de suportá-las. Que, talvez, seja mais fácil até mesmo comportar-se de acordo com elas se não as levamos demasiadamente a sério.

Amos Oz disse (em entrevista recente à TV Cultura) que o totalitários são, antes de mais nada, gente sem humor. Sem humor, a vida é insuportável. Talvez resida nisso a especificidade do humor. Ele não quer corrigir nada. Ele não diz que as verdades não devem ser seguidas, que não devemos lutar pelas “boas” causas. Ele apenas nos diz que as grandes causas estão cheias de defeitos, são humanas. O humor mostra seu lado podre ou baixo. Que é apenas o outro lado do alto. Ele permite que a vida dura seja suportável.

Referências

Benveniste, É. “A frase nominal” In: *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Editora da USP. 1966. pp.163-182

Geir, M. *Do que riem as pessoas inteligentes? Uma pequena filosofia do humor*. Rio de Janeiro: Record. 2011.

Maingueneau, D. "Citação e destacabilidade". In: *Cenas da enunciação* (org. de Possenti, S. e Souza-e-Silva, M. C. P. de). São Paulo: Parábola Editorial. 2010. pp. 75-92.

Maingueneau, D. "L'énonciation aphorizante". In: Silva, T. C. e Mello, H. (orgs). *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: FALE/UFMG. 2007. pp. 155-163.

Maingueneau, D. "Aforização: enunciado sem texto?". In: *12 conceitos em análise do discurso* (org. de Souza-e-Silva, M. C. P. de e Possenti, S.). São Paulo: Parábola Editorial. 2010. pp. 9-24

Raskin, V. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: D. Reidel (1985).

Os Autores

Edson Carlos Romualdo é professor da graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá. Tem doutorado em Letras, área de concentração Filologia e Linguística Portuguesa, pela Unesp/Assis. Atualmente realiza seu pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Atua nas linhas de pesquisa *Estudos do texto e do discurso* e *Ensino-aprendizagem de línguas* e coordena os seguintes projetos: “A primeira e a segunda épocas da Análise do Discurso: Pêcheux e suas fontes” e “Linguística e Formação de Professores”.

Gislaine Gracia Magnabosco é professora do Centro Universitário Filadélfia (UniFil), em Londrina-PR. Tem mestrado em Letras, na área de concentração Estudos Linguísticos, na linha *Estudos do texto e do discurso*, pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Realiza pesquisas que buscam investigar questões relacionadas aos gêneros digitais e à linguística textual.

Ismara Tasso é mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP/Araraquara (2003). É professora da Graduação e Pós-graduação em Letras na Universidade Estadual de Maringá, na área de concentração de Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Estudos do Texto e do Discurso. Integra a Comissão Universidade para Índios – CUIA, lidera, na UEM, o Grupo de Pesquisa (CNPq) GEDUEM – Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM e é Editora Associada da Revista *Acta Scientiarum. Language and Culture*.

Margarida Lis é Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e graduada em Letras Português/Inglês pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM. Integra como pesquisadora o Grupo de Estudos Discursivos da UEM – GEDUEM. Atua como tutora no curso de Letras a distância da Universidade Estadual de Maringá.

Maria Célia Passetti é professora associada da Universidade Estadual de Maringá, atuando na graduação e na pós-graduação em Letras. Tem doutorado (Unesp) e pós-doutorado (Unicamp) em Linguística. Atua na linha de *Estudos do texto e do discurso*, com ênfase em Análise de Discurso. É líder do *Gepomi* – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos CNPq-UEM e coordena projetos de pesquisa de práticas discursivas político-midiáticas. Liderar a equipe associada da UEM ao Projeto de Cooperação Acadêmica - Procad- Capes (Unicamp-UEM).

Pedro Navarro é professor adjunto do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá. Doutorou-se em Linguística e Língua Portuguesa, pela Unesp/ Araraquara. Realizou estágio de pós-doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas. Integra o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Letras da UEM, no interior do qual produz e orienta pesquisas vinculadas à linha de *Estudos do texto e do discurso*. É líder do *GEF* – Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM / Cnpq. Coordena o projeto de pesquisa institucional “Práticas discursivas de subjetivação”, voltado para os processos de subjetivação que emergem de práticas discursivas midiáticas.

Renata Marcelle Lara Pimentel é professora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, onde coordena o projeto de pesquisa docente "Educação Midiatizada, Discursos e Efeitos de Sentidos na e a partir da Convergência de Mídias em Rede". Doutora em Linguística, atualmente é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM, na linha de pesquisa *Estudos do texto e do discurso*.

Rosa Maria Olher é professora de Língua Inglesa do Departamento de Letras da Universidade Estadual de Maringá; doutora em Linguística Aplicada / Teoria, Prática e Ensino da Tradução pela Unicamp; atua na linha de pesquisa *Estudos do texto e do discurso* do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM e coordena o projeto de pesquisa “Tradução e Multidisciplinaridade – Da Torre de Babel à Sociedade Tecnológica”.

Roselene de Fatima Coito, pós-doutorada na École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, é professora da Universidade Estadual de Maringá. Seu foco principal de pesquisa é a leitura sob o enfoque da Análise do Discurso de orientação francesa e da História da leitura. Atua nas linhas de pesquisa *Estudos do texto e do discurso*, na Universidade Estadual de Maringá e *Interdiscurso: práticas culturais e ideologias*, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tem como projeto de pesquisa “Gestos de interpretação: a ilustração produzindo sentidos”.

Silvia Regina Nunes é professora da Universidade do Estado de Mato Grosso e doutoranda em Linguística pela Unicamp sob a orientação da Prof. Dra. Suzy Lagazzi. Produz pesquisa sobre o discurso infográfico e é vinculada ao CEPPEL - Centro de Pesquisa e Estudo em Linguagem da Unemat atuando na linha de pesquisa *Estudos das línguas e das práticas de linguagem nas suas relações históricas e sociais* e aos grupos de pesquisa *Cartografias da linguagem* (Unemat) e *O discurso nas fronteiras do social* (Unicamp), ambos vinculados ao CNPq.

Sírio Possenti é professor titular no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas. Atua na área de análise do discurso, na linha de pesquisa *Língua, texto e discurso*. Coordena o *Centro de Pesquisa FEsTa* (Fórmulas e estereótipos: teoria e análise), sediado no IEL, no interior do qual desenvolve pesquisas relativas a diversos tipos de textos curtos: piadas, fórmulas e frases destacadas; nesses casos, a preferência recai nas que produzem efeitos de humor.

Tiago R. Ramos é mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e professor na rede pública de ensino. Participa do *Gepomi* – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos CNPq-UEM, realizando pesquisas na área de Análise de Discurso e Teorias da Comunicação.

Valquiria Botega de Lima é Mestre em Letras, a área de concentração Estudos Linguísticos, pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é doutoranda em Linguística na Unicamp. Atua na linha de pesquisa do *Texto e Discurso*, em específico, no campo teórico da Análise de Discurso de base pêncheutiana. É membro do *Gepomi* – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos CNPq-UEM.

